

DA PESQUISA AO CONHECIMENTO:

ENTRE CONTEXTOS, ESCOLHAS, AÇÕES E DESDOBRAMENTOS.

ORGANIZAÇÃO SÁVIO GUIMARÃES

PREFÁCIO MARIA ELEUSA MONTENEGRO

JOÃO CAMPATO JUNIOR HELENA SANTOS LEONICE LIMA ROSELY CUBO

CLÉBER MANSANO LUIZ SÉRGIO VANZELA MARCO BORGES NETTO

CAROLINA LOPES ARAÚJO URSULA BETINA DIESEL PEDRO RUSSI

BIANCA APOLINARIO FARIA MICHELLE CÁCERES LEDESMA

LUIZ CAMPOS MEDINA MADALENA CORTE-REAL MARIANNA MONTE

POSFÁCIO SYLVIA FICHER



DA PESQUISA AO
CONHECIMENTO:

ENTRE CONTEXTOS, ESCOLHAS, AÇÕES E DESDOBRAMENTOS.

ORGANIZAÇÃO SÁVIO GUIMARÃES

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - CEUB

Reitor

Getúlio Américo Moreira Lopes

INSTITUTO CEUB DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - ICPD

Diretor

João Herculino de Souza Lopes Filho

Diretor Técnico

Rafael Aragão Souza Lopes

PRODUÇÃO EDITORIAL

Editoração

Biblioteca Reitor João Herculino

Projeto Gráfico

Sávio Tadeu Guimarães

COLABORAÇÃO ACADÊMICA

Organização

Sávio Tadeu Guimarães

Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

Comissão técnico-científica

Manuel García Docampo

Doutor em Sociologia pela Universidade da Coruña (UDC).

Rossana Delpino Sapena

Doutora em Arquitetura pela Universidade Politécnica de Catalunha (UPC).

Maria João Gomes

Doutora em Estudos Urbanos pela Universidade Nova de Lisboa (UNL).

Gonçalo Antunes

Doutor em Geografia e Planejamento Territorial pela Universidade Nova de Lisboa (UNL).

Gustavo Alexandre Cardoso Cantuária

Doutor em *Sustainable & Environmental Studies* pela AA School of Architecture do Reino Unido.

Eliete de Pinho Araujo

Doutora em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

Alberto Alves de Faria

Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (UnB).

Paulo Afonso Cavichioli Carmona

Doutor em Direito Urbanístico pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Joelma Hemenegilda Sena

Mestra em Artes Visuais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Selma Aparecida Leite de Andrade

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Valéria Leão Ferenzini

Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Revisão em Português e Espanhol

Edilson Cruz

Doutorando em Educação pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

Prefácio

Maria Eleusa Montenegro

Doutora em Educação (UnB)

Posfácio

Sylvia Ficher

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP).

Trabalho avaliado e revisado por pares da Comissão técnico-científica

Disponível em <www.repositorio.uniceub.br>

Circulação por acesso aberto e gratuito (a ser referenciado)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Da pesquisa ao conhecimento: entre contextos, escolhas, ações e desdobramentos / organizador, Sávio Tadeu Guimarães – Brasília: CEUB; ICPD, 2022.

160 p.

ISBN 978-85-7267-104-0

1. Pesquisa científica. 2. Conhecimento científico I. Guimarães, Sávio Tadeu. II. Título

DOI 10.5102/978-85-7267-104-0

CDU 00.8.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Reitor João Herculino

Centro Universitário de Brasília – CEUB

SEPN 707/709 Campus do CEUB

Tel. (61) 3966-1335 / 3966-1336

O conhecimento objetivo necessita do sujeito,
da interação subjetiva
e também
de projeções das estruturas mentais do sujeito.

O conhecimento não é um espelho,
uma fotografia da realidade.

O conhecimento é sempre
tradução e reconstrução do mundo exterior
e permite um ponto de vista crítico
sobre o próprio conhecimento.

EDGAR MORIN

P R E M I S S A S

PESQUISA CIENTÍFICA

CONHECIMENTO CIENTÍFICO

RELATÓRIO DE PESQUISA

PROJETO DE PESQUISA

A B O R D A G E N S

PESQUISA QUANTITATIVA

PESQUISA QUANTITATIVA-QUALITATIVA

PESQUISA QUALITATIVA

E N F O Q U E S

ANÁLISE DISCURSIVA

ANÁLISE DE CONTEÚDO

ANÁLISE RETÓRICA

ANÁLISE SEMIÓTICA

E X P E R I M E N T A Ç Õ E S

PESQUISA-AÇÃO

PHOTOVOICE

A/R/TOGRAFIA

MULTIMÉTODO

APRESENTAÇÃO

Múltiplas dimensões da pesquisa científica.

Sávio Guimarães > 06

PREFÁCIO

A pesquisa tem a ver com a vida...

Maria Eleusa Montenegro > 09

P R E M I S S A S

PESQUISA CIENTÍFICA:

o conhecimento e sua validação.

João Campato Junior > 13

PROJETO DE PESQUISA:

o conhecimento e sua sistematização.

Helena Mendes dos Santos > 29

E N F O Q U E S

ANÁLISE DISCURSIVA:

o conhecimento pelos sentidos da linguagem.

Carolina Lopes Araújo > 70

ANÁLISE SEMIÓTICA:

o conhecimento pelos sentidos do signo.

Ursula Betina Diesel & Pedro Russi > 95

A B O R D A G E N S

PESQUISA QUANTITATIVA:

o conhecimento pela quantificação de dados.

Cléber Mansano, Luiz Vanzela & Marco Borges Neto > 41

PESQUISA QUALITATIVA:

o conhecimento qualificado pela realidade.

Leonice DSC Lima & Rosely Cubo > 54

E X P E R I M E N T A Ç Õ E S

PESQUISA-AÇÃO:

o conhecimento junto ao outro.

Bianca Apolinário, Michelle Cáceres & Luiz Campos > 113

MULTIMÉTODO:

o conhecimento sob diferentes perspectivas.

Madalena Corte-Real & Marianna Monte > 136

POSFÁCIO

Um convite à experimentação metodológica.

Sylvia Ficher > 152

SOBRE OS AUTORES

Minibiografia acadêmico-profissional.

A - Z > 154

APRESENTAÇÃO

Múltiplas dimensões da pesquisa científica.

Sávio Guimarães

Situado entre uma série de outras categorias do conhecimento humano, o conhecimento científico pauta esta obra a partir da ênfase em algumas das múltiplas dimensões da “pesquisa científica”, procedimento vital para a sua construção. Considerado em seu conjunto de capítulos escritos por autores atuantes em distintas áreas do conhecimento e em diferentes regiões do país e do exterior, o presente livro perpassa aspectos que consideramos pertinentes para se pensar e atuar neste campo, o da investigação científica, tal como expresso em seu subtítulo, “entre contextos, escolhas, ações e desdobramentos”.

De fato, se consideramos um processo de pesquisa, que tende a ser instigado pela percepção de um problema em um dado “contexto” e pela conseqüente busca por sua compreensão ou resolução, permeamos “escolhas” para executar “ações” sistematizadas que, ao construírem conhecimentos/aprendizados compartilhados, sempre geram “desdobramentos” para além da própria pesquisa desenvolvida. Assim este livro se delinea, na valorização do processo de pesquisa, na força do embasamento teórico aliado ao peso da experiência prática para sua produção, tal como valoriza a interdisciplinaridade no entrecruzamento de campos para a melhor compreensão de um fenômeno pelo pesquisador e demais sujeitos sociais que, cada vez mais, vêm recebendo atenção no sentido dos potenciais benefícios advindos da consideração das subjetividades e de uma construção participativa ou coletiva do conhecimento científico que, se é pautado na verdade e verificabilidade, também se sujeita a mudanças em seus paradigmas.

Especificamente, os oito estudos distintos e correlacionados aqui apresentados se encontram agrupados em pares de capítulos que compõem cada uma das quatro seções que estruturam o livro enfatizando algumas das várias dimensões passíveis de se pensar o vasto campo da pesquisa científica e seu processo de desenvolvimento, “entre contextos, escolhas, ações e desdobramentos”. Sendo assim, na primeira seção, as considerações realizadas pelos autores dos dois primeiros capítulos evidenciam, sobremaneira, algumas *premissas* do campo, tal como, no primeiro deles, a “pesquisa científica” propriamente dita (sua base no conhecimento científico e sua categorização em tipologias distintas), e no segundo, o “projeto de pesquisa” (comumente elaborado como uma estruturação prévia do processo de investigação pretendido). Já na segunda seção, as contribuições realizadas pelos autores de mais dois capítulos explicitam algumas das *abordagens* de pesquisa, tal como, no primeiro deles, a “pesquisa quantitativa” (pautada na objetividade de dados estatísticos), e no segundo, a “pesquisa qualitativa” (pautada nas subjetividades da esfera social). Posteriormente, na terceira seção, as referências trazidas pelos autores em outros dois capítulos destacam,

por sua vez, algumas das várias possibilidades de *análises* passíveis de adoção em um procedimento de pesquisa, tal como, no primeiro deles, a “análise discursiva” (focalizada em interpretações de discursos como o de base textual), e no segundo, a “análise semiótica” (focalizada em interpretações de caráter imagético e simbólico). Por fim, na quarta e última seção do livro, as pesquisas apresentadas em seus dois capítulos sintetizam *experimentações* de investigação conduzidas sob diferentes perspectivas no que se refere à natureza e ao processamento dos dados, tal como, no primeiro deles, um caso de investigação vinculado à modalidade de “pesquisa-ação” (configurada pela participação ativa de um grupo focal), e no segundo, um caso investigado via “multimétodo” (configurado pela adoção de múltiplos instrumentos).

Finalizando esta breve apresentação do livro, agradeço a Maria Eleusa Montenegro e Sylvia Ficher, que, através de seus respectivos Prefácio e Posfácio, enriqueceram este livro com suas menções à obra e às suas experiências no campo da pesquisa. Também agradeço à inestimável colaboração acadêmica dos membros do Comitê Técnico-científico e da Revisão que tiveram acesso ao seu conteúdo inicial e auxiliaram em seu aprimoramento. Por fim, evidencio aqui meu imenso agradecimento a todos os professores e pesquisadores, autores dos capítulos que o configuraram a partir de seus estudos sobre específicas dimensões do campo da pesquisa científica e, conseqüentemente, da construção epistemológica.

Cabe mencionar que boa parte desses estudos foram apresentados, durante os difíceis tempos de pandemia, em encontros virtuais de acesso livre promovidos pelo Grupo de Pesquisa *situ-Ações* que coordeno, e que, com o gentil aceite e apresentação de tais convidados, estes contribuiriam enormemente para as reflexões do grupo, alunos e demais participantes presentes nesses encontros. O presente registro por meio de uma publicação digital de acesso livre - ampliada com a participação de outros professores e pesquisadores convidados de modo a estruturar o conjunto - nos permite ampliar tanto as possibilidades de alcance de tais estudos quanto as conseqüentes reflexões que venham a ensejar a quem os ler. Todos os que participamos desta obra esperamos, sobretudo, que a temática da pesquisa científica, aqui apresentada em apenas algumas de suas muitas dimensões, continue a engendrar encontros e caminhos centrados na construção de uma modalidade de conhecimento específica, a do conhecimento científico, tão necessário de atenção e valorização como nos têm evidenciado os últimos tempos.

Sávio Guimarães

Brasília, dezembro de 2022.



PREFÁCIO

A pesquisa tem a ver com a vida...

Maria Eleusa Montenegro

Iniciarei minha breve apresentação deste trabalho contando uma situação de investigação, que não a considere uma pesquisa, propriamente dita. Era bem jovem, já era professora da Universidade Federal de Goiás e, naquela época, quase não se falava em pesquisa e poucas pessoas haviam realizado o Mestrado. O meu sonho era viver essas duas situações. Nisto, ouvi falar que o Ministério da Cultura estava indo a Goiânia realizar uma pesquisa de bairro e que seria financiada.

A finalidade de tal pesquisa, que consistia em uma pesquisa-ação, era que todos os alunos aprendessem as disciplinas, sendo, todas elas, voltadas para a situação do bairro. Assim é que toda a Matemática e Língua Portuguesa somente poderiam ser ministradas com situações do bairro. Aliás, não eram somente essas duas matérias, mas, por exemplo, em Artes, perguntava-se com o quê as crianças e adolescentes brincavam e o que eles estudavam na sala de aula era como fabricar estes brinquedos.

Findo o projeto, fez-se uma exposição lindíssima, com armários comprados, com vidros à frente e envernizados. Todos os alunos, famílias, professores e até outras escolas foram convidados para a exposição. Somente aí eu tive um *insight*, de que somente pessoas de outros bairros aprenderam sobre os produtos do bairro. Os alunos, não. Eles estudaram o óbvio, o que já sabiam e o que sabiam fazer. Conclusão da história, para mim: isto não foi pesquisa, mas um trabalho, em cima do que sabiam... Veio a decepção, para mim. Foi na Especialização, no Mestrado e no Doutorado que aprendi a pesquisar e, até hoje, não parei mais.

A pesquisa precisa ser estudada, existem muitos componentes que só se aprende como numa disciplina, sob a orientação de um professor, ou por ensaio e erro. Entretanto, todos os seus componentes têm a ver com a vida, mas as pessoas têm bloqueio de fazer essa correlação. De fato, como na vida, são apresentadas às pessoas as várias “situações” (Introdução), nas quais emergem ou são identificados “questões” (Problema/s), e quando se têm muitas no dia para resolver, traçam-se “metas” (Objetivos), sempre estabelecidas na vida, de maneira informal, assim como logo se imagina uma “resposta plausível” (Hipótese) para resolver uma ou algumas questões.

Também cabe nos atentarmos sempre e, como professores, orientar, sobretudo o que se espera como resultados da investigação aos iniciantes no campo da pesquisa científica na atualidade, que é

fundamental, para se conhecer o assunto investigado, que se use mais que o Google, que sejam lidos livros, artigos acadêmicos, dissertações e teses, documentos, etc. Afinal, assim serão definidos a metodologia e os instrumentos para proceder a coletar os dados da pesquisa e, por fim, analisar e discutir o que encontrou e traçar as conclusões. Entretanto, sempre constatei: como é difícil para o aluno ou pesquisador iniciante formular um problema, levantar hipótese, traçar objetivos etc. Parece que a pesquisa carrega, em si, o estigma da dificuldade... Mas, sim, é uma experiência muito satisfatória... E quem a realiza, quer pessoalmente ou academicamente, sente-se uma pessoa realizada e vitoriosa – bastando, inicialmente, conhecermos o campo da pesquisa científica para colher seus frutos, ou seja, conhecermos os tipos de conhecimento existentes já que ao lado do conhecimento científico há também o popular, o religioso, etc., conhecermos a estruturação do pensamento científico tal como se apresenta em uma pesquisa, assim como conhecermos os possíveis instrumentos e métodos de investigação a serem adotados no desenvolvimento de uma pesquisa.

Desta maneira é que sempre busquei, em décadas de atuação como pesquisadora e docente, abordar no ensino da pesquisa com meus alunos, a investigação em todos os seus passos e, por fim, mostrando seus benefícios e problemas, assim como suas várias fases, possibilidades e escolhas. E o presente livro, *Da Pesquisa ao Conhecimento: entre contextos, escolhas, ações e desdobramentos*, organizado pelo amigo, pesquisador e professor Sávio Guimarães, busca explicitar, justamente, algumas dessas várias possibilidades de abordagem da pesquisa como temática de reflexão, como prática, e também como ensino e aprendizado, ou seja, como conhecimento compartilhado.


A pesquisa científica – em seus conceitos e técnicas, sob práticas tradicionais e inovadoras, entre benefícios e dificuldades – é, nesses vários contextos, neste livro abordada por professores e pesquisadores de vários campos profissionais, do Brasil e do exterior. Assim, penso que será possível aos leitores desta obra se aproximarem do tema e de algumas de suas tantas possibilidades de consideração e condução na atualidade. A todos, desejo uma boa leitura e excelentes reflexões e inspirações...

Maria Eleusa Montenegro

Goiânia, novembro de 2022.



P R E M I S S A S



PESQUISA CIENTÍFICA:
o conhecimento e sua validação.
João Campato Junior

RESUMO

Neste capítulo, reflete-se sobre a ciência, o conhecimento científico e a pesquisa realizada com base nos postulados da ciência. Embora a ciência abordada neste espaço ainda pague tributo a concepções positivistas, o fato é que aqui já são sinalizadas formas mais recentes de encarar a ciência e o conhecimento dela advindo, trazendo à tona e problematizando as questões da subjetividade, da relatividade do conhecimento humano, da ideologia, das mudanças de paradigmas, da observação empírica neutra e impassível, da impossibilidade de chegar a uma realidade cognoscível absoluta e imutável independente do sujeito cognoscente, entre outros aspectos. A fim de levar a bom termo tal reflexão e tal movimento dialético, serão aqui examinadas, sobretudo, as categorias ou modalidades da pesquisa científica e as formas pelas quais se coletam dados ao longo de uma investigação acadêmica. Por fim, procura-se acentuar, neste capítulo, que a ciência e sua metodologia estão mais próximas das pessoas do que se imagina num primeiro momento, estimulando até mesmo os estudantes das escolas de ensino fundamental e médio a valorizar a problematização da realidade e as respostas às mais diversas questões do dia a dia.

INTRODUÇÃO

É facultado ao ser humano abordar e investigar a realidade – no sentido mais amplo que este termo encerra – com base em variadas modalidades de conceitos, de pressupostos, de instrumentos e de perspectivas. Dessas abordagens, são produzidos conhecimentos, igualmente, diversos entre si. Por exemplo: a um problema da realidade do tipo “O que é a morte?”, alguns afirmarão que se trata de interrupção definitiva da vida; outros, por seu turno, sustentarão que é a passagem do ser humano para o plano espiritual, resultado da vontade divina e das ações do homem mais ou menos adequadas a tais desígnios de Deus. Alguns ainda poderiam dizer que a morte se resume a uma mera transformação físico-química.

As repostas poderiam prosseguir ainda por um bom tempo, produzindo conhecimentos de conformidade com a modalidade da perspectiva usada a fim de “olhar” o universo com o escopo de compreendê-lo. No capítulo inicial deste livro que tem como foco o conhecimento científico e a pesquisa a ele

correlacionada, as premissas a serem abaixo evidenciadas tratam, embora sucintamente, desse elenco de conhecimentos, com ênfase no conhecimento científico. Sendo assim, dos vários “conhecimentos categorizados” às várias “categorias de pesquisa”, o que se espera é contribuir com uma síntese desses princípios, preparando o leitor para as tantas possibilidades existentes e praticadas no campo da pesquisa, tal como serão expostas nos capítulos posteriores do presente livro.

CATEGORIAS DE CONHECIMENTO HUMANO

Para uma abordagem geral sobre algumas das várias modalidades de pesquisa científica e sobre a tipologia específica de conhecimento sob o qual uma pesquisa científica é desenvolvida, cabe uma breve menção inicial sobre o conhecimento humano, de maneira a explicitar também as múltiplas categorias do conhecimento como, por exemplo, o popular, o religioso, o filosófico e o artístico.

O conhecimento popular

Trata-se do modo espontâneo, assistemático e intuitivo de conhecer o universo (MARCONI; LAKATOS, 2003). É o “senso comum” relacionado às experiências ametódicas, subjetivas, superficiais, assistemáticas e aceitas sem demonstração ou problematização. Adquire-se semelhante conhecimento na vivência direta com as coisas e com os seres humanos.

Diferentemente do que poderia parecer à primeira vista, o conhecimento popular não é desprezível. Pelo contrário, o dia a dia acha-se muito organizado na base do senso comum, já que é impossível dominar cientificamente todos os assuntos. Dito de outra forma, é possível educar os filhos e cuidar de sua saúde mesmo não sendo pedagogo ou médico (DEMO, 2017). Cumpre adiantar que, no conhecimento científico, sempre haverá componentes ou marcas do senso comum.

Uma dona de casa, por exemplo, que vai à feira comprar os melhores produtos ao menor preço depara-se com problemas econômicos, sociais e simbólicos. Seu problema, com efeito, consiste em ‘como adequar o dinheiro de que dispõe com a necessidade de comprar os produtos necessários para a alimentação saudável e prazerosa da família’. Ela resolve tais questões sem ter necessariamente estudado as disciplinas de economia, sociologia e nutrição. (ALVES, 2000). Similarmente, pode-se, sem ter cursado

uma faculdade de medicina, sugerir chá para alguém que sofre com uma sensação de azia. Se se pergunta a quem sugeriu o chá 'qual a dose certa a tomar ao longo do dia', 'como e em quanto tempo a bebida começa a agir no organismo', 'quais são as contra-indicações', 'como ele é excretado', não haverá respostas provavelmente. Conforme indicado, o conhecimento do senso comum é intuitivo e não tão controlado, especializado, rigoroso ou disciplinado quanto o científico. Para além disso, no domínio do conhecimento popular, as demonstrações precisas e validações não são tão valorizadas ou sentidas como necessárias. Em suma, o conhecimento popular não deseja formar especialistas em nenhum assunto.

O conhecimento religioso

Ampara-se em doutrinas sagradas reveladas pelo sobrenatural ou por entidades divinas e imateriais (Deus, profetas, santos, místicos, etc), que transcendem o tempo (VOLPATO, 2013). Em decorrência disso, o conhecimento daí advindo é considerado dogma infalível, indiscutível e inverificável. (MARCONI; LAKATOS, 2003). É um conhecimento sistemático do mundo (origem, significado, finalidade e destino), no qual está implícito uma atitude de "fé", pois o mundo é interpretado como ato de um criador divino.

Os fiéis religiosos, no limite, acreditam na visão de surgimento e fim do mundo que lhes é divulgada por livros religiosos como a Bíblia, que descreve o 'processo de criação dos cosmos' no Gênesis; e o 'seu final' no Apocalipse, o que, por sinal, não pode ser verificado ou testado empiricamente. A 'virgindade de Maria' é um princípio dogmático de conhecimento; portanto, não faz sentido nenhum discutir sua veracidade ou não. Também assim a 'natureza da Santíssima Trindade', ainda no campo do cristianismo católico romano.

O conhecimento religioso, por vezes, constitui a fonte exclusiva de informações, mensagens, normas de conduta e padrão de comportamento na vida de algumas pessoas ou em alguns lugares, como, por exemplo, em estados teocráticos, em que o próprio governo se assenta no conhecimento religioso, ficando a vontade do povo sempre à mercê da vontade divina.

O conhecimento filosófico

Aqui se está diante de uma base racional e sistemática de conhecimento, que emprega o "discurso lógico" e que não admite que a origem desse conhecimento esteja na intuição do conhecimento popular ou na fé do conhecimento religioso.

Não sendo exatamente verificável (não se testam no dia a dia ou no laboratório as filosofias criadas pelos filósofos), ele escapa à refutação e à confirmação, revelando-se mais reflexivo e especulativo. Isto é, o conhecimento filosófico não busca necessariamente contrapor seu universo teórico com o mundo físico, empírico (VOLPATO, 2003).

Se determinado sistema filosófico afirma 'que a existência humana na Terra só vale a pena se for vivenciada à base de muitos prazeres' e se outro sistema, diferentemente, ressalta 'que a vida na Terra é um tormento e que aqui ninguém poderá ser feliz', revela-se impossível demonstrar qual das duas filosofias está correta ou traduz fielmente a realidade. A adesão a um ou outro sistema de ideias dependerá dos valores, crenças, razões que cada pessoa espose, bem como da específica época em que ela vive.

O conhecimento artístico

O conhecimento que a arte fomenta mostra-se extremamente particular na medida em que a arte cria sua própria realidade, denominada de "mundo possível". É evidente que a arte se relaciona com a realidade empírica, confirmando-a ou negando-a, num processo dialético de imitação ou recriação, em bases mais realistas/miméticas ou mais imaginativas/idealistas.

A arte trata de todos os assuntos que dizem respeito à humanidade, dos mais cotidianos e comezinhos até os mais elevados. Algumas obras de arte chegam a um tal nível de excelência reflexiva e criativa, que são comparadas a tratados filosóficos. Livros também há que suscitam ou ajudam a tomada de consciência política e social dos leitores. Grandes músicas e pinturas, na mesma linha, promovem uma estesia que marca a vida de algumas pessoas, transmitindo-lhes emoções, valores, sensações, impressões que apenas dificilmente se consegue descrever. Frequentemente, afirma-se, por exemplo, que 'para conhecer a história brasileira do século XIX, é incontornável a leitura das narrativas de Machado de Assis (1839-1908)', assim como outros artistas sintetizaram uma época em sua obra.

Interessante acrescentar que o conhecimento que a arte proporciona é, muitas vezes, tão especial que ele acaba antecipando o futuro, tal como nas histórias em quadrinhos da personagem Flash Gordon, que profetizaram a minissaia.

O conhecimento científico

Tradicionalmente, o conhecimento científico é considerado como o conhecimento comprometido com a verdade oriunda de observações neutras, objetivas e sistemáticas; um conhecimento capaz de ser replicado, experimentado, passando por todas as etapas de “comprovação” e de “validação”.

Trabalha com fatos, isto é, com qualquer forma existente que se manifesta de modo sensível aos especialistas. Além disso, o conhecimento científico é questionador, coerente (sem contradição), lógico, sistemático, verificável, consistente (resistente à contra-argumentação), falível (o que é ciência hoje poderá não o ser amanhã) e objetivo (produz conhecimento sobre a realidade evitando meras especulações ou excesso de subjetivismo ou mesmo imaginação). O que, todavia, particulariza mais agudamente o conhecimento científico é que ele se origina da aplicação de um método rigoroso, ou seja, de “princípios orientadores” do cientista ao longo da produção do conhecimento.

O método científico, em suas etapas elementares, principia de um problema, que deve ser passível de resposta, testável e não estar relacionado, conforme Kerlinger (2009), nem com juízo de valor (“isso é bom ou ruim”) tampouco com questões de engenharia (“como fazer alguma coisa”). O cientista, então, examina essa situação detidamente e sobre ela reúne bibliografia especializada, estabelecendo hipóteses para responder ao problema. Nessa altura do processo, o cientista já está de posse de alguns objetivos e coleta metodicamente dados relativos aos problemas e aos objetivos. Em seguida, categoriza-os, submetendo-os a uma análise embasada em referencial teórico, que dá origem a uma conclusão.

CIÊNCIA E PESQUISA CIENTÍFICA

Conforme já ficou assente, o conhecimento científico provém da ciência. Ocorre, no entanto, que o conceito de ciência tem variado consideravelmente ao longo dos tempos, bem como de acordo com as particularidades teóricas dos filósofos da ciência e mesmo dos cientistas.

A visão de conhecimento científico que se acabou de apresentar é o que se poderia chamar de visão comum, a qual tem acolhido o “pensamento empirista” de Francis Bacon (1561-1626), dos positivistas e dos pós-positivistas, que valorizam as evidências empíricas dos ‘sentidos’, a ‘neutralidade’, as

'quantificações', o teste das teorias pelo confronto direto com a realidade, ainda que a ciência baseada no instrumento exclusivo da 'razão' e do "pensamento lógico" (abordagem racionalista) tenha lugar.

A despeito de empregar operacionalmente o conceito acima esboçado, torna-se necessário ter em linha de conta que várias das propriedades da ciência comum têm sido colocadas em xeque ou, pelo menos, relativizada.

É o caso, por exemplo, da 'negação da capacidade das observações da ciência serem neutras e totalmente objetivas'. É o caso, em idêntica linha, da 'contestação de que a ciência se inicia com a observação, pois, antes delas, já temos teorias na mente' (CHALMERS, 2017). É o caso, igualmente, da contestação da 'necessidade incontornável de inúmeras repetições de experimentos científicos para obter validações de hipóteses'. É o caso, ainda mais, do fato de que 'os seres humanos percebem a mesma realidade de diferentes maneiras, variando seus juízos e ideias'. No mais, os próprios conceitos de realidade e de verdade tornaram-se nebulosos e flexíveis, havendo quem defenda que já não há uma verdade objetiva, absoluta e única, externa ao observador, mas apenas "versões relativas", de acordo com o aparato subjetivo e cultural de quem percebe, bem como suas experiências passadas e expectativas (CHALMERS, 2017).

Essas inflexões mais recentes da ciência têm possibilitado que, ao lado de uma pesquisa científica quantitativa de teor mais tradicional e que bebe da fonte positivista, conviva uma pesquisa científica de enfoque qualitativo, que bebe da fonte da fenomenologia, do interpretativismo e do construtivismo (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

CATEGORIAS DE PESQUISA CIENTÍFICA

Pesquisa científica pode ser definida como "o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos" (GIL, 2010, p.1). Com a pesquisa, produzimos conhecimento e aprendemos.

Apenas para ilustrar, com simplicidade, a definição de Gil, imagina-se um professor-pesquisador que identifica o seguinte problema: 'por que meus alunos cuja família tem renda total de 2 salários mínimos

apresentam um desempenho escolar de menos destaque do que os alunos cujos pais possuem renda superior a 10 salários mínimos?'. O professor, visando melhor entender a situação estabelece uma amostra dos alunos, dos quais passa a coletar dados, impressões, pensamentos por meio de uma entrevista semiestruturada.

O professor, então, recolhe as entrevistas e as sistematiza por meio de categorias, que são, enfim, interpretadas criticamente. Como explicação da discrepância mencionada, o professor salienta que os alunos de pais mais abastados tiveram e têm acesso mais frequente a viagens e a visitas culturais, a intercâmbios, a curso de idiomas personalizados, a livros, a TV por assinatura, a idas ao cinema, a museus, galerias de arte, a modos de sociabilização como acampamentos de férias, entre outros. Nesse quadro, o professor estabelece uma “relação de causa e conseqüência” entre o maior poder aquisitivo e a possibilidade de acesso regular a meios informais de educação e cultura.

A respeito da pesquisa científica, também parece pertinente a atenção às várias “modalidades de pesquisa científica”, que auxiliam na melhor compreensão do campo, dos procedimentos a serem escolhidos e dos desdobramentos esperados, como, sobretudo, o alcance do objetivo geral proposto pela pesquisa e gerador de um dado conhecimento. Por tal consideração de importância, segue abaixo uma breve menção a tipologias de pesquisa, aqui categorizadas com base nos critérios de Gil (2008), a saber, por sua finalidade, por seus objetivos, pela natureza de seus dados, pelos métodos nela empregados e, ainda, pela temporalidade considerada em seu processo de análise.

A pesquisa científica quanto à sua finalidade

Pesquisa Pura: utiliza-se comumente esta expressão quando a pesquisa em questão busca preencher uma lacuna no conhecimento, ampliando-o, sem oferecer, contudo, uma aplicação prática imediata no campo específico por ela investigado em seu processo. Trata-se da pesquisa teórica em que o pesquisador não altera a realidade, nem nela busca intervir, procurando, por exemplo, elaborar apenas uma teoria.

Pesquisa Aplicada: esta expressão é utilizada quando a pesquisa em questão é desenvolvida com vistas à aquisição de conhecimentos para a aplicação numa situação específica, intervindo, dessa maneira, no campo por ela investigado.

Essa distinção, no entanto, vale mais para finalidades didáticas, pois, na realidade, tudo é ciência, que, mais cedo ou mais tarde, poderá sua aplicabilidade na prática. Um estudioso que pesquisa o coração humano pode 'realizar uma investigação pura na medida em que ele planeja, naquela oportunidade, apenas entender melhor o funcionamento do órgão'. Outro estudioso, por seu turno, desenvolve uma pesquisa sobre o coração e já está em vias de 'criar um revolucionário modo de massagem cardíaca para ressuscitar pacientes'. A questão da aplicabilidade é relativa, já que os estudos do primeiro cardiologista podem ter oferecido uma base teórica para que o segundo cardiologista criasse a nova técnica, intervindo efetivamente na realidade. Como quer que seja, as duas pesquisas foram igualmente fundamentais para a produção de conhecimento.

A pesquisa científica quanto a seus objetivos

Pesquisa Exploratória: busca fomentar maior familiaridade com o problema para explicitá-lo ou construir hipóteses sobre ele em um processo de "investigação" geral sobre o tema. Pode envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes em relação ao problema pesquisado. Geralmente, assume a forma de pesquisa bibliográfica e estudo de caso.

Pesquisa Descritiva: tem o escopo de fazer a "descrição" das características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. A pesquisa descritiva descreve uma ou mais variáveis, mas sem o objetivo de estabelecer relações entre elas. Como exemplo, podemos considerar uma pesquisa científica referente à idade, sexo, procedência, eleição ou mesmo uma pesquisa cujo objetivo consiste em descrever as condições de habitação de certas populações.

Pesquisa Explicativa: tal pesquisa identifica os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. É a pesquisa considerada como o tipo que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, "o porquê" das coisas. Se se faz uma pesquisa cujo objetivo é mostrar as intenções do eleitorado, a pesquisa é descritiva. Se se faz uma pesquisa objetivando por que alguém poderia votar em determinado candidato e não em outros, a pesquisa é explicativa. (SAMPIERI, CALLADO, LUCIO, 2013).

A pesquisa científica quanto a seus procedimentos

Pesquisa Bibliográfica: trata-se da pesquisa desenvolvida com base em “material já elaborado”, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Para além de material impresso, considera-se pesquisa bibliográfica aquela feita mediante pesquisa de outras fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs e material disponibilizado na internet. A pesquisa bibliográfica quando não é a estratégia toda de uma pesquisa, constitui, pelo menos, uma parcela de quase todas as pesquisas, pois ela é a base do referencial teórico e do estado da arte, que devem fazer parte das pesquisas acadêmicas.

Pesquisa Documental: a pesquisa documental assemelha-se à bibliográfica, diferenciando-se relativamente à natureza das fontes, pois a investigação documental vale-se de materiais que não receberam ainda tratamento analítico, os “documentos de primeira mão” (documentos de arquivos, igrejas, sindicatos, instituições, etc.). Conforme destacam Martins e Theóphilo (2009), os documentos são dos mais variados tipos, independentes de escritos ou não, como ‘documentos arquivados em entidades públicas e privadas, correspondências pessoais e formais, diários, mapas, fotografias, filmes, gravações de áudio ou vídeo, etc’.

Pesquisa Experimental: esta modalidade de pesquisa – muito influenciada pelo Positivismo – ocorre quando se determina um objeto de estudo, selecionam-se as variáveis que seriam capazes de influenciá-lo, definem-se as formas de controle e de observação dos efeitos que a variável produz no objeto, engendrando “conhecimentos pelo experimento investigativo”. A pesquisa experimental é desenvolvida em ambiente controlado, como, por exemplo, laboratórios. Para uma ilustração simples, cita-se a situação de ‘dois animais em laboratório, submetidos às mesmas condições de alimentação, temperatura, luminosidade, etc’; em dado momento, apenas um dos animais recebe a injeção de determinada substância; a partir daí, o cientista passa a observar os efeitos da substância no animal que recebeu a injeção, prestando atenção, igualmente, no animal que não a recebeu para, a partir de tal experimento, chegar a conclusões específicas sobre a análise realizada.

Pesquisa de Levantamento de Dados: trata-se de uma “obtenção direta de dados ou informações” sobre opiniões, comportamentos ou características sobre os quais se deseja saber mais. Solicitam-se, por

exemplo, 'informações a um grupo de pessoas a respeito do problema em causa' para, no seguimento, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados. Se o levantamento reunir informações da totalidade dos integrantes do universo pesquisado, tem-se um censo, como é o caso de censo de IBGE que visa calcular a população brasileira.

Pesquisa por Estudo de Caso: o estudo de caso consiste no "exame profundo de um ou poucos objetos, processos ou instituições", de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento. A escolha de seu desenvolvimento sob o foco em um caso específico ou de modo comparativo entre casos diversos, distintos ou similares, ocorre de acordo com seus objetivos ou outras peculiaridades de tal investigação. Um estudo que, por exemplo, investiga detalhadamente 'uma política social de determinado órgão público configura-se como estudo de caso; ainda que os resultados obtidos digam respeito, num primeiro estágio, somente àquela política, é possível aplicar o conhecimento adquirido sobre tal política em relação a outras políticas sociais.

Pesquisa-ação: consiste em um tipo de pesquisa com base empírica, "concebida e realizada em estreita associação com uma ação, intervenção ou resolução de um problema coletivo" e no qual os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo durante seu processo de desenvolvimento. A pesquisa-ação é, por exemplo, frequentemente adotada para a resolução de determinadas 'crises em corporações, organizações ou outros grupos', para o que deve existir, por exemplo, uma ampla interação entre o pesquisador e as pessoas implicadas na situação investigada. Para além de solucionar as crises, a pesquisa-ação deve fomentar no pesquisador e nos participantes um aumento de conhecimento e de nível de consciência a respeito da situação em tela (RAUEN,2018).

A pesquisa científica quanto à sua temporalidade

Longitudinal: neste caso, avalia-se o comportamento de uma ou mais variáveis, num mesmo grupo de pessoas, ao longo de 'um período de tempo específico, mas expandido, que pode chegar a anos ou mesmo a décadas. Dito em outros termos: os mesmos indivíduos são medidos "em mais de um momento". Classifica-se como longitudinal, por conseguinte, uma pesquisa cujo autor pretende examinar 'como os níveis de escolaridade dos brasileiros evoluíram nos últimos 10 anos'.

Transversal: Os delineamentos de pesquisa transversal coletam dados “em um só momento”, em um tempo único. Assim, as pesquisas transversais têm a finalidade de descrever variáveis e analisar sua incidência e inter-relação em um momento determinado, como se tivessem tirando uma fotografia de algo que acontece (SAMPIERI et al., 2013). Se um estudioso pesquisa ‘o número de analfabetos funcionais em uma cidade do interior de Minas Gerais em determinado momento’, ela está realizando uma pesquisa com desenho transversal.

A título de exemplo, é viável medir a avaliação patrimonial de estudantes universitários das duas maneiras acima esboçadas. Longitudinalmente, acompanha-se a variável “nível socioeconômico” de um conjunto de universitários desde sua entrada na universidade até o momento em que se graduam. Já com um exame transversal, por seu turno, seria possível entrevistar universitários do primeiro, segundo, terceiro e quartos anos ao mesmo tempo; ou seja, entrevistar sujeitos que se encontram em momentos diferentes (APPOLINÁRIO, 2011).

A pesquisa científica quanto à sua abordagem

Pesquisa Quantitativa: pesquisa que faz a “mensuração de fenômenos, variáveis e conceitos”, utilizando, para tanto, o método estatístico. Essa modalidade de pesquisa permite a generalização estatística de resultados para uma coletividade maior, bem como a réplica das pesquisas. Um exemplo típico de pesquisa quantitativa é o levantamento, modalidade atrás mencionada. No levantamento, coletam-se dados, que serão tratados pela estatística descritiva, envolvendo sumarização, tabulação, organização e apresentação gráfica de dados quantitativos (APPOLINÁRIO, 2011). Ao perguntar a um grupo previamente selecionado de pessoas (amostra) ‘qual o autor nacional que elas mais leem’ e depois quantificar a resposta em porcentagens, se está fazendo um levantamento. O censo populacional que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realiza é classificado como levantamento.

Pesquisa Qualitativa: pesquisa que explora os fenômenos em profundidade não se baseando na estatística e na mensuração, dando, por outro lado, “maior espaço à subjetividade e à interpretação de motivações e atitudes”. Não permite a generalização estatística, mas a generalização conceitual, uma espécie de transferência de seus resultados. Isto é, seus resultados podem servir de subsídios para

outros estudos em outros contextos ou mesmo esclarecer mais profundamente algum aspecto problemático dos fenômenos pesquisados. Pode-se realizar, por exemplo, uma pesquisa qualitativa a fim de saber 'como os velhos ribeirinhos da região amazônica vivenciam a importância do Amazonas para sua existência e de sua família'; nesse caso, o pesquisador poderia explorar a subjetividade dos moradores da beira do rio solicitando-lhes que descrevessem episódios marcantes que tiveram com relação ao rio, situações de alegria, medo, luto, fartura, faltas, etc. – embora a reunião de uma dezena de relatos como esse, não permita ao pesquisador generalizar sobre o significado do rio Amazonas para todos os ribeirinhos do Brasil, permite, por outro lado, aplicar alguns desses achados em outros contextos parecidos, esclarecendo-os.

Pesquisa Quantitativa-Qualitativa (quanti-quali): pesquisa mista que se beneficia tanto da abordagem quantitativa quanto da qualitativa, seja simultaneamente ou não. Há, pois, uma integração dos enfoques de pesquisa capaz de fornecer o retrato completo de um fenômeno em estudo. Cite-se, como exemplo, uma pesquisa cujo objetivo consistiu em 'identificar a marca de roupa preferida por jovens de determinada faixa etária e de determinado nível socioeconômico do litoral Sul do estado de São Paulo'; inicialmente, o pesquisador estabeleceu uma amostra probabilística da população de jovens da região com as mencionadas características, coletando os dados mediante um questionário com perguntas fechadas no qual constavam marcas de roupas e das quais se assinalou apenas uma. As repostas, em seguida, foram tratadas estatisticamente de forma que as marcas preferidas em ordem decrescente foram as seguintes: X, Y e Z; não satisfeito com as informações que, até o momento, possuía, o pesquisador decidiu selecionar intencionalmente alguns jovens que responderam ao questionário assinalando a marca X e os submeteu a um grupo focal durante o qual foram investigadas em profundidade as razões pelas quais a marca é a preferida pelos jovens e quais os sentidos, as impressões, as motivações interiores e os efeitos que usar tal roupa produz nessas pessoas.

COLETA DE DADOS EM PESQUISA CIENTÍFICA

Finalizando esta explanação sobre o campo da pesquisa científica em suas múltiplas possibilidades de categorização, se faz pertinente evidenciar também a atenção necessária a outro conjunto de

possibilidades passíveis de serem adotados pelo pesquisador no que se refere à “variabilidade da coleta de dados ou informações” durante o processo investigativo. E, de fato, uma etapa nuclear da pesquisa consiste na coleta de dados, isto é, na escolha e no emprego das técnicas e dos procedimentos por meio dos quais obteremos o material referente à pesquisa. Cada técnica tem vantagens e desvantagens que devem ser levadas em consideração já no momento em que se realiza o projeto de pesquisa. Vale o registro que tais técnicas também podem se combinar, desde que de forma pensada estrategicamente.

Entrevista

Bastante utilizada, a entrevista consiste num procedimento de coleta de dados em que o pesquisador e o entrevistado se comunicam na presença física um do outro ou remotamente seguindo um “método variável para a obtenção de informações”. Classifica-se como: “estruturada” (o entrevistador segue, sem alterações, um roteiro previamente estabelecido), “não estruturada” (inexiste roteiro preestabelecido; o entrevistador goza de liberdade para incluir ou excluir perguntas) e “semiestruturada” (possui componentes estruturados e não estruturados; há um roteiro, mas há um espaço para discussão livre e informal).

Questionário

Já o questionário, como instrumento de investigação, consiste num “conjunto ordenado de perguntas entregues ou enviados aos pesquisados” que as devem responder, por escrito, na ausência do pesquisador. Atualmente, é frequente o envio de questionários mediante formulários eletrônicos. Cabe ressaltar que há questionários compostos por perguntas fechadas e questionários compostos por questões abertas, ou mistos, que podem estimular o inquirido a trazer mais dados e informações para a pesquisa, nem sempre esperados, mas passíveis de conhecimento pelo pesquisador em sua investigação a partir de tal instrumento.

Observação

A observação também constitui um importante procedimento utilizado para efeito de coleta de dados em várias investigações acadêmicas. Na prática da pesquisa científica, ela se distancia, todavia, em

vários sentidos da observação comum, pois deve ser “uma observação planejada, registrada, categorizada e interpretada com método e rigor”, de maneira a manter, também na etapa de coleta de dados, os princípios criteriosos que caracterizam o campo da investigação científica e seus vários procedimentos possíveis.

História de vida

Principalmente nas abordagens qualitativas, cumpre mencionar a técnica de coleta de dados por meio da história de vida, em que o entrevistador “reconstrói a vida do entrevistado mediante uma conversa, um relato, etc”. O interessante nessa técnica é que ela, ao focar o individual, lança luz, também, no coletivo e no contexto social. Por exemplo, ‘uma história de vida que retrata as experiências subjetivas de um determinado ribeirinho do norte do Brasil termina por esclarecer, na sua esteira, características de considerável parcela dos ribeirinhos daquela região e do contexto histórico ao qual se vinculam’.

Grupo focal

É possível coletar dados e informações para pesquisas científicas por meio de grupo focal. Trata-se de uma técnica que “procura fazer um grupo de pessoas interagir ao mesmo tempo e no mesmo local com base na supervisão do pesquisador”. Pelo grupo focal, obtêm-se, dessa maneira, informações sobre como as pessoas pensam, opinam, sentem e se comportam em relação a determinados assuntos vinculados à investigação em questão e que passam a ser, dessa maneira, debatidos coletivamente durante esse processo da pesquisa realizada com tal participação.

CONCLUSÃO

Pelo até aqui exposto, o enfoque deste capítulo recaiu sobre a ciência e a pesquisa científica nos seus conceitos, pressupostos, modalidades e realizações mais frequentes e divulgados. Torna-se viável afirmar que a ciência está bem distante de constituir um campo homogêneo, estável, de valores imanentes e de estar ao abrigo de projetos ideológicos até mesmo de cunho totalitário ou mistificador. Todavia, a despeito dos senões, a ciência ainda goza de um status considerável, poder este constituído institucionalmente que a posiciona, para muitos, à frente dos conhecimentos que outras áreas – como a religião, a arte, a filosofia e mesmo o senso comum – podem nos proporcionar.

O fato é que a ciência moderna viabilizou um método ordenado e rigoroso, que se pretende objetivo e que se desenvolve racionalmente, em que se problematiza a realidade, se formulam objetivos, coletam-se dados e os interpreta, esperando solucionar o problema desafiador. Tal método – aqui tão somente delineado – atingiu em certos casos sofisticações inesperadas e promissoras, dando respostas satisfatórias igualmente para questões sofisticadas e até insolúveis num primeiro momento. Em especial no ambiente acadêmico, é dele que se serve seja para investigar a própria ciência seja para refletir a respeito das demais modalidades de conhecimento.

Como se isso não bastasse, o maior legado da ciência moderna e de seu método de pesquisa foi ter lançado luz sobre a centralidade da problematização da realidade exterior e interior para a aquisição de conhecimento. Semelhante concepção direta ou indiretamente aportou até mesmo nas escolas de nível fundamental e médio, que já consideram no seu dia a dia uma aprendizagem com base em problematizações.

REFERÊNCIAS

- APPOLINÁRIO, F. *Dicionário de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2011.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa*. São Paulo: Parábola, 2008.
- ALVES, R. *Filosofia da Ciência*. São Paulo: Loyola, 2000.
- CHALMERS, A. F. *O que é ciência afinal?* São Paulo: Brasiliense, 2017.
- DEMO, P. *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas, 2017.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2010.
- KELINGER, F. N. *Metodologia da pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: EPU, 2009.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2010.
- MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. *Metodologia da investigação científica para Ciências Sociais Aplicadas*. São Paulo: Atlas, 2009.
- RAUEN, F. *Roteiros de investigação científica*. Tubarão: FR, 2018.
- SAMPIERI, R. H; CALLADO, C. F; LUCIO, MARIA D. P. B, *Metodologia de pesquisa*. São Paulo: Penso, 2013.
- VOLPATO, G. *Ciência: da filosofia à publicação*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.



PROJETO DE PESQUISA:
o conhecimento e sua sistematização.
Helena Mendes dos Santos

RESUMO

No desenvolvimento de uma pesquisa é necessário planejar cada passo para otimizar o tempo dedicado à sua elaboração e para aproveitar adequadamente as informações das fontes consultadas. A esse planejamento estamos denominando de “projeto de pesquisa”, que pode ser definido com as etapas a serem realizadas para a sua concretização e que deverão ser registradas de modo a promover o compartilhamento dos conhecimentos adquiridos. Cada uma das etapas do projeto de pesquisa é fundamental tanto para a organização das ideias, informações e questões analisadas pelo/a pesquisador/a, quanto para expor ao/à leitor/a o percurso realizado em direção ao alcance dos objetivos lançados, além de permitir, com um aprofundamento do tema abordado, que as análises, reflexões, contribuições e conclusões realizadas possam ser compartilhadas socialmente pela divulgação da pesquisa de maneira a propiciar, também, eventuais auxílios no embasamento de futuras propostas de pesquisas sobre o tema. O presente capítulo pretende apresentar algumas reflexões, princípios e etapas a serem desenvolvidas em um projeto de pesquisa, de modo a auxiliar na elaboração da produção científica, tal como apresentamos em um evento virtual elaborado pelo Grupo de Pesquisa *situ-AÇÕES* para o Curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Brasília.

INTRODUÇÃO

Na introdução de seu livro *Como se faz uma tese* (1985), Umberto Eco apresenta uma série de considerações a respeito de como deve ser apresentada uma pesquisa científica, centrando suas argumentações em aspectos como ‘a escolha de um tema de pesquisa’, sobre ‘a organização do tempo de trabalho’, sobre ‘como fazer uma pesquisa bibliográfica’, etc. A partir da distinção entre o que o autor define como uma pesquisa e uma simples compilação de dados, seu texto discorre sobre o que significa elaborar um trabalho científico: identificar um tema preciso (sendo que este deve ser inédito e/ou relevante para o campo científico), levantar e organizar a documentação, reexaminar as considerações produzidas que serão apresentadas de maneira estruturada (ECO, 1985).

Para desenvolver uma pesquisa é necessário que o/a pesquisador/a, sempre que possível, escolha um tema que seja do seu interesse ou da instituição ao/a qual está ligado/a, sendo importante destacar

que, sempre que possível, opte por um assunto sobre o qual já possua algum conhecimento prévio, que tenha uma questão reflexiva a ser respondida, que seja relevante para o campo de estudo e contribua, de algum modo, não apenas para si mas para a sociedade como um todo – cabendo, ainda, apresentar o tema a ser pesquisado explicitando o contexto ao qual está ligado (IPHAN, 2016)

Além da decisão sobre o tipo de pesquisa que pretende fazer - trabalho monográfico (abordagem de um só tema) ou panorâmico (estudo amplo sobre determinado tema) -, conforme alerta Umberto Eco, o/a pesquisador/a, deve refletir sobre alguns modos de delimitar o tema escolhido e definir o tipo de abordagem que pretende fazer (histórica ou teórica, sobre temas antigos ou contemporâneos, científica ou política, etc.). Na citada publicação, o autor discorre, exaustivamente, por meio de vários exemplos, sobre algumas maneiras para se delimitar o tema e as diferentes abordagens já mencionadas (ECO, 1985), motivo pelo qual não nos deteremos sobre esse assunto, apenas sugerindo a consulta à publicação aos que tiverem interesse em se aprofundar no assunto.

Partindo do pressuposto que o/a pesquisador/a já escolheu o seu tema de estudo, podemos indagar: ‘quais seriam os elementos necessários para a estruturação de uma pesquisa e por que meios isso se daria?’ Na expectativa de responder essas indagações, e no contexto do presente capítulo, estamos definindo “estruturação” de uma pesquisa como um procedimento organizado, racional e sistematizado das informações coletadas e analisadas, e cujo resultado é passível de verificação, formalizando um “projeto” de pesquisa, que consiste na explicitação das etapas a serem cumpridas na futura pesquisa a ser realizada a partir de tal projeto para responder à/s questão/ões proposta/s pelo/a pesquisador/a.

REFLEXÕES ESTRUTURANTES DE UM PROJETO DE PESQUISA

Antes de abordar os elementos ou tópicos mais utilizados como princípios comuns de estruturação de um projeto de pesquisa ou de uma pesquisa propriamente dita a ser elaborada por um/a investigador/a, consideramos que cabe a este/a refletir e identificar, gradativamente, os alinhamentos, em termos de tipologia, da própria pesquisa que está sendo por ele/a configurada em projeto. De fato, são vários os tipos de pesquisa, que, segundo a classificação apresentada por diversos autores, podem auxiliar no melhor direcionamento das investigações que se pretende conduzir, a partir da consideração sobre tal

diversidade. Se, por um lado, os tipos ou categorias de pesquisa possam se superpor de acordo com os diversos campos de conhecimento científico, por outro lado, tais tipos de pesquisa podem, segundo o enfoque e os objetivos pretendidos, ser aplicados a diferentes áreas de interesse – seguindo os mesmos princípios de estrutura ou, em alguns casos, a partir de eventuais ajustes.

Como já mencionado no capítulo anterior, mas também pertinente a este, alguns autores classificam as pesquisas em diferentes tipos, distinguindo as não científicas (que surgem da observação) daquelas consideradas como científicas (passíveis de comprovação); alguns autores classificam as pesquisas científicas em pesquisa básica (que gera conhecimento para o avanço da ciência) e pesquisa aplicada (que gera conhecimento para aplicações práticas). No campo da Arquitetura e Urbanismo, por exemplo, são mais comuns, basicamente, as pesquisas definidas como pesquisas aplicadas. Todavia, reverberando campos distintos e questões de natureza diversa, ou mesmo o pensamento sistêmico que hoje configura uma compreensão de mundo (e que, conseqüentemente, se reflete em muitos campos do conhecimento ou campos profissionais), cabe ao/à investigador/a a escolha da linha de pesquisa a adotar que mais lhe pareça pertinente em seu contexto e possibilidades.

Neste esforço inicial de reconhecimento do objeto a ser investigado em razão de uma problemática constatada em seu campo, e das possíveis maneiras de pesquisar tal situação, a aproximação desse objeto de estudo e suas questões é crucial para um melhor planejamento de um projeto de pesquisa científica, que venha a ser posterior a tais estudos iniciais. De fato, uma pesquisa científica é baseada em um conjunto de procedimentos sistematizados, se apoia no raciocínio lógico e utiliza métodos e técnicas científicas para analisar um problema e encontrar soluções; porém, um dos primeiros passos a ser realizado, antes de se iniciar um projeto de pesquisa ou uma pesquisa, é conhecer a literatura existente sobre o assunto, a partir de um levantamento bibliográfico que identifique quais autores já se debruçaram sobre o tema a ser estudado para se conhecer o que já foi escrito por estudiosos do assunto.

Dependendo do tema e tipo de pesquisa a ser realizada, deve ser prevista uma pesquisa documental, como exemplifica Umberto Eco, a partir, por exemplo, de ‘um documento ou manuscrito do qual pode ser identificada uma informação que pode lançar um outro olhar sobre o tema pesquisado’ (ECO, 1985). Seja pela ausência de fontes iniciais para a preparação de um projeto de pesquisa (ou desenvolvimento

de uma pesquisa), seja por peculiaridades do problema identificado no campo a ser investigado pelo/a pesquisador/a, seja, ainda, por afinidades do/a pesquisador/a com determinados instrumentos e métodos, podem ser realizados levantamentos de campo iniciais para uma gradativa aproximação do campo ou do comportamento humano neste âmbito.

Junto a essas reflexões, iniciais e constantes, sobre o campo em que se encontra atuando, partindo de uma determinada área de interesse, da escolha e delimitação do tema, o/a pesquisador/a pode, de modo mais propício à almejada construção de determinado conhecimento científico, elaborar, enfim, seu projeto de pesquisa, ou seja, seu “roteiro de trabalho”, que também pode ser definido como seu “planejamento das atividades e etapas”, que deverá cumprir para responder à questão proposta (OLIVEIRA, 2011; BARROS, 2012). Nesse roteiro de trabalho deve constar, além de uma Introdução e Conclusão de auxílio ao leitor e ao próprio pesquisador, a descrição do Tema, do Objeto de estudo, a(s) Justificativa(s) para o desenvolvimento da pesquisa, os Objetivos (geral e específicos), além, evidentemente, do Problema ou da Questão a ser estudado/a como motivador da pesquisa e, ainda, a(s) Hipótese(s) levantada(s) para responder, provisoriamente, tal problema ou questão (BARROS, 2012). É importante destacar que, na descrição do tema, deve ser apresentado o seu contexto para o campo de estudo e o recorte sociocultural, de modo a situá-lo no âmbito do conhecimento já produzido sobre o assunto ou tema e na sua inter-relação com a sociedade.

A clareza dessas reflexões por parte do investigador, assim como sua apresentação para o leitor, sendo descritas com objetividade, podem contribuir de modo eficaz, como entendemos, para a consequente clareza de tal proposta de pesquisa, tanto pelo próprio pesquisador quanto pelos eventuais avaliadores e leitores do projeto e da pesquisa proposta por meio deste.

TÓPICOS ESTRUTURANTES DE UM PROJETO DE PESQUISA

A seguir serão apresentados, em linhas gerais, alguns dos principais elementos que, comumente, devem estar previstos em um projeto de pesquisa, afinal, por vezes a especificidade da pesquisa ou do eventual edital a que se pretende submeter um projeto pode já definir uma estrutura de elementos a serem apresentados sistematicamente no projeto a ser desenvolvido e submetido.

Em um projeto padrão, após os elementos “pré-textuais” presentes nas páginas de um projeto, que trazem as identificações gerais da pesquisa, do Título e Autoria ao Resumo, seguem os itens “textuais” propriamente ditos, que conformam o corpo e conteúdo de um projeto de pesquisa. No item “Introdução”, de maneira a fornecer uma visão geral do projeto de pesquisa ao leitor, além da estrutura desse projeto comumente apresentada, também é comum se delinear, neste item, a pesquisa proposta em seus tópicos iniciais, como Tema, Objeto de Estudo e, sobretudo, o Problema neste campo temático identificado que instiga uma pesquisa a partir do projeto em questão.

O “Tema” está ligado a uma área de conhecimento, a ‘um campo ou modalidade de aplicação da pesquisa’, tendo, portanto, caráter mais geral e abrangente, a partir do qual será definido o objeto de estudo e do qual será extraído o problema da pesquisa. Pode ser definido como o assunto que o/a pesquisador/a deseja estudar e pesquisar, de modo a atender a alguns requisitos como afinidade pessoal com o tema, interesse profissional, relevância acadêmica, etc. É importante, também, que o/a pesquisador/a considere se tem informações e conhecimento prévios sobre o tema, se este tem relevância sociocultural, com base na análise da realidade. É necessário (ECO, 1985), ainda, que as fontes sejam acessíveis, tanto materialmente quanto de conhecimento, por exemplo, do idioma da literatura pertinente ao assunto, e que essas fontes estejam alinhadas à sua experiência acadêmica ou profissional.

O “Objeto de Estudo” é o que se pretende estudar (IPHAN, 2016). Em outras palavras, pode ser entendido como um recorte, afunilamento, refinamento ou aprimoramento do tema geral da pesquisa, ‘algo específico a ser investigado’, que permita preencher uma lacuna, realizar uma nova análise ou atualização sobre uma discussão e, a partir do qual, será realizada uma delimitação espaço-temporal – que, juntamente com a abordagem, o enfoque e o problema a ser respondido – permitirá, dessa maneira, atender a uma maior abrangência de interesses, à ampliação e ao aprofundamento do conhecimento sobre o assunto.

O “Problema” ou a “Questão” da pesquisa, sendo de ordem teórica ou prática, é ‘a pergunta ou questionamento a ser respondido(a) com realização da pesquisa’ e que a delimita (OLIVEIRA, 2011). A identificação de um problema ou uma questão em determinado campo de conhecimento e a possibilidade de resolver tal problema ou esclarecer tal questão é o que instiga uma pesquisa, que leva

ao investimento de tempo e recursos em uma investigação (GUIMARÃES, 2020). Um problema pode ser formulado de maneira científica caso esteja vinculado à descrição de fenômenos, mas, evidentemente, não deve ser vinculado a juízos de valor, que não são passíveis de verificação empírica, de observação ou mensuração.

A “Hipótese” é ‘a resposta ou solução possível e provisória do problema ou questão’ e, sempre que possível, deve estar relacionada às mesmas variáveis do problema. Pode ser básica (principal) ou ser complementada por outras (secundárias), indutiva (parte do estudo do singular para o geral) ou dedutiva (parte do geral para o singular) e deve ser plausível, consistente, específica, verificável, clara e explicativa (OLIVEIRA, 2011). As hipóteses, tendo sido propostas em uma pesquisa para auxiliar na análise de uma problema ou questão, necessitam ser confirmadas ou refutadas ao final do trabalho – em ambos os casos, sua verificação é importantíssima e auxilia na construção do conhecimento.

O “Objetivo geral” se constitui na descrição do ‘fim a ser alcançado’, que pode ser detalhado ou ser desdobrado nos “objetivos específicos” – que dizem respeito aos diferentes aspectos e distintas dimensões do objeto de estudo, e dos passos necessários para que seja alcançado o objetivo geral (IPHAN, 2016). Evidenciamos que os objetivos precisam ser coerentes com o objeto de estudo e a questão ou problema a ser respondido. Tanto o objetivo geral – que deve definir o que será feito na pesquisa (como analisar, realizar um levantamento, interpretar, comparar determinado objeto ou objetos de estudo) – quanto os objetivos específicos – que identificam as contribuições esperadas ou expectativas a serem alcançadas (diretamente relacionados à justificativa ou às justificativas) – devem ser apresentados por meio de tópicos na estrutura do projeto (IPHAN, 2016).

“A(s) Justificativa(s)” consiste(m) na ‘explicação sobre a importância da pesquisa’: sua relevância nos campos cultural, social, científico e acadêmico; sua pertinência na análise de determinado problema devido à urgência de sua resolução. Consiste, assim, na exposição das razões de ordem teórica e prática que demonstram a sua relevância, originalidade e o caráter oportuno (GUIMARÃES, 2020), devendo também ser mencionadas, a atualidade e originalidade do tema, além das contribuições que a pesquisa pode trazer para a área ou âmbito do estudo (OLIVEIRA, 2011), tendo em vista o conhecimento já produzido sobre o assunto, suas eventuais lacunas e necessidades de maior investigação.

Às vezes citada na Introdução ou em meio à Problemática evidenciada no projeto de pesquisa, o termo “Revisão de Literatura” ou “Estado da Arte”, consiste em uma etapa importantíssima de uma investigação. Se iniciada com um estudo informal sobre o objeto de investigação, tal item será formalizado pelas informações e fontes encontradas em tal estudo prévio, afinal, consiste em um ‘estudo do autor sobre o que já existente na literatura publicada sobre determinado tema’ e que antecede a pesquisa propriamente dita. Ou seja, é a apresentação geral do campo pela literatura já produzida, como enfoques e indagações abordadas pelos estudiosos sobre determinado tema – algo com caráter de uma pesquisa exploratória que pode constar com um item estruturante da pesquisa.

A partir da definição do arcabouço apresentado é possível estabelecer o “Quadro Teórico” com o qual o/a pesquisador/a irá trabalhar, isto é, a definição de qual(is) autor(es) e qual(is) fundamento(s) teórico(s) embasarão a pesquisa dentro do universo de possibilidades apresentado previamente no item Revisão de Literatura. Como regra geral, é recomendável destacar que as fontes a serem consultadas devem estar acessíveis, e que sejam compatíveis com a experiência e conhecimento, por exemplo, do idioma, do/a pesquisador/a. Caso se aplique, também devem ser previstas no cronograma do projeto a necessidade de deslocamento, as restrições de acesso às mesmas e as alternativas para contornar os possíveis imprevistos (ECO, 1985). A análise da bibliografia consultada deve ser apresentada de uma forma crítica, podendo incorporar as contribuições teóricas e empíricas que sejam compatíveis com a proposta de trabalho, considerando a pertinência dessas abordagens sobre o tema e o problema tratado na pesquisa (IPHAN, 2016).

Com esses elementos definidos será, então, possível construir a “Metodologia” a ser utilizada na pesquisa, ou seja, como o/a pesquisador/a pretende conduzi-la, o que se resume, basicamente, em ‘o que fazer e como fazer’. Alguns autores distinguem a metodologia entre método de abordagem (define ‘o processo’ lógico utilizado na pesquisa) e método de procedimento (define ‘como’ será realizada a pesquisa na prática), além das técnicas de pesquisa (OLIVEIRA, 2011). A Metodologia de pesquisa pode ser, de certo modo, definida como a abordagem, os procedimentos e o conjunto de técnicas adotados para a concretização dos objetivos (geral e específicos) a serem alcançados; já a técnica de pesquisa pode ser definida como a maneira concreta pelas qual o/a pesquisador/a pretende chegar ao resultado final, ou seja, a resposta à questão apresentada. Na definição do tipo de metodologia a ser utilizada na

pesquisa deve ser levado em conta o tempo que demandará a sua aplicação, devendo, ainda, serem considerados fatores externos, como a aquisição de materiais (por exemplo livros sobre assuntos específicos, dicionários, equipamentos, etc.), a previsão da necessidade de deslocamento em caso de trabalho de campo, entre outros.

O item “Cronograma” é a ‘representação gráfica do planejamento das ações ou atividades a serem realizadas’ e nele estão previstas as várias etapas da pesquisa adequando-as ao tempo/prazo de que dispõe o/a pesquisador/a para concluí-la. Eventualmente, tende a ser associado indiretamente ao Cronograma o item “Custos” que, quando presente em uma pesquisa, explicita assim os gastos para a pesquisa em sua vinculação com as etapas do trabalho previstas.

No item “Conclusão” ou “Resultados Esperados”, cabe ao autor explicitar ‘o que se espera realizar com o desenvolvimento de tal projeto’. Nesse item, sobretudo os objetivos devem ser mencionados novamente, seja evidenciando que foram alcançados e como o foram (tal como se planejou inicialmente ou contornando eventuais situações adversas ou surpresas que geralmente perpassam o processo de pesquisa). É comum, também, evidenciar em tal item possíveis desdobramentos da pesquisa que tal projeto propõe realizar.

Por fim, no item “Referências Bibliográficas”, ou apenas “Referências”, são explicitadas as obras utilizadas e citadas no corpo do projeto. Dependendo do eventual edital do projeto, as normas para citações podem ser distintas, de acordo com o padrão normativo solicitado como modelo de referência. Eventualmente, pode haver um conjunto de elementos “pós-textuais”, como Anexo (material de apoio, não produzido pelo autor) ou Apêndice (material de apoio, produzido pelo autor), utilizados caso o autor do projeto considere pertinente acrescentar tais referências à parte do corpo do projeto de pesquisa.

CONCLUSÃO

No presente artigo procuramos identificar e abordar quais os principais passos para a elaboração de um projeto de pesquisa de modo a que sejam adequadamente utilizadas as referências consultadas sobre o assunto, visando extrair as principais informações obtidas por meio das fontes examinadas e otimizar o tempo para a realização do estudo.

Definiu-se “projeto de pesquisa” como o planejamento das etapas a serem realizadas para a sua concretização – a verificação da(s) hipótese(s) levantada(s), os resultados obtidos, o alcance dos objetivos pretendidos, etc. – que serão registradas de forma a promover o compartilhamento dos conhecimentos adquiridos. Também foram aqui sintetizadas cada uma das principais etapas de um projeto de pesquisa, a partir das definições apresentadas por diversos autores. Foi possível demonstrar como as ideias, informações e questões organizadas para serem expostas a um leitor permitem que este acompanhe o percurso realizado pelo/a pesquisador/a para atingir o objetivo ou objetivos pretendidos, compartilhando, por meio de uma produção científica, as contribuições para o conhecimento, aprofundamento ou fundamentação de um determinado tema que pode, inclusive, servir de base para futuras propostas de pesquisas.

Partindo-se da reflexão de Umberto Eco sobre os aspectos que distinguem uma pesquisa científica – tendo em vista que o tema escolhido deve ser original, ter utilidade e ser atual – de uma simples compilação de dados, foi possível depreender que a primeira se baseia, basicamente, na identificação de um tema preciso, no levantamento, na organização e análise da documentação, no reexame das considerações produzidas e na produção de um texto de maneira a expor os resultados obtidos.

Definido um tema que seja do seu interesse ou da instituição ao/a qual está ligado/a, o/a pesquisador/a – sendo oportuno destacar a importância de que seja um assunto sobre o qual já possua algum conhecimento prévio –, deve apresentar uma questão reflexiva relevante para o campo de estudo cuja resposta ou resultado contribua, de algum modo, para a sociedade como um todo. Imprescindível também é a realização da delimitação do tema escolhido e a definição do tipo de abordagem (histórica ou teórica, sobre temas antigos ou contemporâneos, científica ou política) pretendido.

De fato, existem diferentes tipos de pesquisa categorizados, segundo alguns autores: pesquisas não científicas têm como origem o senso comum, de caráter empírico, que surge da observação; as pesquisas científicas produzem conhecimento científico por serem realizadas a partir de um procedimento organizado e sistemático, passível de comprovação. A partir dos aspectos introdutórios aqui apresentados, esperamos ter sido possível evidenciar a importância da atenção do investigador no que se refere ao conhecimento do campo da pesquisa propriamente dita, de suas tipologias distintas e

sobreposições possíveis, tanto para uma maior compreensão dos procedimentos a adotar quanto para ensinar melhores desdobramentos e clareza a seus leitores ou avaliadores.

Por fim, o presente capítulo apresentou uma sugestão de “roteiro básico” para a elaboração de um projeto de pesquisa, em termos de estruturação do pensamento científico, incluindo as respectivas definições dos elementos compositivos de uma pesquisa científica tradicional: da descrição do Tema, ao Objeto de Estudo, passando pelo Problema ou da Questão a ser estudado/a, assim como pela(s) Justificativa(s) para o desenvolvimento da pesquisa, pelos principais Objetivos (geral e específicos), pelo e pela(s) Hipótese(s) levantada(s), além de elementos complementares.

REFERÊNCIAS

BARROS, J. D'A. *O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2012.

ECO, U. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva. Coleção Estudos. Tradução: Gilson Cesar Cardoso de Souza. Revisão e Produção: Plínio Martins Filho. 1985.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, S. T. *Apostila da Disciplina Seminário Avançado do Curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Brasília*. [Texto de circulação interna para fins exclusivamente didáticos]. Brasília, 2020.

IPHAN. *Proposta de roteiro para elaboração do projeto de pesquisa*. Rio de Janeiro: Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural–Coordenação–Geral de Pesquisa e Documentação/COPEDOC-DAF/IPHAN, 2016.

_____. *Entrevista com Augusto Carlos da Silva Telles*. (Org. Analucia Thompson). Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2010.

OLIVEIRA, I. C. A. *Introdução à metodologia científica*. Pará de Minas: Virtualbooks, 2011.

PANASIEWICZ, R.; BAPTISTA, P. A. N. *A Ciência e seus métodos*. Belo Horizonte: Universidade FUMEC, 2013.

PASSOS, M. *Curso de metodologia científica*. Disponível em: <<http://profmatheuspassos>>. Acesso em: 20 abr 2020.

SARANDY, F. M. S.; RODRIGUES, A. T. *Apostila compilada com transcrições sem referências*. [Texto de circulação interna para fins exclusivamente didáticos].



A B O R D A G E N S



PESQUISA QUANTITATIVA:
o conhecimento pela quantificação de dados.
Cléber Mansano, Luiz Vanzela & Marco Borges Netto

RESUMO

Os procedimentos de pesquisa de caráter quantitativo enfatizam, sobretudo, as medidas objetivas e a análise estatística, matemática ou numérica, dos dados coletados tanto por meio de questionários ou outros instrumentos quanto pela manipulação de dados estatísticos pré-existentes, adotando-se, crescentemente, técnicas computacionais. A pesquisa quantitativa concentra-se, dessa maneira, na coleta de dados numéricos para generalizá-los entre grupos de pessoas e/ou para explicar um fenômeno específico. Este capítulo enfoca essa abordagem de pesquisa, comumente usada na condução de estudos vinculados a uma abordagem pautada, desse modo, no conhecimento pela quantificação de dados – uma abordagem quantitativa. Assim como o objetivo geral da pesquisa quantitativa é investigar um determinado tópico ou atividade pela medição de variáveis em termos quantificáveis, o presente capítulo visa apresentar, de modo breve, o universo em que tendem a ser desenvolvidas investigações sob tal abordagem, como definições, elementos constitutivos, modelos de representação e outras peculiaridades sobre pesquisas conduzidas sob esta linha, muito facilitada pela informatização e seus softwares.

INTRODUÇÃO

A Estatística é cada vez mais importante em qualquer atividade profissional atual. Nos mais diversificados ramos de atuação, os profissionais e até mesmo pessoas comuns estão frequentemente expostas à Estatística, utilizando-a com maior ou menor intensidade. Fato que pode ser explicado pelas múltiplas aplicações que o método estatístico proporciona para a descrição de uma ação/resultado.

Seguindo essa linha de raciocínio, cabe ressaltar que a Ciência Estatística pode ser dividida basicamente em duas partes: a Estatística Descritiva, que se preocupa com a organização e descrição dos dados experimentais, e a Estatística Indutiva (ou Inferencial), que cuida da sua análise e interpretação. A partir deste campo, a Estatística Descritiva, aqui evienciada, pode ser interpretada como uma função cujo objetivo é a observação de fenômenos de mesma natureza, a coleta de dados numéricos referentes a esses fenômenos, a organização e a classificação desses dados observados e sua apresentação por meio de tabelas, gráficos ou diagramas, além do cálculo de coeficientes (estatísticas), que permitem descrever resumidamente os fenômenos em questão.

OS DADOS E A PESQUISA (QUANTITATIVA E/OU QUALITATIVA)

Em qualquer procedimento de pesquisa, antes de iniciar a análise de uma base de dados é preciso determinar corretamente que tipo de dados foram levantados, o que, por sua vez, irá interferir no tipo de análise a ser utilizada e a ferramenta a ser utilizada. A pesquisa estatística pode consistir, por exemplo, de informações extraídas de uma população ou amostra, seja por Censo ou Amostragem. Já os dados estatísticos são observações documentadas ou resultados da medição.

Ainda que a pesquisa pautada por uma abordagem quantitativa tenha se tornado uma possibilidade de investigação muito vinculada às Ciências Exatas após a emergência da abordagem qualitativa e a difusão desta última junto às Ciências Sociais, teóricos como Gil (2004, p. 4) evidenciam o quanto a adoção de uma determinada abordagem deve ser correlacionar não tanto a um campo específico, mas às especificidades do caso em questão. Segundo as considerações autor acima, tais vinculações se configuram como algo menos crítico do que aparenta, pois, ainda que afirmemos que o cientista social utiliza variáveis de difícil quantificação, é comumente aceita a consideração de que “o grande adiantamento de uma ciência pode ser determinado pela precisão de seus instrumentos de medida”.

Sob tal contexto, cabe menção também a ainda mais recente configuração da abordagem quantitativa-qualitativa (quanti-quali), crescentemente adotada em situações nas quais uma confluência considerável de diferentes quadros instrumentais, analíticos e interpretativos seja considerada como necessária ou pertinente. A partir dessa subdivisão do campo de pesquisa, no que se relaciona à abordagem ou natureza da pesquisa, em três linhas específicas, ou duas passíveis de convergência, é compreensível a busca por entendimento sobre as peculiaridades de cada linha de abordagem e, no caso da pesquisa estatística, a ocorrente interrogação dos pesquisadores iniciantes se: ‘A inserção de dados numéricos por meio de gráficos, tabelas e outras formas de representação garantem, em si, que uma pesquisa seja classificada como quantitativa?’

Essa pergunta, apresentada por Pitanga (2020), abre um leque de questionamentos possíveis que se ampliam para o campo mais amplo da pesquisa científica e de seus procedimentos. Primeiro, é importante salientar que as abordagens quantitativas dominaram as investigações em Ciências

Humanas e Sociais até a década de 1970, sustentadas pela supremacia do Positivismo nessas ciências (CHIZZOTTI, 2003; GAMBOA, 2003); segundo, há que se considerar, por um lado, que o prestígio e o sucesso dos métodos das ciências físicas, adquiridas com o tempo, indagava se a vida social humana deveria e poderia ser investigada com os métodos destas ciências; terceiro, cabe considerar, por outro lado, o fato de muitos autores denunciarem, crescentemente, o falso conflito entre qualidade versus quantidade, à medida em que, sob uma ênfase específica, o nível técnico-instrumental pode se hipertrofiar de modo a se tornar a principal opção de uma pesquisa. Desse modo, o que podemos dizer é que a aplicação de métodos científicos teve como consequências a polarização de opções, num falso dilema entre técnicas quantitativas x técnicas qualitativas, ocorrido tanto em razão do predomínio de visões positivistas quanto em razão do desconhecimento de pressupostos filosóficos.

Assim, para o presente capítulo, que tematiza a pesquisa quantitativa, consideramos necessário, além da compreensão entre as diferenças entre pesquisa quantitativa e qualitativa e sua adoção, a compreensão, mais geral, da diferença entre método e abordagem. Segundo Pitanga (2020, p. 184-201):

Defendemos aqui a existência de uma diferença entre método e abordagem, pois, o método em si é limitado, circunscrito na dimensão técnico-instrumental e é mais uma das componentes que envolvem a pesquisa. Em contrapartida, a abordagem (quantitativa ou qualitativa) está intimamente relacionada com a natureza da pesquisa e, por sua vez, circunscrita na dimensão epistemológica/filosófica. A decisão por uma determinada abordagem passa por uma avaliação complexa e holística das definições tomadas. Enquanto o método se restringe a opções relacionadas, como: instrumentos e tratamentos dos dados coletados, a abordagem refere-se a uma decisão que envolve: o problema de pesquisa, os objetivos traçados, o método escolhido e a validação dos dados obtidos, num processo interconectado e retroalimentado como em um círculo recursivo.

Por considerações como essa, associadas a reflexões provindas de experiências de pesquisa, defendemos a busca por conhecimento das especificidades sobre o fenômeno em análise, mas também a busca constante pela renovação do conhecimento sobre o próprio campo da investigação (seus conceitos e dilemas, elementos e procedimentos), assim como a atenção para as possibilidades do princípio dialógico, aquele que nos permite manter a dualidade no âmago da unidade. Desse modo, a escolha por uma abordagem híbrida ou abordagem específica, como a abordagem quantitativa aqui evidenciada, deverá ser, também ela, uma escolha entre as tantas outras procedidas conscientemente pelo pesquisador.

A ADOÇÃO DE VARIÁVEIS NA PESQUISA QUANTITATIVA

A “variável”, uma característica a ser estudada de uma unidade, a ser medida a partir de uma amostra, e que é considerada elemento central da pesquisa estatística demanda, antes da menção à sua utilização, a identificação de seus tipos distintos: “variáveis quantitativas”, que descrevem a quantidade de uma variável, podendo ser contínuas (relativas a medidas – escala, grandeza) e discretas (relativas a contagens – números inteiros), e “variáveis qualitativas”, que descrevem a qualidade ou atributo de uma variável, podendo ser nominais (relativas a categorias – sem ordem definida) e ordinais (relativas a ordenações – podem ser ordenadas). Mais especificamente, as variáveis podem ser consideradas como as informações ou os atributos que se deseja mensurar sobre o elemento de estudo de maneira a alcançar um determinado conhecimento sobre ele. Em correlação a uma pesquisa pautada em abordagem qualitativa, a pesquisa pautada em uma abordagem quantitativa se diferencia em conceito, dados e procedimentos (Quadro 1).

Variável	Conceito	Exemplos de variáveis
Quantitativa	Discreta (contagem)	- Habitantes por residência (1, 2, 3, 4, etc.) - Residências com acesso a água por rua (5, 6, 7, 8, etc.)
	Contínua (medida)	- Peso de recém-nascidos (2,15 kg, 2,32 kg, 2,42 kg, etc.) - Altura de alunos (1,62 m, 1,64 m, 1,67 m, 1,72 m, etc.)
Qualitativa	Nominal (categoria)	- Sexo (masculino e feminino) - Tipo de habitação (casa, apartamento, barraco etc.)
	Ordinal (ordenação)	- Escolaridade (fundamental, médio e superior) - Qualidade da água (boa, média e ruim)

Quadro 1: Tabela de classificação das variáveis analisadas em Ciências Exatas e Ciências Sociais.

Como exemplo, consideremos que um pesquisador pretende verificar a maneira como determinados domicílios de um município são atendidos por esgotamento sanitário e abastecimento de água. Para tanto, o pesquisador conseguiu uma planilha que apresentava o nome dos bairros, quantos domicílios possuem banheiros ou sanitários, a quantidade de domicílios, se usam fossa séptica, fossa rudimentar, vala. Sabe-se que numa pesquisa assim, para cada elemento investigado tem-se associado um ou mais resultados correspondendo a uma ou várias características. No exemplo, considerando a característica

de “como o esgotamento é feito nos banheiros e nos sanitários” (variáveis), pode-se fazer várias associações. E essas associações podem, a depender da análise, ser variáveis.

As variáveis apresentam como possíveis realizações uma qualidade ou atributo do objeto pesquisado, como, no exemplo acima, o uso de fossa rudimentar. Conseqüentemente, a tabela traz, como possíveis realizações, números que foram resultantes de uma contagem, como o número de domicílios com rede geral de esgoto e a variável ‘com sanitário’ pode ser apresentada em números ou em ‘sim/não’. As variáveis que atribuem uma definição, qualidade ou atributo, são chamadas de variáveis qualitativas, as variáveis com dados numéricos, quantitativas.

Portanto, a pesquisa quantitativa tem como características o levantamento de variáveis, suas características e mensuração; seu resultado pode apresentado por gráficos ou diagramas. Feita a coleta dos dados das variáveis, o pesquisador deve aferir a distribuição da “Frequência”, o comportamento das variáveis, analisando a ocorrência de suas possíveis realizações. Nesse mesmo exemplo, no bairro X, há um total de 15.667 domicílios, sendo que 14.768 domicílios possuem ‘banheiros individuais’; então, a distribuição da frequência é calculada dividindo a frequência (14.768) pelo total (15.667). No caso, a distribuição da frequência é 0,9426, ou seja, 94,26% dos domicílios possuem banheiros individuais.

Mas é importante salientar que compete ao pesquisador, e não ao software, analisar os dados com base nas perguntas a serem respondidas. Por exemplo, no caso acima, o pesquisador quer saber ‘onde ocorre mais uso de fossa rudimentar’ e ‘onde ocorre mais uso da rede geral de esgoto’, pode inclusive estabelecer, como a hipótese que irá direcionar a pesquisa, a consideração de que ‘bairros mais pobres possuem mais fossas do que rede de esgoto’. Feita a mineração de dados, o pesquisador identificou como ocorre a distribuição entre fossas e redes no bairro estudado mas, a que conclusão ele chega no sentido da razão de tal distribuição? Se não se atentar a isso, terá apenas números.

Então, nesse mesmo caso de exemplo, o pesquisador que quer entender algo além da ocorrência ou situação apresentada, como ‘o porquê’ dessa situação, deve buscar novas variáveis como ‘renda per capita dos bairros’, ‘investimentos públicos em saneamento por bairros’, ‘tempo de instalação da rede de esgoto nos bairros’ e quantas variáveis mais forem necessárias para ele confirmar ou não a

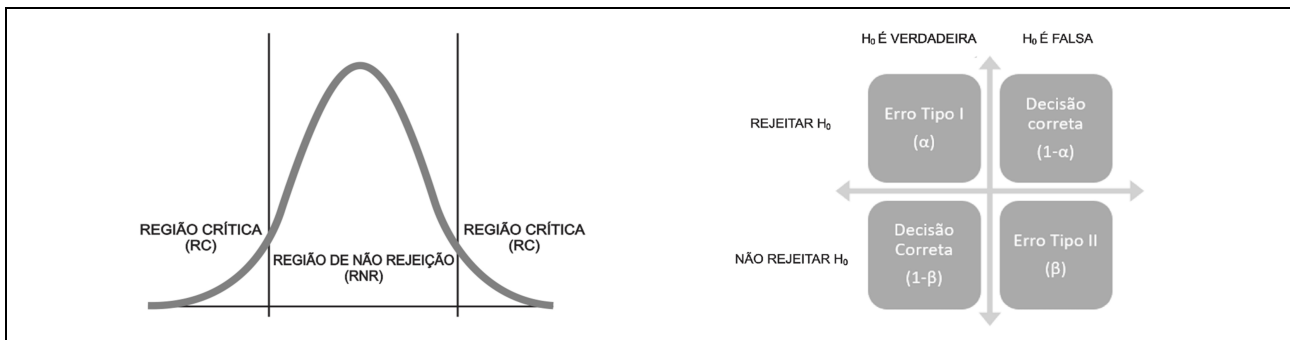
hipótese de que 'bairros mais pobres possuem mais fossas', seja para auxiliary na melhor destinação de recursos seja para auxiliar com mais precisão em políticas públicas locais.

O TESTE DE HIPÓTESES NA PESQUISA QUANTITATIVA

Considerando a “hipótese” como uma formulação provisória a ser verificada (validada ou refutada) no desenvolvimento da pesquisa, esse elemento constitutivo ou, essa parcela estrutural de uma pesquisa quantitativa é, comumente, utilizada como um fio condutor para facilitar o direcionamento da pesquisa ao alcance dos objetivos traçados. Nesse processo, utilizados como procedimento na manipulação com hipóteses de pesquisa, os ‘testes de hipóteses’ ou ‘testes de estatísticos’ ou, ainda, ‘testes de significância’, consistem em um mecanismo estatístico permissível à tomada da decisão em aceitar ou rejeitar uma hipótese de pesquisa. Os testes de hipóteses permitem, por exemplo, averiguar a veracidade de proposições sobre uma população, a partir de uma amostra dessa população, sendo duas hipóteses possíveis. Por um lado, tem-se a Hipótese H0 (hipótese nula), que é a que contradiz a hipótese do pesquisador, por outro, a Hipótese H1 (hipótese da pesquisa), ou a que o pesquisador quer provar.

Quando a hipótese H1 é confirmada, diz-se que a hipótese H0 foi rejeitada e vice-versa. Entretanto, como os testes de hipóteses são realizados a partir de uma amostra da população, esse teste deve estar associado a uma probabilidade de significância (valor de “p”), ou seja, se refere à probabilidade da estatística do teste acusar um resultado em relação ao esperado (denominado “nível de significância”). O nível de significância é o valor de probabilidade tolerável de errar na rejeição de H0, estabelecido no planejamento da pesquisa, sendo designado pela letra grega “ α ”. Nas pesquisas, em geral, o nível de significância normalmente adotado é de $\alpha=5\%$ ou $\alpha=0,05$. Nos testes de hipóteses aceita-se H0 quando o valor da probabilidade de significância calculada no teste for maior que o nível de significância definido na pesquisa, ou seja, se $p > \alpha$. Em contrapartida, se o valor de $p \leq \alpha$, rejeita-se H0 e aceita-se a hipótese da pesquisa.

Considerando uma hipótese nula a ser testada, tal estudo pode ser desenvolvido e representado por meio de tabelas, gráficos ou diagramas (Figuras 1 e 2) – seja pela construção de um “intervalo de confiança” (que representa os limites para a rejeição ou aceite da hipótese) em torno do parâmetro, seja pela identificação de uma entre quatro ocorrências, aceitando ou rejeitando a hipótese.



Figuras 1 e 2: Gráfico e Diagrama auxiliares em um teste de hipóteses. Fonte: Autores a partir de Rodrigues/Kerlinger.

No intuito de auxiliar na compreensão das possibilidades de investigação sobre esta linha de pesquisa específica pautada na abordagem quantitativa, a seguir serão citados brevemente alguns dos vários testes muito utilizados para rejeitar ou aceitar uma hipótese. A escolha de um determinado teste é realizada de acordo com as especificidades da pesquisa em questão e, evidentemente, com os conhecimentos, inclinações e considerações do pesquisador.

Teste F

Bastante adotado para identificar se agrupamentos de dados por categorias são significativos, o teste F, descoberto por R. A. Fisher e ligeiramente modificado por G. W. Snedecor, é realizado pela determinação do quadro de análise de variância (ANAVA), em que se calcula o valor da estatística F, pelo quociente entre dos valores do quadrado médio de tratamentos (QMTrat) e quadrado médio do resíduo (QMRes).

Teste t

O “teste t” consiste em uma análise estatística bem simples que permite testar a comparação entre duas médias obtidas de conjuntos de dados quantitativos contínuos, como amostras da população. Neste contexto, pode-se ter duas situações em relação ao conjunto de dados obtidos das amostras: ‘dados pareados’ ou ‘dados não pareados’ (independentes).

Teste de Tukey

Quando o teste F para tratamentos da ANAVA é significativo para causas de variação de tratamentos qualitativos, o “teste de Tukey” é um dos mais utilizados, pois permite a comparação de média de mais de dois tratamentos, além de ser rigoroso e de fácil aplicação. Mas uma limitação deste teste é que não permite comparar grupos de tratamentos entre si, somente tratamentos individuais entre si.

A DESCRIÇÃO DOS DADOS NA PESQUISA QUANTITATIVA

Se considerarmos que a simples tabulação de populações e dados econômicos estão entre as primeiras manifestações históricas de estudos estatísticos, esta técnica de descrição ou resumo de um determinado conjunto de dados, amparada pelos procedimentos de identificação e avaliação das desigualdades entre tais dados, podem se configurar como autosuficientes para uma análise estatística ou como a base da descrição inicial dos dados. As medidas utilizadas para descrever um conjunto de dados em estudo são definidas como “medidas de tendência central” e “medidas de dispersão” e também tendem a ser representadas por tabelas, gráficos ou diagramas.

Medidas de tendência central

Algumas medidas são essenciais para descrever ou resumir um conjunto de dados de uma amostra (como uma lista, uma população, etc), melhorando o entendimento da distribuição dos dados. Essas medidas, denominadas como “medidas de tendência central” (Figura 3), são categorizadas como “moda” (Mo: valor que mais ocorre em um conjunto de dados observados - se todos os valores forem diferentes, não há moda), “mediana” (Md: valor central entre uma série de dados observados - é um valor superior a 50% dos valores observados e inferior a 50% dos valores observados), “média” (\bar{x} : valor central de determinados dados - resulta da divisão do somatório dos valores dos dados observados pelo número de observações) ou ainda “quartil” (Q: qualquer um dos três valores que divide o conjunto de dados observados em quatro partes iguais ou $\frac{1}{4}$ do conjunto - os quartis 1, 2 e 3 são valores superiores, respectivamente, a 25, 50 e 74% dos valores observados em um conjunto de dados).

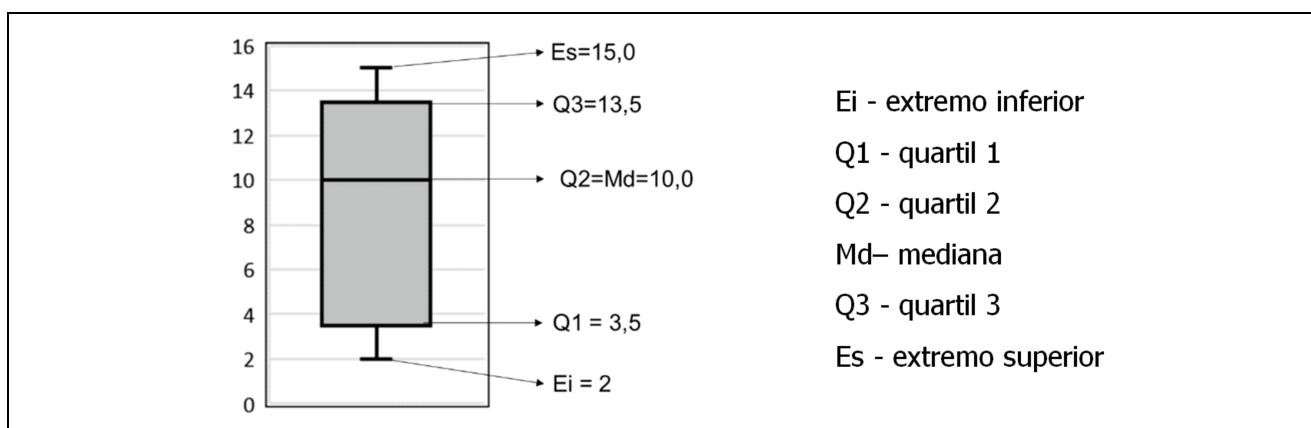


Figura 3: Diagrama *boxplot* representativo de 'medidas de tendência central' por meio de dados em caixa. Fonte: Autores.

Medidas de dispersão

A média aritmética de uma amostra ou população fornece uma ideia do conjunto de seus dados, mas não permite avaliar as desigualdades entre seus elementos, isto é, a sua dispersão. Portanto, as “medidas de dispersão” (Figura 4) são importantes para indicar o quão os valores de um conjunto de dados estão próximos ou distantes em relação à média; tais medidas são categorizadas como “variância” (s^2 : dispersão dos dados da série em relação à média), “desvio-padrão” (s : raiz quadrada da variância), “coeficiente de variação” (CV: divisão ou razão do desvio-padrão pela média) e “amplitude” (R: subtração entre o maior valor e o menor valor dos dados da série).

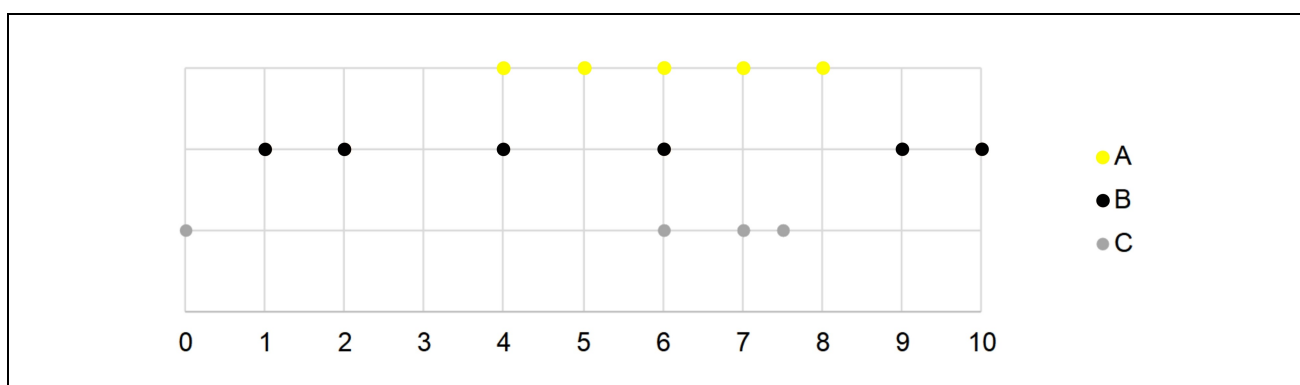


Figura 4: Diagrama de pontos representativo de ‘medidas de dispersão’ por eixo cartesiano e conjuntos de dados. Fonte: Autores.

A ANÁLISE DOS DADOS NA PESQUISA QUANTITATIVA

Em pesquisas de abordagem quantitativa, a análise de dados a ser procedida por meios estatísticos leva à utilização de técnicas como as de “análise de correlação” e “análise de regressão”, que consistem em duas técnicas estreitamente relacionadas e que têm por objetivo estimar uma eventual relação existente entre duas variáveis amostrais. Análises estatísticas de um conjunto de dados em estudo procedidas pelas técnicas de correlação e regressão também podem ser representadas por tabelas, gráficos ou diagramas.

Análise de correlação

A análise de correlação (valor de “r”) permite avaliar se há relação e qual o grau de relacionamento entre duas variáveis quantitativas (X e Y, por exemplo) com certo nível de significância. Esse procedimento de pesquisa tem como objetivo determinar (mensurar) o grau de relacionamento entre

essas duas variáveis em análise. O valor de “r” pode variar de -1 a 1 e quanto mais próximo de -1 (relação inversa) ou 1 (relação direta), maior é essa relação. Essa análise pode ser representada, por exemplo, por modelos (Figura 5) que apresentem os dados em “correlação linear positiva (a)”, “correlação linear negativa (b)”, “correlação não-linear (c)” e “ausência de correlação (d)”:

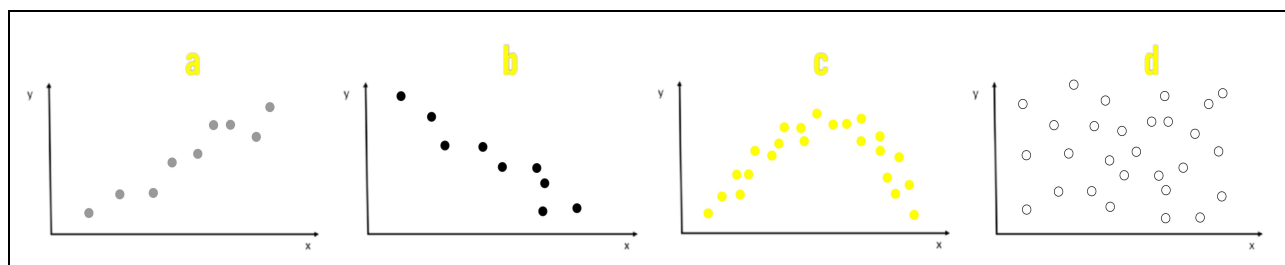


Figura 5: Modelos de ‘análise de correlação’ por plano cartesiano e conjuntos de dados. Fonte: Autores.

Análise de regressão

Quando se analisa dados que sugerem a existência de uma relação funcional entre duas variáveis quantitativas (X e Y, por exemplo), uma análise de regressão (valor de “r”) permite avaliar, com certo nível de significância (α), a equação ou modelo matemático que melhor explica e representa a relação entre essas duas variáveis. Normalmente os modelos testados vêm acompanhados dos coeficientes de determinação (r^2), que permitem avaliar a qualidade do modelo em estimar a variável dependente em função da independente conforme pode ser representado, por exemplo, por modelos (Figura 6) “linear (a)”, “exponencial (b)”, “logarítmico (c)” e “quadrático (d)”:

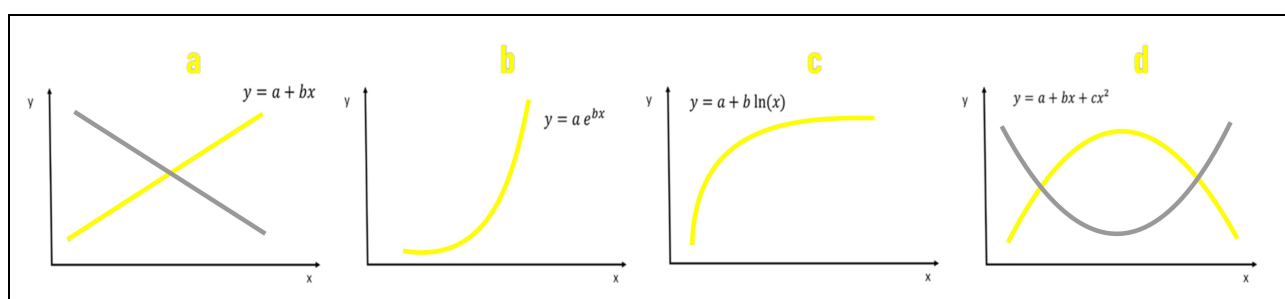


Figura 6: Modelos de ‘análise de regressão’ por plano cartesiano e conjuntos de dados. Fonte: Autores.

CONCLUSÃO

Tendo apresentado neste capítulo uma síntese sobre conceitos e procedimentos de uma abordagem de pesquisa específica, a quantitativa, reforçamos em nossas considerações finais que a decisão sobre

essa ou outra abordagem de pesquisa a ser adotada em uma investigação consiste em uma ação que faz parte de um processo de escolhas diante das especificidades da pesquisa e conhecimentos e afinidades do pesquisador. Nesse sentido, também não é suficiente afirmar que a presença de dados numéricos, nas suas mais variadas formas de representação (tabelas, gráficos, etc), caracterize uma abordagem quantitativa, mas sim a adoção de uma abordagem de caráter quantitativo em relação aos dados em análise e sua representação.

O pesquisador deve estudar o procedimento científico adequado para a pesquisa e analisar se os dados quantitativos, numéricos, agregarão ou não à pesquisa as melhores informações para o alcance dos objetivos lançados no início de tal investigação e que a motivaram. Vários autores nas Ciências Sociais e Exatas propõem métodos que ajudam a analisar dados em uma pesquisa, contudo, é importante salientar que não há a necessidade de aplicar todos os cálculos apresentados entre as possibilidades divulgadas nesta linha de investigação; basta ao pesquisador identificar o que se pretende alcançar, buscar os dados e analisá-los da maneira considerada mais pertinente em tal caso.

Retornando a um dos casos aqui exemplificados, a pesquisa sobre o esgotamento de um bairro, o pesquisador, para além dos dados, pode elaborar uma pesquisa weberiana para compreender o 'fato social', ou como as pessoas do bairro vivem para, assim, compreender melhor os dados numéricos coletados ou ampliar as informações que podem trazer – dessa maneira, o pesquisador pode descobrir, por exemplo, que determinado bairro tem mais uso de fossas rudimentares por ser um bairro recente e ainda carecer de regularização.

Conclui-se, portanto, que o importante e fundamental na pesquisa quantitativa não é apenas lançar os dados e as informações, mas analisá-los em suas potencialidades nem sempre mais aparentes para compreender melhor aquela realidade; se permitindo agregar, a depender do caso, outras fontes de dados, instrumentos e abordagens de pesquisa no processo da investigação científica que podem ampliar o alcance das análises e, conseqüentemente, a compreensão do fenômeno investigado.

REFERÊNCIAS

BARBETA, P. A. *Estatística aplicada às Ciências Sociais*. Florianópolis: UFSC, 2002.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez, 2003.

GAMBOA, S. A. S. Pesquisa qualitativa: superando tecnicismos e falsos dualismos. *Contrapontos*, 3, 3, set./dez. 2003, p. 393-405.

IBM SPSS. *IBM SPSS Statistics Trial*. New York: IBM, 2021. Disponível em: <<https://www.ibm.com/br-pt/analytics/academic-statistical-software>>. Acesso em: 11 nov 2021.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.

MINITAB. *Minitab 18*. State College: Minitab, LLC, 2019. Disponível em: <<http://support.minitab.com/pt-br/minitab/18/>>. Acesso em: 10 jan 2019.


PASSERINI, J. P. *Correlação entre acidentes com aracnídeos peçonhentos e fatores socioambientais no município de Fernandópolis – SP*. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade Brasil. São Paulo, 2019.

PIMENTEL-GOMES, F.; GARCIA, C. H. *Estatística aplicada a experimentos agrônômicos e florestais: exposição com exemplos e orientações para uso de aplicativos*. Piracicaba: FEALQ, 2002.

PITANGA, A. F. Pesquisa qualitativa ou pesquisa quantitativa: refletindo sobre as decisões na seleção de determinada abordagem. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 8, 17, ago. 2020, p. 184-201. DOI: 10.33361/RPQ.v.8.n.17.

SANTOS, C. S. A. *Notas de aula – Estatística básica*. Universidade Federal de Campina Grande. Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar – Campus Pombal. 154p.

SAVIN, N. E.; WHITE, K. J. The Durbin-Watson Test for serial correlation with extreme sample sizes or many regressors. *Econometrica*, 45, 8, 1989. DOI:10.2307/1914122.



PESQUISA QUALITATIVA:
o conhecimento qualificado pela realidade.
Leonice DSC Lima & Rosely Cubo

RESUMO

Pesquisa qualitativa assume diferentes abordagens no campo das Ciências Sociais, visto compreender um conjunto de distintos fundamentos, dimensões, processos, procedimentos e aplicabilidade descrevendo e decodificando os componentes de um sistema complexo de conhecimentos sobre as realidades. No estudo que configura este capítulo, trazemos alguns conceitos e dilemas que se estabelecem no campo da trilha qualitativa como abordagem de pesquisa, tendo como foco, tanto os sujeitos que se relacionam com o objeto da pesquisa, quanto o observador que identifica e interpreta os dados em busca de dar validade e fiabilidade aos resultados obtidos. O estudo e a reflexão sobre o tema revelam que, compreender e interpretar as realidades a partir de seus contextos e experiências de seus “viventes” são tarefas complexas, sempre presentes na produção de conhecimentos. Exigem profundo conhecimento teórico sobre o tema e disposição do pesquisador para embrenhar-se na realidade estudada; desvelando dela significados e nuances muitas vezes invisibilizadas pela macro estrutura que envolve o cotidiano. E são justamente estes elementos que diferenciam e valoram a pesquisa qualitativa; uma abordagem de pesquisa aqui sintetizada após uma enriquecedora apresentação dessa temática em encontro promovido pelo Grupo de Pesquisa *situ-AÇÕES* para o Curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Brasília.

INTRODUÇÃO

Toda pesquisa envolve um conjunto complexo de elementos que se não forem bem ordenados, planejados, definidos e sistematizados de forma correta e coerente podem levar o pesquisador a enveredar por caminhos que o distanciam do seu objeto. A pesquisa em Ciências Humanas foi, desde os anos 50 do século XX, essencialmente quantitativa (procurava reproduzir o modelo experimental/laboratorial das Ciências Naturais). Atualmente e após um longo caminho que começou nos anos 60 de tal século, as Ciências Humanas e Sociais libertaram-se desse caminho pois não lhes interessam questões parciais, mas de totalidade, que respondam desafios que lhes são colocados e que a pesquisa qualitativa pode auxiliar.

A pesquisa científica carece especialmente de observância cuidadosa dos procedimentos e técnicas que, definidos a priori, contribuirão para o êxito do processo e o encontro com as respostas e/ou as

soluções que darão ao objeto de investigação, ao fenômeno estudado ou realidade aproximada, novas nuances ou esclarecimentos, re-significando conceitos e/ou apontando para novas e inéditas possibilidades ainda desconhecidas pela ciência.

DA PESQUISA ESTATÍSTICA À PESQUISA SOCIAL

A busca de respostas aos fenômenos e questões sociais levaram as Ciências Sociais a se desenvolver buscando caminhos pouco explorados pelas Ciências Naturais complementando dados estatísticos encontrados em respostas quantificáveis. Os seus princípios fundamentais dizem respeito tanto a pesquisa lógico-dedutiva e indutiva, quanto a associação entre perspectiva teórica e os procedimentos metodológicos (metodologia fenomenológica, estruturalista, sistêmica, etc.). Mas, todas as ciências, das naturais às humanas e sociais, têm limites e problemas de validade e procuram responder a igual rigor, validade e complementaridade entre os estudos quantitativos e qualitativos.

Nesta amplitude de perspectivas, os critérios de avaliação de uma pesquisa perpassam os seus fundamentos científicos, tais sejam, a qualidade do processo de observação, a qualidade das técnicas de investigação utilizadas, o rigor da análise e da interpretação dos dados disponíveis e a lógica e riqueza das interpretações propostas. Aplicada no âmbito dos processos que ensejam o desenvolvimento das questões advindas das relações que o homem estabelece na vida cotidiana, sejam entre si ou de si e das coisas/fatos/fenômenos que o envolvem, a pesquisa social fundamenta-se em bases teóricas, históricas e filosóficas que buscam compreender o homem e a totalidade dos elementos com os quais estabelece relações.

Assim, na expectativa conhecer a totalidade do objeto ou dele se aproximar de maneira mais aprofundada, a pesquisa social se abastece de instrumentos, técnicas e estratégias metodológicas que, além de valorar a visão dos sujeitos e as experiências vividas na relação cotidiana com o fenômeno, fato, realidade ou questão social investigada, impulsiona sua participação no processo de busca de respostas, na medida em que o envolve na captação de elementos da realidade.

É desta forma que, na pesquisa social, emergem ferramentas inovadoras para a coleta de dados, bem como a potencialização do sujeito-experiente e experimentado em determinada realidade como, não só

uma fonte provedora de dados através de respostas a questionários e entrevistas, mas também como narrador-historiador dos processos cotidianos que envolvem o objeto/fato/fenômeno/realidade investigada, conforme nos assevera Rodrigues em seus estudos:

Pesquisar a realidade social é sempre importante para desvelar os significados e interpretações que seus sujeitos atribuem aos fenômenos ali observados e delimitados. [...]. A pesquisa social deve ser concebida como um processo que se operacionaliza através de ciclos progressivos, dinâmicos e inacabados. [...] os pressupostos da pesquisa têm influência direta nas opções metodológicas do pesquisador. (LEHFELD, 1999, p. 40-41).

Assim, como em toda experiência de pesquisa, na pesquisa qualitativa também ocorre o desencadeamento de um processo que deve levar o pesquisador a conhecer a realidade/objeto ou fenômeno pesquisado, buscando extrair deste intensidades nos elementos que permita responder ao problema a partir do qual iniciou-se a investigação. Para maior compreensão do processo, apresentamos o fluxograma (Figura 01) que chamamos de “Ciclo da Pesquisa”, elaborado pelas autoras, onde se encontra representado o processo de percepção/definição do problema, preparação e organização do processo de pesquisa, etapas da investigação e conclusão (novo conhecimento) que deve ser comum também na pesquisa qualitativa.

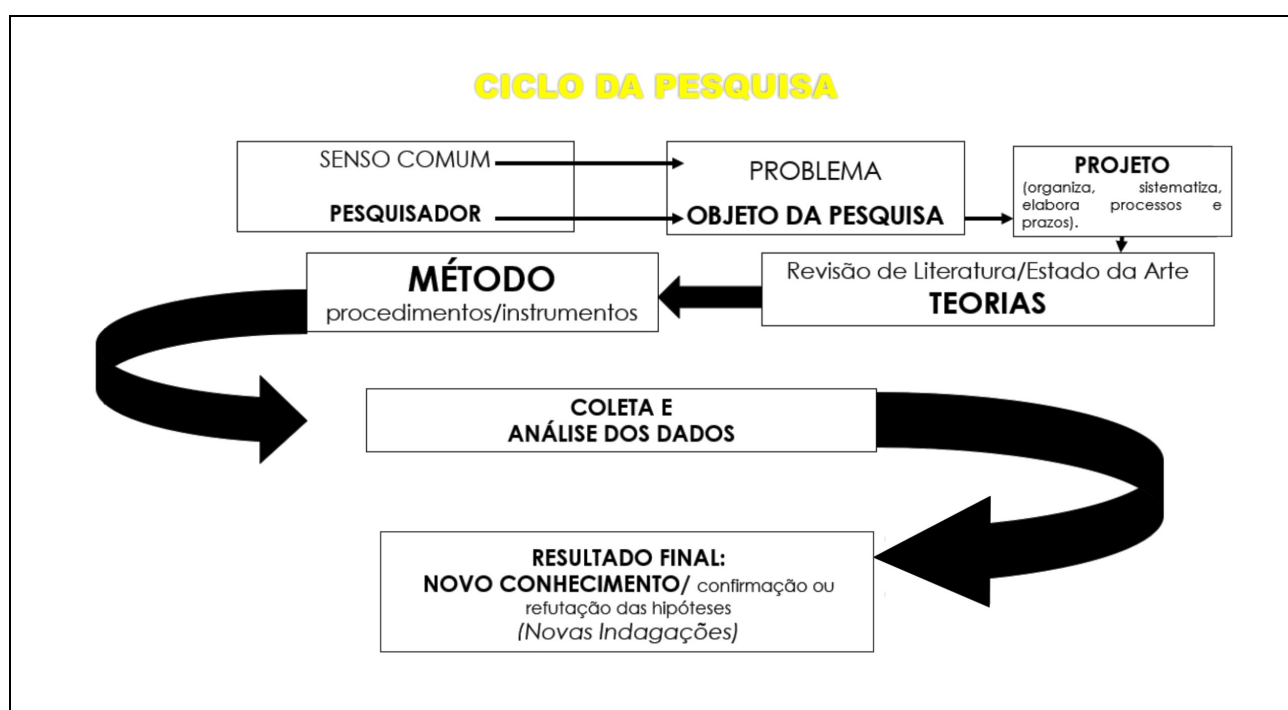


Figura 01: Diagrama do Ciclo da Pesquisa. Fonte: Autoras.

A figura apresenta, a partir do “senso comum”¹ de forma simplificada e geral o caminho da pesquisa científica e, a partir dela, pode-se reconhecer o conjunto de procedimentos que podem dar ao investigador elementos que oferecerão maior consistência teórico-filosófica à pesquisa. Neste contexto, importa ao pesquisador entender que a pesquisa qualitativa não considera apenas o raciocínio lógico ou a extensão de um determinado fenômeno, mas também, e com igual relevância, a sua intensidade, de forma cuidadosa, como assevera Demo:

O conceito de intensidade não está livre de ambiguidades, [...] mas pode vislumbrar um horizonte importante da realidade [...]. Fenômenos que se distinguem pela intensidade indicam, primeiro que não se esgotam na extensão, por mais que esta lhe seja constitutiva. (DEMO, 2001, p. 14).

É nessa perspectiva, de apreensão de elementos não quantificáveis do objeto que se processa a busca do conhecimento científico qualitativo. Dessa forma, a pesquisa qualitativa possibilita ao pesquisador a utilização de instrumentos diversificados, que podem ser aplicados simultaneamente ou em diferentes momentos; pode-se, ainda, utilizar um único instrumento como, por exemplo, um questionário de perguntas abertas² ou entrevistas aplicadas a partir de um roteiro (ou guião de entrevista como alguns autores denominam tal instrumento).

Tomando como ponto de partida as possibilidades metodológicas da pesquisa social, neste capítulo voltado a reflexões sobre algumas das várias especificidades de uma abordagem qualitativa de pesquisa científica, espera-se poder colaborar com os leitores-pesquisadores que optam por essa modalidade de pesquisa, social ou qualitativa; especificamente, esperamos poder contribuir para um maior interesse sobre suas dimensões, instrumentos, estratégias, procedimentos e as amplas possibilidades que se tem neste âmbito para se aproximar e conhecer a realidade estudada, prospectando tendências e encontrando soluções ou caminhos para a realidade estudada.

¹ No Ciclo da Pesquisa, chamamos de “senso comum” a primeira aproximação ou “primeiro olhar” do investigador para o problema ou para a questão que o provoca levando-o à definição de um objeto a ser desvendado e revelado a partir de aprofundamento teórico-filosófico e criteriosamente organizado seguindo as normas científicas, de onde se inicia o “processo científico” da pesquisa.

² A utilização de perguntas abertas é fundamental em uma pesquisa qualitativa, pois é nas respostas livres, não induzidas que o participante pode expressar seus valores, suas expectativas e sua visão do objeto ou fenômeno – adquiridos na relação direta vivida cotidianamente.

CONCEITOS E DILEMAS DA PESQUISA QUALITATIVA

A pesquisa qualitativa é uma classificação científica que se refere à forma de abordagem usada pelo pesquisador no estudo que se caracteriza por coletar e interpretar as respostas subjetivas dos participantes; onde o investigador se foca em características mais complexas e não-quantificáveis, como o comportamento, as expressões, os sentimentos, as expectativas e a visão ou compreensão que os participantes apresentam sobre a realidade investigada. Neste tipo de pesquisa têm maior relevância os aspectos subjetivos de fenômenos sociais e do comportamento humano. Aborda-se temas que não podem ser quantificados em equações e estatísticas; ao contrário, estudam-se os símbolos, as crenças, os valores e as relações humanas de determinado grupo social.

Dessa forma, a pesquisa qualitativa exige um estudo amplo do objeto de pesquisa, considerando o contexto em que ele está inserido e as características da sociedade a que pertence, suas manifestações na dinâmica histórica da construção social onde o objeto emerge e se manifesta. Assim, devido ao caráter subjetivo de uma pesquisa qualitativa, é necessário realizar um trabalho de campo. O campo é o momento em que o pesquisador se insere no local onde ocorre o fenômeno social. O pesquisador observa o campo e como os sujeitos se relacionam com o objeto, os impactos e a interpelação que se estabelecem em tal cenário; o pesquisador absorve dos sujeitos o que eles apresentam ao mesmo tempo que analisa este processo à luz de bases teóricas e filosóficas que dão a essa relação consistência para sua interpretação e para a sua compreensão.

Segundo Minayo (2001) a pesquisa de natureza qualitativa trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes; corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis; aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas; elementos não captáveis em equações, médias e estatísticas. Dessa maneira, a pesquisa qualitativa impõe ao pesquisador aprofundamento teórico-filosófico que assegure a realização de análise da realidade a partir do conhecimento do campo pesquisado e de uma interpretação destes que não esteja sustentada em visões pessoais, julgamentos e juízos de valor. Ou seja, o pesquisador necessita de base teórica conceitual para que sua análise/interpretação dos dados (elementos extraídos da realidade não revelem a “sua” visão de mundo).

Segundo Laville e Dionne (1999) a limitação da pesquisa nas Ciências Sociais não apenas em relação à objetividade, mas também à generalidade, se constitui em um problema, pois, enquanto as Ciências Naturais conduzem ao estabelecimento de várias e específicas leis; nas Ciências Sociais, podemos dizer que as pesquisas conduzem mais à identificação de tendências. Dessa maneira específica, segundo os autores, o máximo que um pesquisador social pode almejar é a construção de teorias que não serão tão gerais, pois “verdadeiro”, nas Ciências Sociais, pode ser apenas um verdadeiro relativo e provisório.

Sendo as pesquisas qualitativas uma abordagem utilizada no âmbito das Ciências Sociais, estas sofrem as mesmas limitações impostas a este campo de pesquisa. Então, é a escolha dos instrumentos ou métodos de abordagem e aproximação da realidade que irão definir o maior ou menor grau de precisão na extração dos elementos que serão analisados, ou seja, devem ser minuciosamente analisados e avaliados.

FUNDAMENTOS E DIMENSÕES DA PESQUISA QUALITATIVA

As regras gerais de todas as ciências se referem à lógica, rigor e coerência; neste sentido, a investigação qualitativa não tem um modelo único, mas diversas técnicas e diferentes modelos de análise, que variam de acordo com as situações e objetivos do estudo científico ou posição epistemológica do pesquisador. Apesar dos largos consensos atingidos atualmente, as discussões teóricas e epistemológicas continuam, sobretudo, nos polos extremos do construtivismo versus positivismo, sendo que procuram a qualidade no seu trabalho através das características, validade (interna e externa) e fiabilidade.

A validade interna verifica a exatidão dos resultados da pesquisa e a validade externa estabelece os limites da possível generalização dos dados analisados; ademais, a fiabilidade garante que os resultados não sejam acidentais e, outros pesquisadores, usando mesmos procedimentos em populações similares, cheguem aos mesmos resultados. A objetividade será atingida pela combinação destas três operações que se destinam a reduzir o enviesamento (assumidas como preconceitos que condicionam a avaliação ou interpretação de determinado dado, resultando em informação não válida ou incorreta).

A pesquisa quantitativa em Ciências Humanas e Sociais pode trazer problemas, quer de validade quer de fiabilidade, pois implica divisão de grupos, amostragem aleatória, padronização de instrumentos e de resultados. Ora, isto se controla no âmbito das variáveis de contexto (concludentes) que suplantam o conjunto de domínios sociais e culturais 'naturais', que são muito frequentemente o que em estudos culturais se quer conhecer. Já nos anos 50 do século passado, os pesquisadores destas áreas tinham compreendido a irrelevância de muitos dos dados que possuíam para a compreensão e conhecimento dos seus objetos de investigação, decidiram, então, recuperar duas dimensões importantes, as significações e os contextos da ação social.

Refere-se assim, à pesquisa qualitativa, que pretende maximizar a validade dos seus resultados controlando ou explorando os recursos da subjetividade, mais do que pretendendo excluí-la dos processos de investigação; desde este determinando momento, a pesquisa qualitativa, longe de excluir os contextos 'naturais' dos fenómenos culturais em estudo, procura precisamente estudá-los. Sendo assim, as metodologias qualitativas forçaram uma redefinição sistemática dos critérios de cientificidade, tais como foram postulados pelo positivismo; o que se segue procura maximizar a cientificidade dos estudos qualitativos através de novas definições e, também, de regras desta área de investigação. Afinal, temos que as características que tradicionalmente são consideradas mais importantes na robustez científica de qualquer pesquisa (para além de diversas outras) combinam, de várias maneiras, a validade (*validity*) tanto interna quanto externa, com a fiabilidade (*reliability*) em sua capacidade de generalização.

Validade interna

Especificamente, com a "validade interna" pretende-se garantir a exatidão e a pertinência de interpretações e observações empíricas, restituindo ao sentido um lugar central na análise dos fenómenos humanos, pela consideração do papel da subjetividade na ação humana e a complexidade das influências que a referida ação sofre no contexto natural. Em caráter de subjetividade, deve-se levar em conta:

- o posicionamento particular (teórico, emocional e social) do pesquisador e dos sujeitos que são objeto da investigação durante todo o processo (diário de campo, memorandos, trabalho em equipe, dupla

codificação, etc.), sendo que estas técnicas permitem tanto aprofundar a imersão total na subjetividade intrinsecamente quanto fomentar o distanciamento e a objetividade;

- a reflexividade em Ciências Humanas, estimulando uma análise contínua do observador e do observado, procurando abordagens de qualidade (conhecimento aprofundado do contexto da investigação, atitude de escuta, simultaneamente crítica e empática com os sujeitos);
- por razões epistemológicas se pretende manter o distanciamento, promover diários de campo, sessões de discussão entre pares, etc.;
- no caso de se pretender uma implicação mais profunda, promover projetos de pesquisa-ação (teste último para as interpretações elaboradas);
- a confrontação entre o posicionamento subjetivo do pesquisador e dos sujeitos com um máximo de dados objetivos (história, estrutura, condições, coerções, subgrupo, etc.), promovendo, em função destes dados, uma constante revisão do projeto de investigação e das análises em curso;
- renunciar ou pelo menos redefinir o critério de objetividade, transformando-o em consenso intersubjetivo (teorias negociadas), seja integrando criticamente as diversas interpretações do objeto de investigação, seja maximizando a qualidade das informações obtidas, através quer da triangulação quer da contextualização.

Já no que se refere ao aspecto da observação no contexto natural, a validade interna deve responder à:

- necessidade de definir situações bastante amplas para fazerem sentido e, simultaneamente, bastante restritas para que seja possível uma observação em profundidade (equilíbrio difícil);
- consideração dos dados topológicos (história, estrutura, ideologias, subgrupos, etc.) durante todo o levantamento e análise de dados;
- análise dos elementos observados, interpretando-os tendo em conta o contexto de conjunto, elaborando descrições finas e em profundidade, permitindo apreender o sentido socio-simbólico do observado;
- ter presente a complexidade dos fenómenos culturais, procurando uma abordagem indutiva, mantendo uma relativa abertura no plano de pesquisa inicial, permitindo reformular interpretações já realizadas, desde que rigorosamente apoiadas e articuladas com as observações empíricas, os objetivos, a perspectiva teórica e suas metodologias específicas;

- evolução dos fenômenos em investigação, por uma implicação prolongada no terreno, que permitirá ao pesquisador a percepção dos ritmos e evolução dos fenômenos (este contexto também deverá ser perseguido sob uma análise centrada nos processos, permissível à inserção do movimento, da mudança).

Em síntese, temos a busca da concordância entre as observações empíricas e as respectivas interpretações através dos seguintes formatos: (a) confrontação sistemática das interpretações com o conjunto das observações empíricas; (b) codificação precisa, consistente e exaustiva das observações empíricas; (c) triangulação das observações e das perspectivas (dos investigadores como dos sujeitos objeto de pesquisa); (d) amostragem teórica, visando a especificação, verificação e extensão da teoria ou da descrição apresentada por meio do exame sistemático de casos semelhantes ou divergentes; (e) reformulação das categorias de análise e das hipóteses até à saturação (ou seja, até que nenhum dado novo venha a contradizê-las); (f) parcimônia da teoria ou da descrição obtida, comprovada pelo seu grau de integração, bem como pela redução aos seus elementos essenciais; (g) verificação do alcance explicativo da teoria, medida pela sua profundidade e exaustividade interna (abordagem interpretativa) ou pela sua eficácia na ação (abordagem pragmática); (h) adaptabilidade da teoria ou da descrição obtida, isto é, a sua capacidade de se aplicar a outras situações, através de modificações menores que não fazem senão aumentar a sua capacidade interpretativa geral.

Validade externa

A “validade externa” visa estabelecer a utilidade geral dos resultados da investigação qualitativa, em termos de generalização. Na área da pesquisa qualitativa há opiniões distintas: desde os que rejeitam qualquer possibilidade de generalização, pois consideram intransponível a singularidade dos fenômenos humanos; passando pelos que aceitam a capacidade de generalização dos seus resultados enquanto hipóteses de trabalho; até os que consideram possível a generalização, mas sob a condição de uma profunda redefinição da análise.

Para os pesquisadores que venham a aceitar a capacidade de generalização dos seus resultados alcançados enquanto hipóteses de trabalho, deve-se proceder da seguinte maneira, de forma a conseguir robustecer a validade externa: (a) é necessário especificar as características do contexto da população da investigação original (e para alguns, mesmo os procedimentos da investigação), de

maneira a tornar possível a identificação de situações similares; (b) promover a diversificação sistemática dos locais e casos cobertos pela amostra teórica, visando, desse modo, aumentar o potencial de generalização dos resultados (passagem da teoria substantiva à teoria formal – teorização enraizada).

Para os pesquisadores que consideram possível a generalização, mas sob a condição de uma profunda redefinição da análise, de forma a robustecer a validade externa deve proceder-se do seguinte modo: (a) promover a profundidade e a exaustividade socio-simbólica da análise, pois ela garante a generalização dos resultados, independentemente das características da situação ou da população inicial (representatividade semiótica); (b) criar amostragem teórica diversificada, porque permite compreender a profundidade dos processos sociais e culturais em causa, garantindo a possibilidade de generalização dos resultados, sendo as características iniciais das situações e das populações apenas as bases contingentes desses processos (representatividade processual).

Fiabilidade

Os pesquisadores qualitativos admitem apenas uma noção restrita de “fiabilidade”, ou seja, em vez de estabilidade dos resultados prefere-se a aplicabilidade extensiva (no tempo e no espaço) das ferramentas conceptuais utilizadas numa dada pesquisa.

Para que a pesquisa qualitativa seja mais fiável propõe-se:

- descrição em profundidade de situações delimitadas e densamente texturizadas e, também, que as categorias analíticas e os processos que resultam de uma tal descrição sejam suficientemente fundamentais, de modo a que sejam adaptáveis à evolução das mais diversificadas situações em processo de investigação pelo pesquisador;
- mergulho de longo tempo no campo, que permita reduzir as ameaças relativas à falha inevitável do ‘instrumento humano’, como delimitar os processos sociais e culturais fundamentais que podem explicar a evolução da situação sob investigação;
- elaboração das análises considerando sistematicamente a totalidade dos incidentes, por mais marginais que eles sejam (princípio da saturação teórica), para neles conseguir isolar os elementos essenciais do fenômeno em investigação, distinguindo-os dos acessórios;

- investigação da concordância dos resultados obtidos por uma diversidade de meios (triangulação dos dados). Isso não deve excluir as tensões, e mesmo as contradições, entre as perspectivas detectadas no espaço e no tempo, mas obriga a explicá-las analiticamente. Uma tal operação é possível pela contextualização através de observações empíricas que a permanência no terreno, direta e prolongada, permite ao pesquisador facilitar a reprodução e a avaliação das análises por seus pares: (a) recorrendo aos meios audiovisuais durante as entrevistas e a observação, de modo a permitir o acesso mais direto possível aos dados (tal ideia não é consensual pois considera-se que este elemento pode ser perturbador); (b) expondo e analisando a influência do processo de pesquisa no contexto e na orientação de recolha e análise de dados; (c) especificando o conjunto de estratégias de recolha e análise de dados.

ELEMENTOS CONSTITUTIVOS E CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA QUALITATIVA

Abordadas as conceituações, dilemas e outros fundamentos da pesquisa social ou qualitativa, consideramos pertinente mencionar, também, aspectos constitutivos dessa abordagem de pesquisa, como seus elementos gerais caracterizados na representação gráfica abaixo (Quadro 1):

Elementos Constitutivos	Características
Da relação do pesquisador com o objeto	O pesquisador “conhece” o objeto, os conceitos que o caracterizam e os estudos desenvolvidos sobre o mesmo.
Sobre a realidade social	Na pesquisa social a realidade é reconhecidamente processual e “socialmente construída”.
Sobre os participantes	Entende-se que todos os sujeitos que participam da pesquisa possuem conhecimento sobre o objeto a partir das “experiências vividas”.
Sobre a coleta de dados	Não precisa ser uma coleta estruturada ou rígida, mas deve oferecer aos participantes possibilidade de “se expressar livremente” seguindo um roteiro pré-estabelecido (observação, entrevista, estudo de caso, história de vida, grupo focal).
Sobre o tratamento dos dados	Análise dos significados dos conteúdos (não apenas do texto, mas também das nuances e “entrelinhas”, das significações políticas, éticas, morais que o compõem); a centralidade do tratamento dos dados está nos “significados” que expressam.
Abrangência dos resultados	Como cada indivíduo-participante representa um universo singular; não há generalização dos resultados, os estudos são “ideográficos”.

Quadro 01: Tabela de correlação entre elementos constitutivos e características da pesquisa qualitativa. Fonte: Autoras.

Em relação à contextualização, trilogia indivíduo, cultura e sociedade, tem-se que a ideologia sobre a estrutura sociopsicológica de coletivos refere-se a átomos sociais e não a meros somatórios de indivíduos. Nessa perspectiva, a dinâmica social resultante da mudança de posição dos grupos em uma comunidade/grandes populações pode ser compreendida: (a) como um conjunto de configurações relacionais 'com-sentido' (atração-rejeição); (b) como análises situacionais psicossociais de grupos, que combinam a humanização dos mesmos com a socialização dos indivíduos; (c) como campos interacionais em vistas à presença-pertença (ressonâncias, dissonâncias e continências).

Sendo assim, pesquisar os contextos sociais e culturais traz representações que garantem a pertinência de interpretações e observações empíricas, restituindo ao 'sentido' um lugar central na análise dos fenômenos. Visto que os sujeitos são 'históricos' (seguindo uma linha de tempo, territórios e relações), esta observância traz em seu bojo a apropriação dos desvelamentos sobre as singularidades (particularidades ou subjetividades) dos contextos externos, provocados e desatados pela produção interna daqueles que se quer 'cientificamente', analisar. Tal processo está relacionado às expectativas de adentrar à intencionalidade do ser, o que possibilita penetrar para apreciar determinadas situações concretas e contextos representativos de vida. O sentido é uma marca do possível que se refere, exclusivamente, a situações também singulares experimentadas na concretude da existência do indivíduo; em cada situação concreta da vida, a série de possíveis se polariza e o que é vivido aparece como aquele 'melhor possível' diante das situações e/ou recursos disponíveis. O sentido é, desse modo, uma relação inesperada, um suplemento que brota num encontro.

Como exemplo dessa consideração sobre o 'sentido', procurado-encontrado como alternativa de se pensar a comunicação, tomemos o caso de mulheres refugiadas, analisado por intermédio do desvelamento/descoberta de suas ações no país de origem em justaposição com os fatos do cotidiano no país de acolhida e seus ideais de rumos ao futuro (constituição em termos de procedimentos variados, crenças, valores como liberdade, dignidade e autonomia, línguas e muitas outras realidades tangíveis e intangíveis), neste caso observamos uma finalidade em algum momento da vida que resulta de suas escolhas, ou seja, um propósito perseguido (objetivo, motivação, estímulo para viver, meta,

intenção, razão, projeto fundamental de vida, sonho, aquilo por causa do que se vive, um bem a buscar); enfim, trata-se de analisar, como neste caso específico tomado como exemplo, as suas consciências intencionais desde o local de origem até o destino migratório.

CONCLUSÃO

Uma pesquisa representa sempre uma contribuição teórico-metodológica, tanto para os estudos que se consolidam sobre questões referentes ao problema investigado, quanto para estudos no âmbito da grande área do conhecimento na qual o objeto se insere; constitui-se, portanto, em um legado de informações aos profissionais e pesquisadores que buscam, na construção científica, maneiras para consolidar o conhecimento. A pesquisa sempre apresenta, assim, novos elementos, lançando no universo do desconhecido “flashes” de luz que revelam possibilidades para outros estudos.

No contexto da pesquisa social a pesquisa qualitativa insere-se como uma abordagem que oferece ao pesquisador e à ciência possibilidades de ampliar o escopo da compreensão e interpretação da realidade buscando, nos/dos sujeitos viventes das realidades estudadas, conhecimentos ainda não sistematizados pela ciência. Sem pretensão de generalizar resultados e achados, a pesquisa qualitativa contribui amplamente com o avanço da ciência e das transformações sociais ao apresentar respostas para problemas e fenômenos cotidianos tomando, como referência, a visão e as expectativas dos próprios sujeitos ‘daquele’ grupo social ou realidade investigada.

Desta forma, a pesquisa qualitativa representa um grande avanço para os estudos que buscam solução ou conhecimento da sociedade e da dinâmica dos processos sociais.

REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, A. J. e GEWANDSZNAJDER, F. *O método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira, 1999.
- BAUER, M. W. & GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DEMO, P. *Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos*. Campinas: Papirus, 2001.
- FLICK, U. (Org.). *Coleção pesquisa qualitativa*. Seis Volumes. Porto Alegre: Penso, 2011.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. *A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em Ciências Humanas*. Belo Horizonte: UFMG, 1999


LEHFELD, N. A. S. Aportes metodológicos à pesquisa científica: concepções, dimensões e procedimentos investigativos. In: RODRIGUES, M. L.; NEVES, N. P. (Orgs.). *Cultivando a pesquisa: reflexões sobre a investigação em Ciências Sociais e Humanas*. Franca: Unesp, 1999.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2006.


MINAYO, M. C. S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2001.

RODRIGUES, M. L.; NEVES, N. P. (Orgs.). *Cultivando a pesquisa: reflexões sobre a investigação em Ciências Sociais e Humanas*. Franca: Unesp, 1999.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2000.



ENFOQUES



ANÁLISE DISCURSIVA:
o conhecimento pelos sentidos da linguagem.

Carolina Lopes Araújo

RESUMO

Por se pretender um recurso didático, o presente capítulo intenciona orientar o pesquisador, sobretudo o iniciante, quanto às etapas decisórias que constroem o trabalho científico, apresentando algumas escolhas possíveis. Como uma sistematização das escolhas balizares do percurso metodológico de investigação científica, pretende-se aqui apresentar e situar a “análise discursiva” como uma possibilidade entre as etapas de escolha que venham a orientar uma pesquisa científica. Como exemplos de opção de análise de dados, são apresentadas sete categorias da “Análise de Discurso Crítica” (ADC): a análise da ‘coesão textual’, a análise da ‘intertextualidade’, de ‘interdiscursividade’ e de ‘significado de palavras’ são explicadas em linhas gerais, enquanto esquemas de subcategorias contribuem para apresentar as categorias de ‘representação de atores sociais’, da ‘avaliatividade’ e dos ‘processos de transitividade’. Almeja-se que este estudo, apresentado em síntese num dos encontros do Grupo de Pesquisa *situ-AÇÕES* para o Curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Brasília, se preste para uma aproximação introdutória com a ADC, estimulando o pesquisador a conhecer as obras de referência dessa abordagem.

INTRODUÇÃO

Os relatos de uma investigação científica, seja sob forma de um artigo em periódico científico, ou de um relatório de pesquisa (como um TCC, uma dissertação ou uma tese) ou em uma comunicação oral em evento científico, presumem a apresentação do percurso metodológico empreendido pelo investigador, que se constrói por uma sucessão de decisões que caracterizarão a pesquisa. Esse percurso, se faz pertinente evidenciar aqui, se inicia com a definição de um problema de pesquisa, isto é, uma pergunta de pesquisa que deverá ser respondida pelo exercício da investigação científica.

Essa pergunta se traduz no objetivo geral de pesquisa e se desdobra em objetivos específicos que se prestam como marcos intermediários (*milestones*) que balizam o processo de construção do conhecimento sobre o tema em estudo. Quanto melhor definida for a pergunta de pesquisa, mais facilmente se dá a realização do estudo – ou seja, mais exequível ele se apresenta. Um recurso muito útil para se apurar uma pergunta de pesquisa é perguntar-se a partir de quais dados se há de responder à

pergunta. Questionar-se sobre a composição do corpus de pesquisa e sobre as formas de extrair dos dados as informações que alimentarão as análises e discussões em um estudo científico é tão importante para a exequibilidade de um estudo científico quanto a delimitação do tema a ser estudado. A definição dos dados impacta outras decisões, tais como: a escolha do método de acesso e da estratégia de acesso aos dados; a definição quanto ao âmbito da pesquisa e quanto à natureza dos dados (que vai além de questionar-se se seriam dados qualitativos ou quantitativos); a definição quanto à técnica e instrumento de coleta de dados; a definição quanto aos métodos de análise e, até mesmo, quanto aos resultados de pesquisa que venham a ser almejados.

DOS DADOS EXISTENTES À ANÁLISE ESCOLHIDA

Os dados podem ser acessados por método experimental, observacional, método clínico ou por levantamento (*desk research*), por exemplo. Definir a estratégia de acesso aos dados é definir se o pesquisador irá a campo coletar seus dados (pesquisa de campo); ou se ele fará experimentações em laboratório; se ele irá se inserir no contexto estudado como membro ativo (observação-participante); ou se ele pretende intervir no contexto e provocar os resultados que pretende observar (pesquisa-ação); ou se ele buscará seus dados em registros já existentes (pesquisa documental), sendo que tais registros podem ter natureza muito variada (como documentos legais, relatos pessoais, registros bibliográficos, histórico de postagens em uma rede social, registros visuais – ou audiovisuais utilizados crescentemente em todo o mundo – gerados por participantes de um evento ou mesmo por câmeras de vigilância).

Vale lembrar que existem muitos registros gerados espontaneamente e que podem ser utilizados como fontes de dados para uma investigação científica, poupando o investigador, assim, da tarefa de provocar a geração dos dados (por questionário ou entrevista). Os dados são abundantes nesse contexto em que a maioria das atividades cotidianas das pessoas e das organizações são mediadas pela tecnologia da informação e estão integradas em uma rede mundial (a internet) que gera registros múltiplos de cada ação escrutinada pelo “olho que tudo vê” – na bastante conhecida metáfora de George Orwell (2009).

A definição quanto ao ‘âmbito da pesquisa’, para além das decisões quanto ao ‘horizonte temporal e espacial’ a considerar, interpela o investigador quanto à abrangência do estudo. Seria uma etnografia

(VERGARA, 2005)? Seria uma historiografia? Seria um estudo de caso único ou um estudo de casos múltiplos (ROESCH, 1999)? Seria uma sondagem por amostragem (*survey*)? Seria um estudo censitário? São muitas as escolhas possíveis pelo pesquisador assim como os desdobramentos a partir de tais caminhos.

Já para a escolha quanto à 'natureza dos dados' que irão compor o corpus da pesquisa, não somente se elegem os dados qualitativos ou quantitativos (ou mesmo ambos!), mas é útil questionar-se se serão dados textuais (sejam textos escritos, orais ou mesmo visuais); ou indicadores demográficos; ou índices econômicos/financeiros; ou medidas físico-químicas ou biológicas, por exemplo.

A escolha quanto aos procedimentos de coleta de dados presume decisões quanto à técnica de coleta, os instrumentos a serem utilizados, as fontes ou sujeitos a serem incluídos ou excluídos e as formas de registro dos dados. Gil (2008) aporta considerações importantes sobre os instrumentos de coleta de dados e as formas de registro para pesquisas que se utilizem de observação, de entrevistas, de questionários ou de escalas sociais. Já Vergara (2005), explica o método do grupo focal muito utilizado em pesquisas sociais, além de trazer considerações importantes sobre os mapas cognitivos, os mapas de associação e os testes de evocação que se configuram como técnicas de coleta e registro de dados que têm ganhado, cada vez mais, importância e espaço nas Ciências Sociais. Também têm se mostrado profícuo o uso de jogos na coleta de dados, sejam jogos de tabuleiros, *serious game*, simulações (*role playing games*), contação de histórias (*storytelling*) ou jogos eletrônicos diversos (SOUSA, 2020).

Importante elucidar que não é o procedimento de coleta de dados que definirá se os dados se configuram como dados primários ou secundários, mas sim o tipo de informação que os dados aportam ao estudo. Dados secundários se caracterizam por terem sido previamente processados, trazendo para o estudo marcas do tratamento e da perspectiva de quem os manuseou, o que pode facilitar, limitar ou até mesmo enviesar as análises. Dados primários são dados "crus", que não receberam tratamentos prévios e que, no âmbito do estudo, serão manuseados pela primeira vez pelo próprio pesquisador de acordo com as decisões do mesmo.

Tomemos, como exemplo, um corpus de pesquisa formado por 'reportagens coletadas em portais de mídia jornalísticas (do tipo G1, CNN, BandNews)'; esses textos serão fontes de dados primários ou de

dados secundários, a depender do tipo de informação que se pretende extrair deles. Se a pergunta de pesquisa se pautar sobre o histórico de acontecimentos em um determinado evento, por exemplo, as reportagens trarão os dados já processados a partir da perspectiva do autor da reportagem e do veículo da informação, de modo que deverão ser consideradas como fonte de dados secundários. Mas se o que se pretende investigar é a avaliação, pela mídia, quanto a dado evento, as reportagens aportarão dados primários, porque elas são, por si mesmas, a “matéria-prima” da análise.

Quanto aos resultados que se pretende alcançar com as análises, é útil refletir se as análises deverão permitir a construção de uma teoria, como se pretende pelas investigações do tipo Grounded Theory; ou se pretende estabelecer conexões entre atores sociais ou entre outros aspectos sob análise – por exemplo, os estudos de coalizões discursivas de Hajer (2005) – como permitem os estudos de redes sociais (MARIN e WELLMAN, 2011); ou se pretende projetar os possíveis desdobramentos da situação estudada como se faz na construção de cenários (BUARQUE, 2003) ou se pretende contribuir para uma avaliação situacional baseada em evidências como se faz pela construção de índices de mensuração; ou outros, sendo esses apenas alguns entre tantas alternativas possíveis.

Também é legítima a importância de trabalhos que oferecem contributos de interpretação quanto a questões sobre as quais restam lacunas de conhecimento – seja pela novidade do tema, seja por sua complexidade, ou mesmo por não haver muitos estudos a respeito.

O Quadro 1 sintetiza o percurso metodológico, sugerindo uma pergunta orientadora e um conjunto de alternativas que podem caracterizar cada etapa. Há que se ter em mente que essa apresentação é um recurso didático, e que a divisão e sucessão das etapas não é consensual entre os autores de metodologia científica. Também se faz importante aqui realçar que essas alternativas elencadas servem como exemplos, mas não contemplam todas as possibilidades para cada etapa. O importante é ter em mente que todas as escolhas devem ser explicadas e justificadas no trabalho científico, para que o leitor possa compreender como se fundamentam as decisões do pesquisador.

De repente, parecerá que nos furtamos de falar da penúltima etapa do esquema do Quadro 1. Isso se dá, pois, o objetivo deste capítulo reside justamente em apresentar, ainda que de forma introdutória, uma das possibilidades para a análise dos dados: a análise de discurso, procedimento que irá pautar as

próximas seções deste mesmo capítulo em algumas de suas características e potencialidades no processo de investigação científica.

	Pergunta orientadora da etapa	Alternativas (o elenco de opções não se pretende exaustivo)
Etapa de escolha metodológica		
Quanto aos fins	A que se destina a pesquisa?	Exploratória; descritiva; explicativa; metodológica; aplicada; intervencionista; pesquisa de avaliação.
Quanto aos métodos acesso aos dados	Como a pesquisa será realizada?	Método experimental; método observacional; método clínico; levantamento (<i>desk research</i>).
Quanto às estratégias acesso aos dados	Onde / como / por meio de qual ferramental os dados serão acessados?	Pesquisa de campo; experimentações em laboratório; observação-participante; pesquisa-ação; pesquisa documental.
Quanto ao âmbito (delineamento)	Quais parâmetros limitam os dados a serem considerados na pesquisa?	Etnografia; historiografia; estudo de caso único; estudo de casos múltiplos sondagem por amostragem (survey); ou estudo censitário, além do horizonte temporal e espacial a considerar.
Quanto à natureza dos dados	Que tipo de dados serão utilizados na pesquisa?	Dados textuais; indicadores demográficos; índices econômicos; índices financeiros; medidas físico-químicas; medidas biológicas.
Quanto aos procedimentos de coleta dos dados	Quais os instrumentos de coleta de dados e a forma de registrá-los? Quais as fontes de dados a considerar?	Entrevistas; questionários; grupo focal; mapas cognitivos; os mapas de associação; testes de evocação; jogos; relatos, histórias de vida, diários.
Quanto ao método de análise dos dados	Como os dados serão analisados?	Análises estatísticas; inferências de relações; interpretação dos dados; análise de conteúdo; análise de discurso.
Quanto ao resultados das análises	O que se pretende obter (resultados) com as análises de dados?	Grounded Theory; mapeamento de redes; construção de cenários; construção de indicadores.

Quadro 1: Tabela com principais escolhas do percurso metodológico em investigação científica. Fonte: Autora.

A “análise de discurso” e a “análise de conteúdo” são recorrentemente apresentadas como os procedimentos mais característicos das abordagens qualitativas em estudos científicos – mas não são as únicas possibilidades. Ambas trabalham com texto, mas enquanto a análise de conteúdo busca observar o que é dito no texto, a análise de discurso tenta revelar a forma, a maneira como se diz. A escolha por uma não necessariamente exclui a outra, podendo, inclusive, se complementarem.

Mas, por presumirem abordagens diferentes, cada uma dessas alternativas aponta para um específico encaminhamento de pesquisa. E como o tempo de realização de um estudo científico é sempre escasso – e não importa sobre qual horizonte temporal estejamos falando – então, é mais comum que o pesquisador opte por um ou outro tipo de análise para examinar seus dados qualitativos e assim embasar o produto da investigação (relatório, artigo, monografia, por exemplo).

OS ESTUDOS DISCURSIVOS COMO MÉTODO DE ANÁLISE DE DADOS

Os estudos discursivos textualmente orientados podem assumir como dados diferentes tipos de textos, sejam textos escritos, orais ou (áudio)visuais. A depender dos dados e das informações que deles se quiser extrair, haverá uma abordagem mais adequada que outras, tal como as tantas escolhas já aqui mencionadas sobre o processo de investigação científica. Há diferentes vertentes de estudos discursivos, que se complementam mais do que se opõem. De modo geral, podemos dizer que essas vertentes assumem, como premissa básica, que todo texto é uma construção social que aporta marcas da ideologia e das relações de poder daqueles que o (re)produzem e da sociedade em que esses atores sociais vivem (VAN DIJK, 2012).

Podemos resumir o funcionamento da linguagem na sociedade, na perspectiva dos estudos discursivos, pela seguinte fórmula: [agir <-> pensar <-> dizer]. Traduzindo em palavras, a forma como agimos deixa marcas na forma como pensamos e na forma como dizemos sobre determinada questão, e vice-versa. Tem-se, portanto, que o objeto de estudo dessa abordagem não é o texto ou a linguagem, mas seriam fatores de ordem social e política, ou seja, como explica Resende (2009, p. 32): seriam “estrutura e ações sociais, práticas, posições e relações sociais, eventos, identidades, ideologias” ou, em última instância, seria a própria sociedade. Isso faz com que alguns autores preferiram dizer que se trata de “estudos sociodiscursivos” e não “análise discursiva”.

Há duas vertentes mais conhecidas dos estudos discursivos: a Análise do Discurso (AD) – também conhecida como linha francesa da Análise do Discurso; e tem Pêcheaux como seu teórico fundamental; e a Análise do Discurso Crítica (ADC) ou Análise Crítica do Discurso (ACD) ou Estudos Críticos do Discurso (EDC) – também conhecida, por sua vez, como linha inglesa ou anglo-saxônica da Análise de Discurso, e

da qual Fairclough é o teórico de referência. Será esta última vertente objeto de discussão nas próximas seções deste capítulo, a ser finalizado por um estudo de caso investigado sob tal referência.

OS ESTUDOS DISCURSIVOS CRÍTICOS: O QUE É E A QUE SE PRESTA?

Usaremos aqui a expressão Análise de Discurso Crítica (ADC) com fiel equivalência à Análise Crítica do Discurso (ADC) e de Estudos Críticos do Discurso (EDC)¹. De origem na Linguística, a ADC é uma abordagem transdisciplinar, ancorada na teoria social. Segundo os postulados fundamentais de Fairclough (2003), o discurso é um dos quatro elementos da prática social que estabelece uma relação dialética junto aos outros três elementos: fenômeno mental, relações sociais e atividade material.

A ADC se presta a estudar como os atores sociais usam os recursos semióticos – isto é, de produção e representação de significados – para agir e interagir no mundo, para representar aspectos do mundo e para se identificar a si mesmo e aos outros. Desse modo, a ADC alinha-se à teoria de Foucault que propõe que o poder é em parte discursivo e que a linguagem influencia a dinâmica das relações entre atores. Em outras palavras, não existe texto neutro, pois a linguagem é ideológica (HABERMAS, 2014). Portanto, os espaços de diálogos e debates se constituem como campos sociais, no sentido proposto por Bourdieu (1996). O comportamento dos atores no campo social é regido por regras tácitas de ingresso e de prática, que também distinguem o desempenho dos participantes por sua capacidade para falar e ser escutado e de angariar adeptos para o seu quadro de referência semântica e simbólica.

O Quadro de referência compartilhado favorece o entendimento mútuo, possibilita coalizões discursivas – como conceitua Hajer (2005) – mas também reitera os discursos por meio de ideias dominantes², como explica Nascimento (2012), e oportuniza simplificações e reproduções discursivas que podem resultar em “coisas que toda gente sabe”, mas que de fato não se entende ou que sequer são verdades, conforme alertam Raposo, Santos e Vasconcelos (2020). Para Fairclough (1985, p. 747), “as interconexões e as redes

¹ Reconhecemos, entretanto, as nuances que diferenciam esses termos. Enquanto ‘Análise de Discurso Crítica’ é a designação mais recorrente, nos trabalhos brasileiros dessa linha de estudos discursivos críticos de origem anglo-saxônica, em Portugal utiliza-se a expressão ‘Análise Crítica de Discurso’ para referi-la; já ‘Estudos Críticos do Discurso’ encampam elaborações teórico-metodológicas que ultrapassam o núcleo original da ‘Análise de Discurso Crítica’, aportando com trabalhos relevantes advindos origens, tais como a América Latina (Argentina, Brasil, Chile e México principalmente).

² Nascimento (2012) explica que uma ideia dominante “obriga” os atores a se referirem a ela ao discutir o tema.

de causa e efeito podem ser distorcidas a ponto de saírem do campo de visão”, de modo que se faz necessária a análise crítica para “tornar visível a natureza interligada das coisas”.

Ao se comprometer com desconstrução ideológica de sentidos hegemônicos naturalizados e normalizados, a ADC se propõe a intervir na sociedade para a superação das relações de dominação e de exclusão pela via da conscientização linguística. Os trabalhos pautados na ADC realizam a crítica social ao denunciar padrões discursivos opressores e excludentes e ao confrontar a hegemonia reforçando os discursos de resistência. É imprescindível conhecer o contexto histórico-sociopolítico em que os discursos são (re)produzidos para que se possa acessar as ‘nuances de significados’ que desvelam as marcas de ideologia e das relações de poder (WODAK, 2004).

Há variadas direções teórico-metodológicas que se enquadram na abordagem da ADC, sendo que algumas principais e mais estudadas no Brasil são discutidas por Gonçalves-Segundo (2016). Ramalho e Resende (2011, p. 18) explicam que “a ADC, como campo de investigação do discurso em práticas contextualizadas, é heterogênea, instável e aberta. É heterogênea porque há uma gama variada de abordagens que se identificam com o rótulo ADC”; e segundo as mesmas autoras: “todas essas abordagens são legitimamente associadas à Análise de Discurso Crítica, e cada uma delas provê acercamento teórico e instrumental específico para pesquisas discursivas”. Wodak (2004) e Fowler (2004) também explicam, de maneira pertinente, as diferentes abordagens teóricas e metodológicas da ADC em seus artigos para o número especial da Revista Linguagem em (Dis)curso de 2004.

COMO APLICAR A ADC?

O livro *Análise de Discurso (para a) crítica*, de Ramalho e Resende (2011), também pode ser indicado como um excelente ponto de partida para quem se inicia nos estudos do ADC. Nessa obra, as autoras explicam que o exercício analítico instrumentaliza em ADC “uma ampla gama de categorias analíticas, oriundas de diversas abordagens do funcionalismo linguístico, como a Linguística Sistêmica Funcional, a Pragmática, a Linguística Textual, a Teoria da Enunciação” (RAMALHO e RESENDE, 2011, p. 110) e, no capítulo 4 dessa mesma obra, as autoras apresentam o resultado de um exercício de aplicação da análise discursiva textualmente orientada.

Por nossa vez, em Araújo, Carmo e Fraga (2018), esquematizamos um quadro com 12 categorias analíticas que se desdobram em 24 subcategorias que nos auxiliam a analisar os três significados do discurso (acional, representacional e identificacional), conforme proposto por Fairclough (2003). Vale realçar que essa sistematização não se pretendeu exaustiva e cumpriu a finalidade didática de apresentar algumas categorias de análise a jovens pesquisadores em seu primeiro trabalho com a ADC. Neste capítulo, a proposta é explicar sete dessas categorias, escolhidas por serem frequentemente utilizadas, ainda que em trabalhos pautados em diferentes escopos e temáticas.

Porém, antes de apresentar as categorias analíticas, eis uma ressalva importante: é pouco profícuo que se defina previamente as categorias a serem utilizadas numa análise, pois as categorias devem emergir dos dados. Isto é, a depender dos textos, algumas categorias serão úteis e outras não, de modo que sem um contato inicial com os dados – e claro, sem a definição do que se queira investigar tampouco! – não se pode definir quais as categorias analíticas que serão úteis. Também é importante considerar a extensão do corpus de análise: quão mais extenso seja, mais panorâmica a análise tende a ser; e contrariamente, corpus curtos permite deter-se nos detalhes do texto; e dados muito fragmentados (como registros dos textos em um conjunto de *post-its*) pode dificultar a aplicação de algumas categorias analíticas, como a análise da coesão textual, pois a análise da coesão textual busca revelar as relações semânticas e funcionais entre as partes do texto.

É mais recorrente observar essas relações entre frases e entre as orações, mas também entre parágrafos ou entre partes mais amplas do texto. A “análise da coesão textual” se realiza pelo olhar atento aos termos conectivos (tais como as conjunções, os advérbios, as preposições, os pronomes) que revelam a estrutura lógica do texto. As conexões entre as partes do texto podem representar relações de causalidade, de condicionamento, de ressalva ou contradição, de ênfase ou atenuação, de elaboração ou extensão do significado, por exemplo. A coesão do texto é uma característica do significado acional do discurso e, cabe ressaltar, está relacionada com a composição do texto propriamente dito.

Outra categoria de análise vinculada ao significado acional é a “análise de intertextualidade”. A “análise da intertextualidade” procura revelar a articulação de vozes e a forma como elas estão

representadas no texto. Para tanto, é útil identificar no texto sob análise as citações diretas e indiretas, bem como as menções e alusões a outros textos, buscando desvelar a relação que se estabelece entre as vozes (concordância ou diferença, por exemplo). É válido, para tanto, a atenção ao uso de aspas e aos verbos *dicendis* (que denotam a ação de dizer), por exemplo. Retomando o que foi dito anteriormente, o espaço de palavra de um ator social pode ser revelador da legitimidade da participação e do poder desse ator no campo social.

Importante não confundir a “análise da intertextualidade” com a “análise da interdiscursividade”, esta última vinculada ao significado representacional do discurso. A “análise da interdiscursividade” busca revelar os discursos e as maneiras que eles se articulam entre si. É a partir da análise interdiscursiva que se revelam as ideias e constructos por meio das quais os atores sociais representam sua visão de mundo – e que também atuam sobre a realidade visto que o discurso é elemento da prática social. Talvez seja o tipo de análise mais característico da análise discursiva aos olhos de um leigo. Vale realçar que discurso e texto são conceitos distintos.

O que o senso comum costuma chamar de discurso – um pronunciamento – para a ADC é uma forma de texto, enquanto discursos são “modos particulares de representar parte do mundo” (RAMALHO e RESENDE, 2011, p. 42). Um dos recursos para se analisar a interdiscursividade é observar o campo semântico ativado pelo texto, isto é, o campo de significados associado aos vocábulos e expressões que se encontram presentes no texto. Nesse sentido, é válido analisar os termos mais recorrentes (repetições), os sinônimos ou quase-sinônimos, bem como as enumerações. Afinal, a ordem das enumerações pode revelar, por exemplo, a prioridade consentida a diferentes assuntos (ou discursos!) representado no texto.

Muito próximo a essas subcategorias da análise da interdiscursividade (campo semântico, repetição e enumerações), tem-se a categoria relativa à “análise do significado de palavras”. Por meio dessa categoria de análise se dá a investigação das escolhas lexicais e, também, os padrões de colocação das ideias no texto. Nesse sentido, se faz pertinente ressaltar que as escolhas lexicais revelam as maneiras de se representar um determinado assunto no texto, pelo qual é útil analisar os termos usados para tal representação. Os padrões de colocação desvelam ideias que se associam no texto, seja por proximidade dos termos, seja por repetições ou pela sucessão das representações.

A “análise da representação de atores sociais” também lança mão da investigação das escolhas lexicais, especificamente os termos usados para referir aos atores sociais representados no texto. Complementar à análise dos termos de referência, van Leeuwen (2008) propõe um esquema de subcategorias que caracterizam os modos de representação dos atores sociais, isto é, as estratégias de representação desses atores no texto, seja por sua inclusão ou exclusão, por sua ativação ou passivação, por sua nomeação ou categorização, por exemplo. A Figura 1 apresenta as subcategorias para a análise dos modos de representação de atores sociais proposto por van Leeuwen (2008).

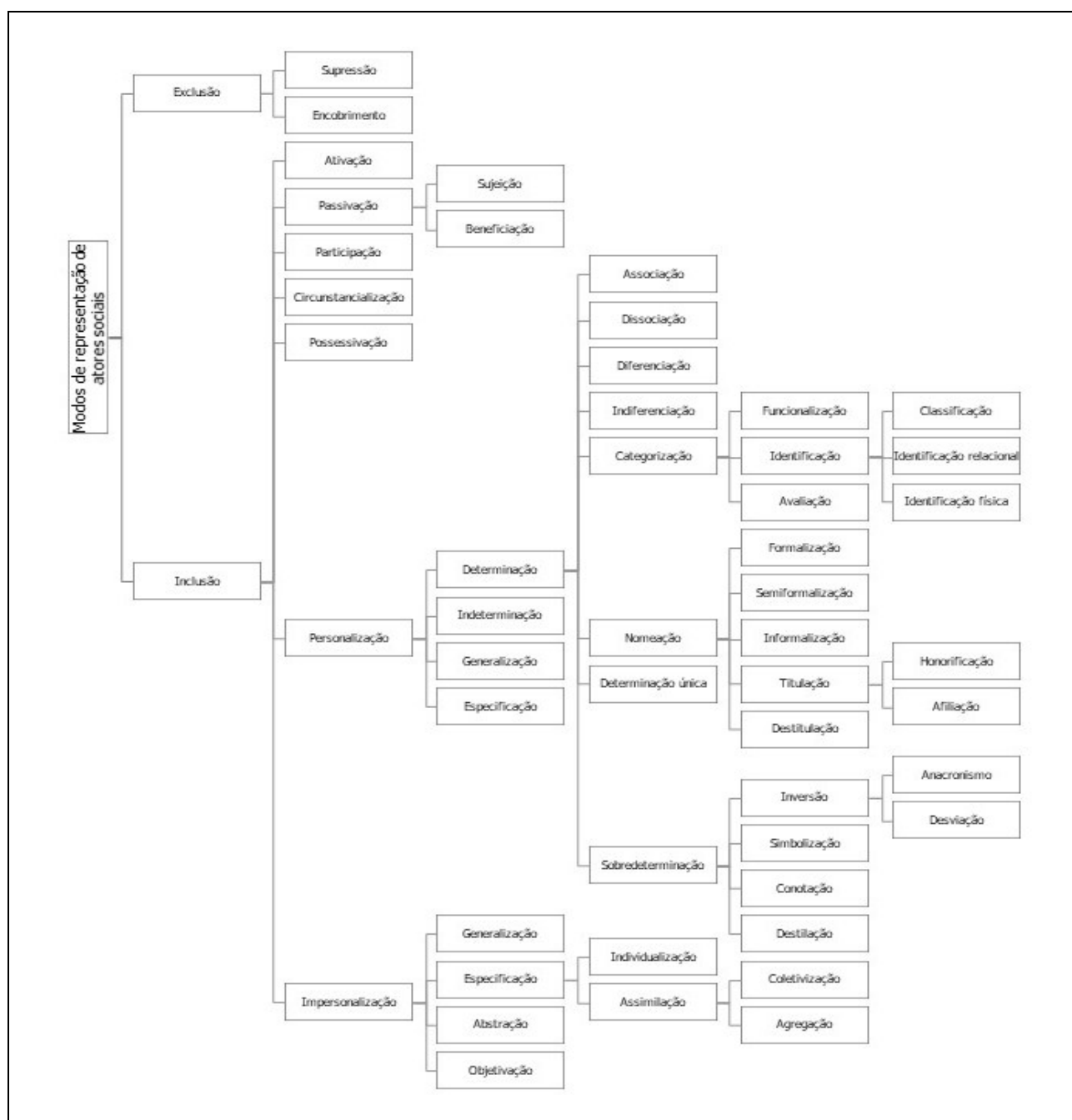


Figura 1: Esquema de modos de representação de atores sociais de van Leeuwen. Fonte: Autora, com base em van Leeuwen.

No que se refere à categoria de análise definida como “avaliatividade”, pode-se dizer que a avaliação se insere no esquema de van Leeuwen (2008) como uma das subcategorias dos modos de representação dos atores sociais. Mas a avaliação se representa no texto também pelo engajamento com o que é dito, pelas pressuposições, pela gradação (modalização) e pelas expressões de afeto, de julgamento e de apreciação representados no texto. A principal referência para se estudar a avaliação pela perspectiva da ADC é a Teoria da Avaliatividade de Martin e White (2005), conforme esquematizado na Figura 2. A resenha da obra publicada por Lopes e Vian Jr (2007) na revista DELTA traz uma acurada tradução e também se presta como excelente apresentação dessa teoria.

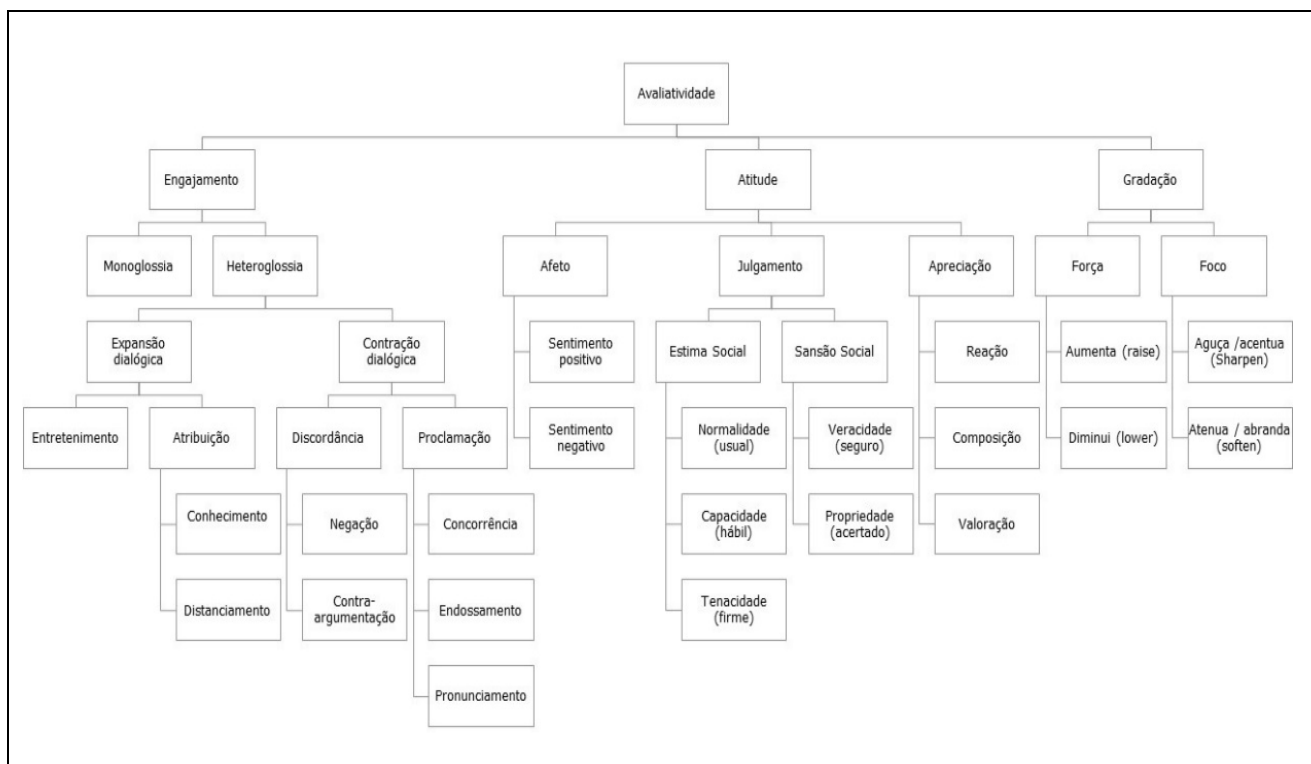


Figura 2: Esquema de categorias de análise da Avaliatividade de Martin e White. Fonte: Autora, com base em Lopes e Vian Jr.

É muito reveladora a atenção às ações representadas no texto pelos verbos, as quais a ADC nomeia por processos de “transitividade”, outra categoria de análise discursiva. A gramática sistêmico-funcional, de Halliday e Matthiesen (2004), é a obra de referência para os estudos dos processos de transitividade na perspectiva da ADC e, por isso, cabe sua menção na presente abordagem. Especificamente, tais autores propõem seis categorias para classificar os processos de transitividade e as dispõem no esquema conhecido por “Mandala de Transitividade de Halliday”, representado na Figura 3. Neste

esquema, cores primárias são usadas para representar as categorias principais (processo material → vermelho; processo mental → azul e processo relacional → amarelo) e cores secundárias representam as categorias secundárias que surgem na intersecção das categorias principais (processos comportamental → roxo; processo existencial → alaranjado; processo verbal → verde). A obra intitulada *Introdução à Gramática Sistemico-Funcional*, de Fuzer e Cabral (2010), é referência na literatura brasileira sobre a Teoria da Transitividade.

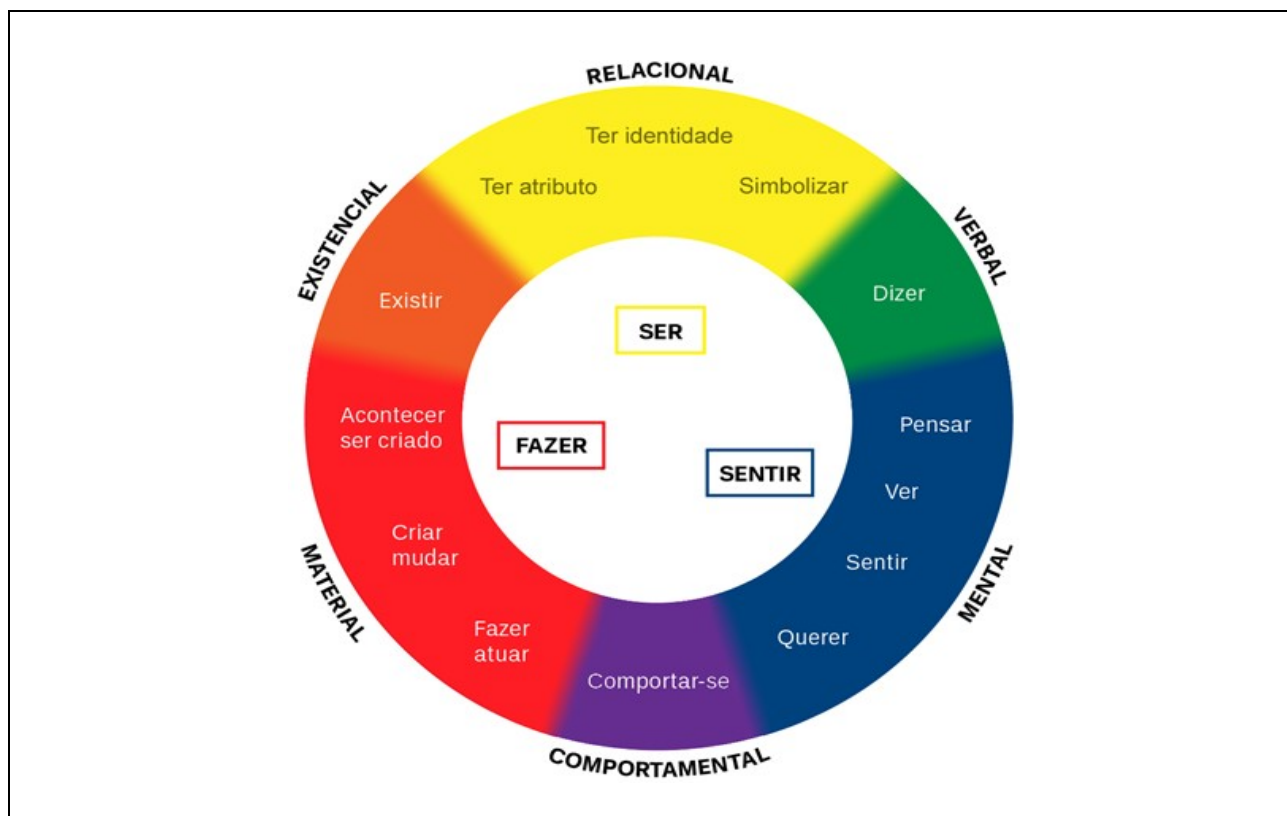


Figura 3: Diagrama de processos de transitividade no sistema de Halliday e Mathiessen

Fonte: Adaptado de "An introduction to Functional Grammar" (HALLIDAY, 2004, p. 172), traduzido por Fuzer e Cabral (2010, p. 30).

Programas computacionais de auxílio à análise qualitativa, conhecidos pelo acrônimo CAQDAS de Computer Assisted Qualitative Data Analysis, não são imprescindíveis às análises embasadas em ADC, mas configuram-se um ferramental de grande valia. No Brasil, o NVivo (QRS INTERNATIONAL, 2015) é o CAQDAS mais recorrentemente referido nos trabalhos científicos que utilizam as categorias da ADC, mas o MAXQDA (VERBI SOFTWARE, 2019) e o webQDA (SOUZA, COSTA e MOREIRA, 2019) também vêm ganhando espaço. Conhecer e descobrir as funcionalidades desses programas pode ser um diferencial importante nas pesquisas com ADC mas, todavia, não substitui o laborioso olhar analítico do pesquisador.

APLICAÇÃO DA ANÁLISE DISCURSIVA CRÍTICA EM UM CASO

Para exemplificar a aplicação da análise discursiva crítica textualmente orientada, sistematizamos e sintetizamos as informações de nossa pesquisa sobre a representação midiática do rompimento das barragens da mineradora Vale S.A. em Mariana e em Brumadinho, no estado brasileiro de Minas Gerais, ocorridas no dia 05 de novembro de 2015 e no dia 25 de janeiro de 2019 respectivamente (Figuras 4 e 5).



Figuras 4 e 5: 'antes e depois' em Mariana/MG; 'antes e depois' em Brumadinho/MG. Fonte: Diário do Poder; CBH Rio das Velhas.

Tal estudo se caracterizou como uma pesquisa exploratória, baseada em levantamento de dados de natureza documental nos portais eletrônicos de mídia jornalística com mais acesso no Brasil. Por essa pesquisa, buscou-se conhecer como a grande mídia representou os eventos e suas vítimas. O corpus de análise se compôs de matérias jornalísticas contendo o termo-chave “Mariana” e/ou “Brumadinho”, publicadas no dia do rompimento de cada uma das barragens, em passado uma semana do evento, e, por fim, ao completar um ano dos acontecimentos.

A seleção dos veículos de mídia digital se baseou no relatório Monitoramento da Propriedade da Mídia (REPORTERS WITHOUT BORDERS; INTERVOZES, 2017), que apontou o G1 e o UOL como os portais de mídia jornalística de maior audiência no Brasil. Para contemplar também a mídia internacional, incluiu-se o portal da BBC Brasil – único portal estrangeiro na lista dos mais acessado no Brasil. Também incluímos no corpus de análise a reportagem especial do portal The New York Times sobre o caso de Brumadinho (2019), que resgata a memória sobre o caso de Mariana (2015), e que teve grande repercussão e audiência. Optou-se por analisar apenas notícias em português, mesmo dos portais estrangeiros.

Recorreu-se ao programa de análise qualitativa webQDA (SOUSA, COSTA, & MOREIRA, 2019) para o processo de tratamento e codificação dos dados. Aplicando o esquema das escolhas metodológicas apresentado neste capítulo, sintetizamos o percurso metodológico desta pesquisa no Quadro 2.

	Característica da Pesquisa
Etapa de escolha metodológica	Exploratória
Quanto aos fins	Levantamento
Quanto aos métodos acesso aos dados	Pesquisa documental em portais de mídia eletrônica
Quanto às estratégias acesso aos dados	Portais de mídia eletrônica nacionais e internacional com mais número de acessos no Brasil
Quanto ao âmbito (delineamento)	Dados textuais : matérias jornalísticas
Quanto à natureza dos dados	Matérias publicadas no dia dos eventos, uma semana depois e um ano depois que contivessem os termos "Mariana" e/ou "Brumadinho"
Quanto aos procedimentos de <u>coleta</u> dos dados	Análise discursiva crítica Categorias de análise: intertextualidade, interdiscursividade, significado das palavras, representação de atores sociais, transitividade.
Quanto ao método de <u>análise</u> dos dados	Mapeamentos do modo representação discursiva dos eventos, suas vítimas e demais atores envolvidos.
Quanto ao resultados das análises	

Quadro 2: Tabela com caracterização da pesquisa sobre a representação midiática do desastre ambiental. Fonte: Autora.

A análise da categoria "significado das palavras" buscou identificar os termos escolhidos para se referir aos eventos dos rompimentos das barragens. Observa-se, na Figura 6, que todos os termos

usados para se referir aos eventos têm conotação negativa, mas que a ativação do significado de responsabilidade varia dentre eles. Analisando este caso e sua veiculação, vale observar que os termos “acidente”; “desastre”, “fatalidade” e “incidente” aportam uma conotação de que não seria possível apontar responsáveis pelo ocorrido, subtraindo a noção de responsabilização na representação do evento. Ao tempo em que os termos “crime”, “dano” e “negligência” clamam para que se apontem os responsáveis pelos eventos. Já os termos “catástrofe”; “rompimento” e “tragédia”, reforçam a conotação negativa dos eventos, mas não aludem a responsabilização, de modo que os classificamos como termos neutros nesse sentido. Em 63% das referências aos eventos, as reportagens analisadas utilizaram termos que não aludem à responsabilização (termos neutros), em 29% optam-se por termos que aludem à “não-responsabilidade”, ao tempo que somente em 8% das ocorrências se observa a representação dos eventos por termos que presumem a responsabilização de um agente.

Por meio dessas escolhas lexicais, a mídia contribui não somente para ocultar a devida responsabilização pelas tragédias e seus danos consequentes, podendo, ainda, impactar as atribuições de responsabilidade civil e penal das consequências do rompimento das barragens, como analisamos no trabalho apresentado no VII Congresso Luso-Brasileiro de Direitos Humanos e Sociedade da Informação (SILVA, ARAÚJO e DA SILVA, 2021).

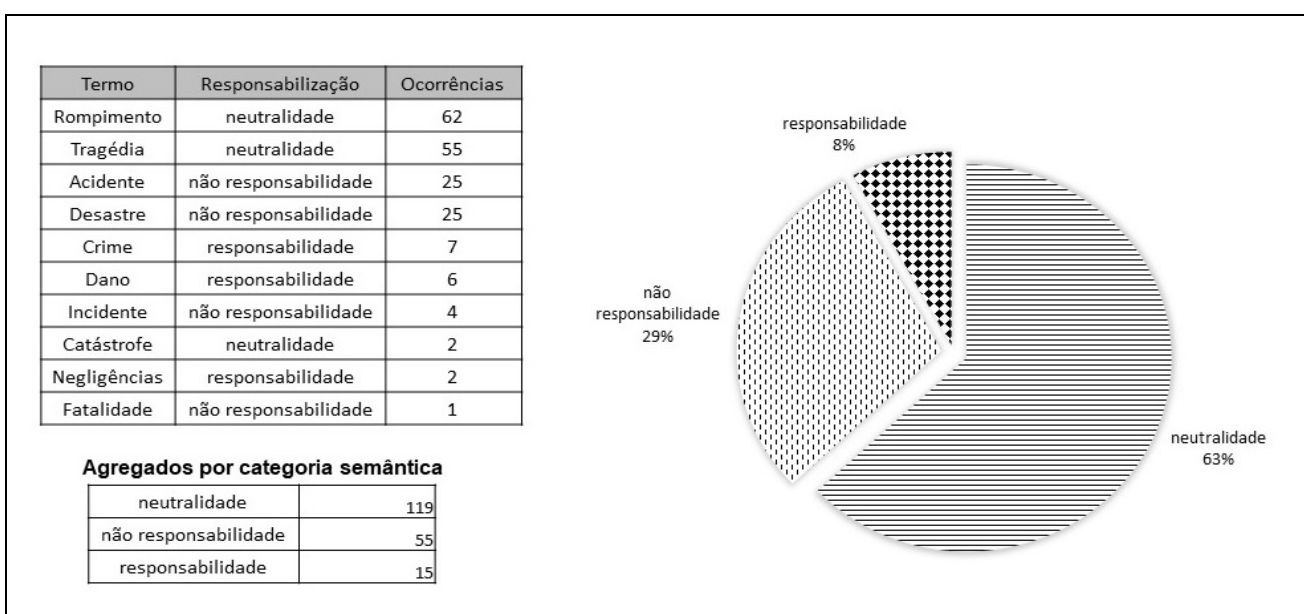


Figura 6: Gráfico com escolhas lexicais das palavras usadas como referência ao rompimento das barragens. Fonte: Autora.

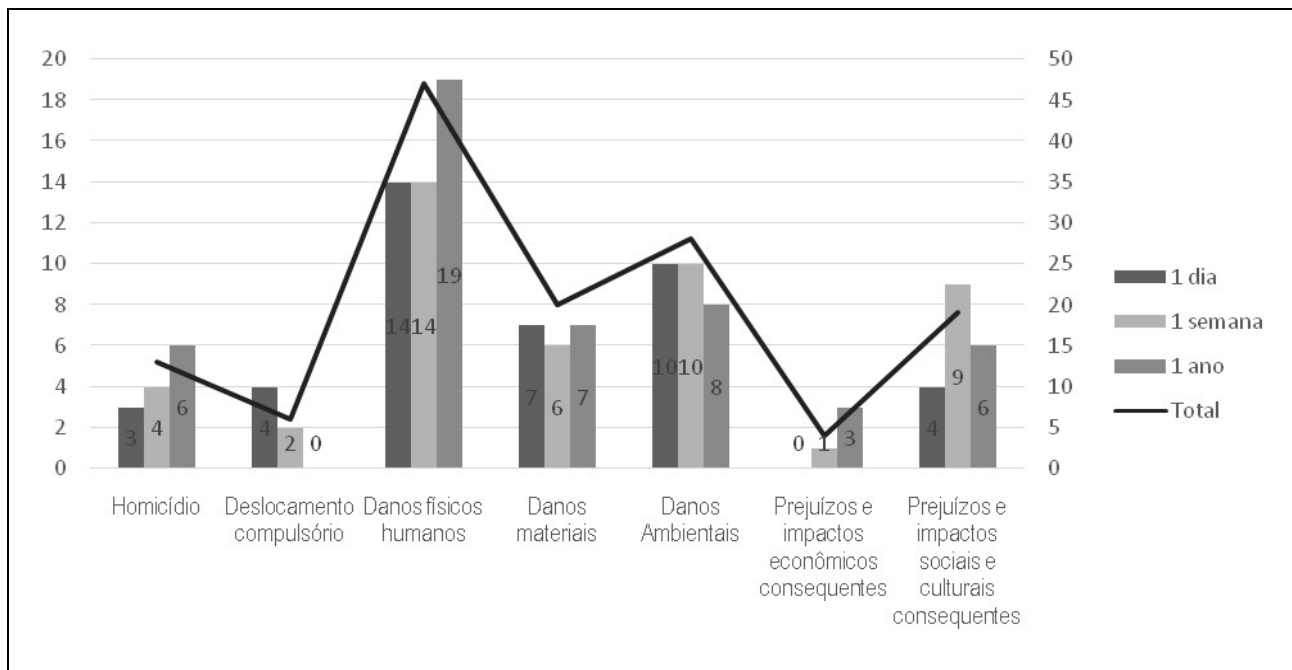


Figura 8: Gráfico com menções a violações de direitos nas matérias sobre o rompimento das barragens. Fonte: Autora.

Pela análise da interdiscursividade, foi interessante observar que os danos físicos humanos representados nas reportagens ativam discursos de pleito por indenizações. O mesmo ocorre quando representados os danos materiais. Em contraste, já no que tange aos danos ambientais causados pelo rompimento das barragens de Brumadinho e Mariana, a análise de interdiscursividade revela a preocupação com a reparação dos danos por intervenção direta das empresas responsáveis – e não por via de indenizações e compensação financeira. A representação dos danos ambientais também dialoga com o discurso de acirramento da legislação ambiental e de questionamento dos requisitos de segurança para as atividades de mineração. O discurso do “ecocídio” está presente nos textos ao representar as amplas dimensões dos danos ambientais causados pelo rompimento das barragens e quando se estabelece relação com os impactos sociais e culturais causados em comunidades indígenas e outras comunidades tradicionais das áreas afetadas ao longo do curso d’água do Rio Doce.

Mas, ainda que a representação da violação de direitos esteja presente nas matérias analisadas, a análise da “representação dos atores sociais” revela hesitação em se representar vítimas do rompimento das barragens de Mariana e Brumadinho. Apenas as vítimas fatais são endereçadas pelo termo “vítimas” (14 vezes), e por cinco vezes são referidos pelos termos “mortos/corpos”, o que contribui para o apagamento da condição humana dessas vítimas. Há uma separação de tratamento

entre os sobreviventes e as vítimas fatais. Os atingidos e sobrevivente são referidos pelos termos: família/parentes das vítimas (13 vezes), moradores (11 vezes), pessoas (7 vezes), comunidade (5 vezes), sobreviventes (3 vezes), população (2 vezes) e afetados (1 vez). A Figura 9 sintetiza comparativamente essas frequências.

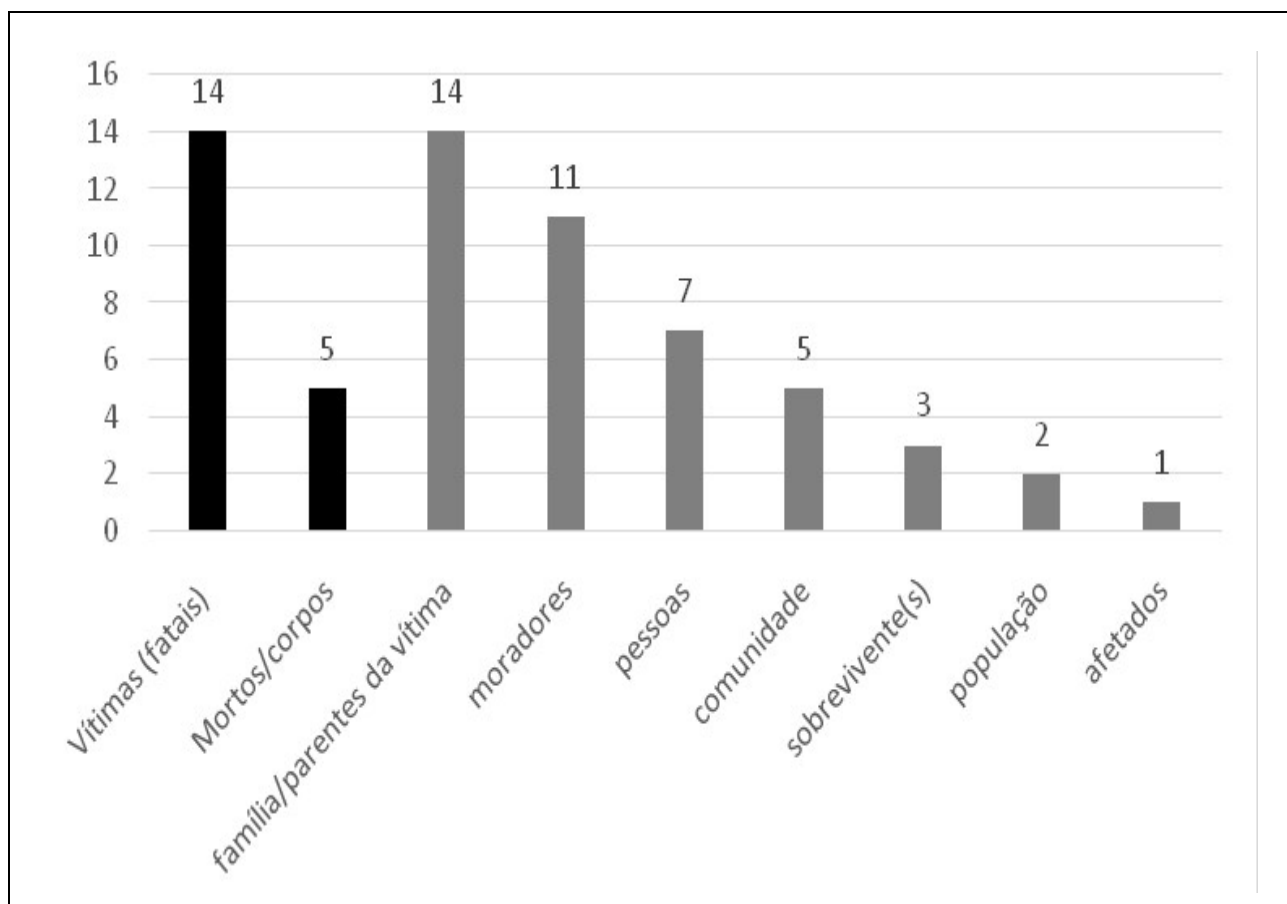


Figura 9: Gráfico de termos utilizados para referenciar as vítimas do rompimento das barragens. Fonte: Autora.

A análise de intertextualidade evidenciou quais as vozes ganham legitimidade para relatar e comentar os fatos ocorridos em Mariana e Brumadinho. A comunidade local foi a fonte mais acionada nas notícias. Como a principal afetada pelas tragédias, pela proximidade com os locais dos rompimentos das barragens e por serem vítimas dos acontecimentos, a comunidade se auto-representa contando a versão dos fatos em 81 passagens dos textos. Chama atenção o surgimento da voz do governo como a segunda mais procurada pela imprensa para falar dos rompimentos das barragens, tendo sido encontradas 72 passagens em que entes de governo têm suas falas replicadas nos textos. Na maioria dessas passagens, o governo é chamado a explicar os motivos de grandes empresas estarem envolvidas em tragédias. Na

sequências das vozes mais acionadas nas matérias analisadas têm-se: empresas (com 57 passagens de texto), especialistas (21), ONGs (10), ativistas (7) e atores internacionais (5).

As esferas do governo mais acionadas pela mídia foram os Ministérios e as forças policiais. Apesar do destaque das falas do governo, no entanto, observa-se baixo acionamento da voz do Governo Federal nas notícias sobre as tragédias de Brumadinho e Mariana. Vale lembrar que entre 2015 e 2019, o Brasil teve dois mandatos presidenciais, de Dilma Rousseff e de Jair Bolsonaro. As vozes dos governos federais aludiram aos problemas de natureza social e ambiental gerados pelos eventos, mas demonstraram pouco compromisso com a busca de responsáveis. Há, no corpus, apenas uma menção à ex-presidenta Dilma, de caráter assistencial (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015), demonstrando uma colaboração passiva e distante aos atingidos. Por parte do governo Jair Bolsonaro, a reportagem da Folha de São Paulo de 25 de janeiro de 2019, dia do rompimento da barragem de Brumadinho, reproduz uma fala do Presidente Bolsonaro que retrata os afetados como “eventuais vítimas”, o que contribui para omitir causalidades e responsabilidades, além de mitigar a representação dos afetados como vítimas das tragédias e naturalizar os impactos, coadunando com o discurso de “não-responsabilização”: “Ele evitou listar culpados, mas disse que caberia à Vale se antecipar a problemas” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019).

Exemplificando a importância da contextualização para a aplicação da análise discursiva crítica, temos que a peça de campanha, elaborada para a conscientização sobre a gravidade e responsabilidade do rompimento das barragens de Mariana e Brumadinho, de autoria do cartunista Ferrugem (@ferrugemcartuneiro), somente faz sentido quando se tem em mente todo o contexto de apagamento de responsabilidades e de atenuação dos danos causados aos atingidos. Um leigo não conseguiria perceber as avaliações representadas nesta imagem, reproduzida na Figura 10. A metáfora do mar de lama, representado pelas ondas em marrom, fazem alusão à aversão social para com os acontecimentos. O comparativo do tamanho das ondas representadas na imagem remete à grandeza das perdas humanas nos dois eventos (Mariana, em 2015, com 19 mortes e Brumadinho, em 2019, com 272 mortes). A valoração negativa taxativa expressa na frase “não é acidade, é crime!” reitera a avaliação negativa dos acontecimentos. A análise dessas avaliações pode se beneficiar da Teoria da Avaliatividade de Martin e White (2005) referidas anteriormente neste capítulo.



Figura 10: 'Peça de campanha' para a conscientização sobre o rompimento das barragens . Fonte: Ferrugem Cartuneiro.

Este exercício de aplicação da ADC tem finalidade didática e busca demonstrar como algumas categorias sociodiscursivas podem ajudar a gerar resultados analíticos robustos e úteis para a investigação de fenômenos sociais de natureza qualitativa. Apesar de essas análises aqui apresentadas buscarem extrair dos dados as respostas da questão de pesquisa proposta, elas não esgotam as possibilidades de informações que podem ser oferecidas pelo mesmo corpus. A análise de outras categorias sociodiscursivas da ADC, bem como outras análises embasadas em referenciais teóricos-metodológicos diferentes –a análise de conteúdo, por exemplo – poderiam resultar em novos achados que complementariam e enriqueceriam os resultados encontrados.

Realçamos, assim, que a pesquisa científica nunca se esgota em si mesma. Cada pesquisa é um passo no caminho do conhecimento. No entanto, é imprescindível que as investigações se fundamentem em

um referencial teórico-metodológico robusto e adequado e que as escolhas metodológicas estejam explicadas com clareza, para que se cumpra o propósito de se avançar rumo a melhor se conhecer uma realidade, um fenômeno ou objeto em estudo.

CONCLUSÃO

As decisões que orientam o percurso metodológico são fundamentais para resguardar a exequibilidade da pesquisa e a qualidade das análises. O objetivo do estudo e os tipos de dados a serem utilizados devem pautar as decisões metodológicas em um trabalho científico. E essas decisões devem ser explicadas e justificadas nos produtos de comunicação acadêmica.

Dentre as variadas alternativas de percurso metodológico, apresentamos mais detidamente as bases da abordagem da Análise de Discurso Crítica (ADC) que se configura como um robusto referencial teórico-metodológico para análise qualitativa sociodiscursiva textualmente orientada. A ADC oferece os argumentos científicos para o posicionamento político que favorece os estudos críticos e fornece instrumental analítico de embasamento transdisciplinar para análise de corpus textuais de diferentes naturezas.

As breves explicações e esquematizações sobre as alternativas metodológicas apresentadas neste capítulo como possibilidade de análise científica têm finalidade didática e não se pretendem exaustivas ou conclusivas. Antes sim, elas intencionam lançar luz sobre as diversas possibilidades que se apresentam no encaminhamento do trabalho científico.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C. L.; CARMO, E. A. D.; FRAGA, R. G. Percurso de Jovens Pesquisadores em Investigação Qualitativa Interdisciplinar embasada na Análise de Discurso Crítica (ADC) com o auxílio do software NVivo®. In: *VIII CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA – CIAIQ*, 2018. Fortaleza: Ludomedia. 2018. p. 154-163.
- BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.
- BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos / Conselho Nacional de Direitos Humanos. RESOLUÇÃO Nº 14, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019. *Diário Oficial da União*, Brasília, n. 2, p. 276, 14 dez 2019. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-14-de-11-de-dezembro-de-2019-236401658>>. Acesso em: 28 jul 2020. Seção 1.

- BUARQUE, S. C. *Metodologias e técnicas de construção de cenários globais e regionais*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2003. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2865>>. Acesso em: 17 mai 2021.
- CBH RIO DAS VELHAS. Danos causados pelo rompimento da barragem de Mariana preocupam CBH Rio das Velhas. *CBH Rio das Velhas*, Belo Horizonte, 27 nov. 2015. Disponível em: <<https://cbhvelhas.org.br/noticias/danos-causados-pelo-rompimento-da-barragem-de-mariana-preocupam-o-cbh-rio-das-velhas/>>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- DIÁRIO DO PODER. Relatório confirma que barragem em Brumadinho se rompeu por liquefação. *Diário do Poder*, Brasília, 12 dez. 2019. Disponível em: <<https://diariodopoder.com.br/brasil-e-regioes/minas-gerais/relatorio-confirma-que-barragem-em-brumadinho-se-rompeu-por-liquefacao>>. Acesso em 20 dez 2021.
- FAIRCLOUGH, N. Critical and descriptive goals in discourse analysis. *Journal of Pragmatics*, Amsterdam, 9, 1985. p. 739-763.
- FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Barragem se rompe e casas são atingidas em Brumadinho, Grande BH. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 jan. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/01/barragem-se-rompe-e-casas-sao-atingidas-em-brumadinho-grande-bh.shtml>>. Acesso em: 15 mar. 2020.
- FOWLER, R. Sobre a Linguística Crítica. *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, Tubarão, 4, n. esp., 2004. p. 207-222.
- FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. Introdução à Gramática Sistêmico-Funcional em língua portuguesa. *Caderno Didático*, Santa Maria, 2010.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.
- GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. Um roteiro para conhecer os Estudos Críticos do Discurso. In: FARIA, J. R. D. (Org.). *Guia Bibliográfico da FFLCH*. São Paulo: Publicações FFLCH, 2016. p. 1-7.
- HABERMAS, J. *Conhecimento e interesse*. São Paulo: Unesp, 2014.
- HAJER, M. A. Hajer M. Coalitions, Practices and Meaning in Environmental Politics: From Acid Rain to BSE. In: HOWARTH, D.; TORFING, J. (Orgs.). *Discourse theory in european politics: identity, policy and governance*. London: Palgrave Macmillan, 2005. p. 297-315.
- HALLIDAY, M. A.; MATTHIESSEN, C. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 2004
- LOPES, R. E. D. L.; VIAN JR, O. Resenha / Review. *Delta*, São Paulo, 23, n. 2, 2007. 371-381. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/delta/v23n2/a08v23n2>>. Acesso em: 21 mai 2021.
- MARIN, A.; WELLMAN, B. Social network analysis: an introduction. In: SCOTT, J.; CARRINGTON, P. J. (Org.). *The SAGE handbook of social network analysis*. [S.l.]: SAGE, 2011. p. 11-25.
- MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. R. *The language of evaluation: appraisal in English*. London: Malgrave/ Macmillan, 2005.
- NASCIMENTO, E. P. Sustentabilidade: o campo de disputa de nosso futuro civilizacional. In: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. P. (Orgs.). *Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, prosperidade e decrescimento*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 415-433.
- OWELL, G. *1984*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- QRS INTERNATIONAL. *NVivo 11 Pro for Windows*, 2015.
- RAMALHO, V.; RESENDE, V. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes, 2011.

- RAPOSO, A.; SANTOS, I. A. D.; VASCONCELOS, L. T. Sustentabilidade e cidadania: um olhar sobre estratégias nacionais no convergir para uma sociedade mais sustentável. *Revistas Sinergias - Diálogos Educativos para a Transformação Social*, Porto, 2020. p. 13-28. Disponível em: <<http://www.sinergiased.org/index.php/revista/item/294>>. Acesso em: 06 fev 2020.
- REPORTERS WITHOUT BORDERS; INTERVOZES. *Ownership Monitor Media Brasil: Quem controla a mídia no Brasil?* [S.l.]. 2017.
- RESENDE, V. D. M. *Análise de discurso crítica e realismo crítico*. Campinas: Pontes, 2009.
- ROESCH, S. M. A. *Projetos de estágio e pesquisa em Administração: guias para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudo de casos*. São Paulo: Atlas, 1999.
- SILVA, J. M. A.; ARAÚJO, C. L.; DA SILVA, M. B. Representação social dos direitos humanos fundamentais violados no desastre de Mariana e Brumadinho. In: VII CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE DIREITOS HUMANOS E SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO, IPT, 2021, Tomar/Portugal. *Anais...* Tomar/Portugal, 2021. p. s/n.
- SOUSA, M. A planning game over a map: playing cards and moving bits to collaboratively plan a city. *Frontiers in Computer Science - Human-Media Interaction*, 2, 2020. 1-12. Disponível em: <<https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fcomp.2020.00037/full>>. Acesso em: 15 mai 2021.
- SOUZA, F. N. D.; COSTA, A. P.; MOREIRA, A. *webQDA*, 2019. Disponível em: <<https://www.webqda.net/>>.
- VAN DIJK, T. A. *Discurso e Poder*. São Paulo: Contexto, 2012.
- VAN LEEUWEN, T. The representing of social actors. In: VAN LEEUWEN, T. (Org.). *Discourse and practice: new tools for critical discourse analysis*. Oxford: Oxford University Press., 2008. p. 23-54.
- VERBI SOFTWARE. *MAXQDA 2020*, 2019. Disponível em: <maxqda.com>. Acesso em: 15 mai 2021.
- VERGARA, S. C. *Métodos de pesquisa em Administração*. São Paulo: Atlas, 2005.
- WODAK, R. Do que trata a ACD: um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, Tubarão (SC), 4, n. esp., 2004. p. 223-243.



ANÁLISE SEMIÓTICA:
o conhecimento pelos sentidos do signo.
Ursula Betina Diesel & Pedro Russi

RESUMO

Semiótica é um processo teórico-metodológico de análise, qualitativo, que não se constitui em modelos e, sim, requer percurso qualitativo, interpretativo, inferencial e de reflexão. Via análise semiótica, procura-se decifrar “como” algo potencializa sentidos e não “o que” algo significa. Charles S. Peirce define a base relacional e triádica da Semiótica. Para tanto, junto às tensões nucleares entre os correlatos *representâmen*, interpretante e objeto/fundamento, são centrais na análise semiótica a compreensão da semiose, sempre em continuidade (*sinequismo*) de processos, dependentes da coletividade (*faneron*) e agenciadores de cogitações e criatividade (*musement*). A potencialidade de circulação dos sentidos no cotidiano é, neste capítulo, ilustrada em uma brevíssima análise da pichação como gesto de intervenção urbana que, estranhado, gera conflitos de apropriação.

INTRODUÇÃO

Como analisar algo via perspectiva semiótica? Há algumas abordagens a recorrer, porém, o mais importante é compreender que a Semiótica caracteriza um trajeto teórico-metodológico e não oferece modelos, receitas, fórmulas. Exige um percurso qualitativo, interpretativo, de reflexão. Ao utilizarmos a Semiótica para entender a geração de sentidos, buscamos, cabe evidenciar, responder “como” algo significa e não “o que” aquilo significa. Dessa maneira, priorizamos explicitamente o percurso de construção sógnica, a semiose ilimitada do signo, a potencialidade da circulação de sentidos que se ressignificam nas disputas cotidianas da significação.

Embora reconheçamos como semióticas outras abordagens (centradas em nomes de estudiosos como Yuri Lotman, Algirdas Greimas e Eliseo Verón), nos dedicaremos aqui à sua base teórica de raciocínio, ou seja, à perspectiva peirceana. Isto é, a que foi proposta e sistematizada pelo lógico americano Charles S. Peirce (1931; 1973; 2000). Como o espaço é bem sintético, procuramos referir autores que podem ajudar na compreensão e no emprego da Semiótica.

Retomamos os principais eixos do pensamento peirceano, como a semiose, as relações tricotômicas, o sinequismo, o *faneron* e o *musement*, enfatizando que a compreensão de que se trata, sempre, de um

trajeto de construção sógnica contextualizado é o fundamental. Ilustramos a prática interpretativa via Semiótica referindo, muito sinteticamente, análise do fenômeno da pichação.

O QUE É ANALISAR

Quando se busca analisar algo se busca compreender algo, entender sua dinâmica, suas relações. Podemos afirmar que “analisar é buscar as marcas dos rastros deixados nos discursos pelas condições produtivas, sejam estas fruto de seu processo gerativo ou de seus efeitos” (RUSSI, 2016a, p. 91). E a Semiótica é um dispositivo do pensar, que valoriza as relações (tensões) como sinalizadoras do vivido e potências de sentidos¹.

Abordar processos de significação corresponde a tratar de percursos de comunicação. Esta, porém, não vista como mera troca informacional, mas como relações de transformação. A essência da vivência comunicativa é o tornar comum, o interagir². Nessa direção, entendemos que a linguagem perpassa tudo, compõe o real e, de diferentes formas, constitui o ato comunicativo. O signo é o elo relacional entre as vivências. Então, podemos dizer que a comunicação se atualiza nas ações humanas³, as quais são traduzidas em linguagens. Na visão cosmológica e inferencial peirceana, o fazer é resultado de algum sentido; por isso há, também, possibilidade de resistência.

A Semiótica constitui uma forma de compreender o cotidiano, de construir conhecimento que fale da vida, das relações. Ela se caracteriza como perspectiva questionadora e criativa, a partir de um arsenal teórico-metodológico que possibilita compreender os processos de geração de sentido (semioses) e, portanto, escapar das dicotomias tão caras às representações instituídas e normalizadas

¹ Ao recorrermos ao olhar da Semiótica, não buscamos verdades, mas, em trajeto inferencial, trabalhamos a lógica dos sentidos, as relações constituidoras do cotidiano do analisado. Assim, este não é um instrumental de categorias ou medições para poder afirmar algo, mas uma proposta de raciocínios lógicos para a reflexão sobre as possibilidades interpretativas.

² França e Simões (2016) o retomam ao revisitarem as teorias da comunicação e reivindicarem à teoria o papel de produzir reflexões sobre o mundo e sobre as práticas – inclusive cotidianas – como geradoras de sentidos. E também assim pontua Ferrara (2008), contrariando muitos dos celebrados esquemas científicos e procurando compreender os suportes comunicacionais próprios das cidades e que podem tanto impedir quanto estimular a comunicação no dia a dia.

³ Nas ações, o humano se manifesta. Nossas ações configuram comunicação e sinalizam um processo de elaboração mútua, entre enunciadores, enunciatários, enunciado, na enunciação. Nesse continuum, a tensão é uma constante, e, portanto, as potências latejam. Quando referimos a noção de “dizer”, isto vai além de expor algo que estou pensando, é compreender a razão e a razoabilidade no que será expresso, um motivo que potencializa a externalização de “dizer as coisas” (RUSSI, 2016b). Ao manifestar-nos, podemos descobrir-nos.

em nossa sociedade. Como vivemos em sistema genocida, a Semiótica configura uma ciência dissonante, pois requer a contextualização, a percepção das relações, de como tudo se dá, de por que se dá dessa maneira, e valoriza a diferença, logo, o pensar e o processo de criação (DIESEL, 2021).

Importante entender que tratar o que observamos como questões provocadoras (e não como dados ou fatos) coloca ênfase na compreensão de que o percurso de pesquisa pressupõe e leva à construção de problematizações para o desenvolvimento do pensar, o que, na perspectiva peirceana, acolhe sempre a dimensão de possibilidades. Além disso, não são as intencionalidades o que interessa – a Semiótica não permite alcançá-las –, mas o processo do qual fazem parte.

A Semiótica constitui uma forma de compreender as relações, as projeções do real, valorizando as diferenças e, portanto, a interação. Logo, cabe explicitar novamente, a interpretação não consiste em simplesmente dizer “o que” algo significa, mas “como” aquilo é pensado, quais são as ligações entre os patamares que constituem aquilo que se interpreta.

Barrena explica o *modus* peirceano de elaborar, esclarecendo que:

O método, na medida em que não se reduz a hipóteses e verificação empírica, mas também é aplicado à metafísica, deve permitir que os seres sensíveis conheçam nossa experiência, inicialmente em termos daqueles princípios internos pelos quais são reais, e depois em termos desse Ser transcendental, o Criador, pelo qual o Cosmos existe. (BARRENA, 1998, p. 30).

Assim, “Peirce fundou a semiótica e, ao mesmo tempo, definiu sua problemática teórica fundamental: o das relações entre *a produção de sentido, a construção do real e o funcionamento da sociedade*” (VERÓN, 1993, p. 120, grifo do autor). Tal embricamento de esferas em relação sinaliza que o signo não é um reflexo mecânico, nunca é inocente e, portanto, atinge a esfera ideológica⁴. Em seus estudos, Verón (2013, p. 307) ainda demarca que “a semiose é uma rede de operações discursivas, tanto em produção quanto em recepção”.

⁴ Por ideologia entendemos “um chamado, uma demanda, uma interpelação que leva o indivíduo a reconhecer-se como sujeito, uma certa representação do mundo que liga os homens com suas condições de existência. [...] o conjunto de ideias fundamentais que caracteriza o pensamento de uma pessoa, uma coletividade ou uma época. Também se trata da doutrina filosófica centrada no estudo da origem das ideias.” Conforme ANGER-EGG. Diccionario de Trabajo Social. 1986, p.40.

A SEMIÓTICA É TRIÁDICA

Diferente de outras abordagens, que se dedicam ao signo em si, na Semiótica é fundamental compreendermos a “semiose”, definida por Peirce como “ação, ou influência, que é, ou envolve, uma cooperação entre três instâncias, como o signo, o objeto e o interpretante” (PIERCE, 1931, CP 5.484, 1906). Além disso, essa relação triádica, estruturadora da semiose, “é irreduzível a uma ação de pares. Trata-se de entender o signo como algo que opera logicamente na capacidade de forçar o pensamento a conectar-se com um objeto e, assim, abrir um processo potencialmente infinito de interpretação deste objeto” (SILVA, 2017, p. 181).

Situamos, então, a compreensão dos processos de significação na relação triádica entre os elementos: o signo (ou *representâmen*), o interpretante e o objeto (ou fundamento), ou, nas palavras de Peirce, “um Representâmen é o Primeiro Correlato de uma relação triádica; o Segundo Correlato se chamará seu Objeto, e o possível Terceiro Correlato se chamará seu Interpretante” (1973, p. 28). Porém, mais do que identificar cada um desses patamares, é necessário entendermos que funcionam em relação, em uma dinâmica do tipo “com”, sempre juntos uns com os outros, interdependentemente.

É comum encontrarmos a esquematização do triângulo semiótico de modo equivocado. É completamente diverso o que procuramos traduzir nas duas proposições a seguir (Figura 1).

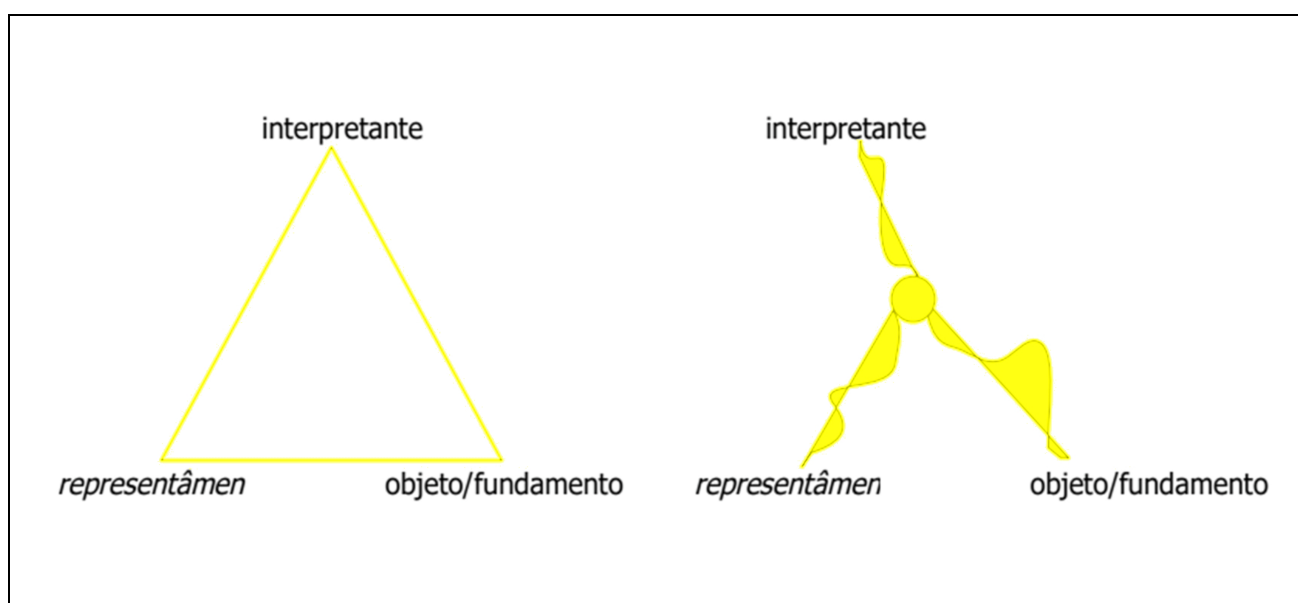


Figura 1: Diagrama de proposições do triângulo semiótico. Fonte: Autores.

Nestes rabiscos, representamos de duas formas a tríade peirceana. Na primeira, o triângulo promove a associação a um processo muito bem definido e delimitado, com peso e força bem distribuídas entre suas partes. Porém, a relação é, aí, dicotômica, sempre entre dois pontos. Não há encontro entre as três partes. Embora, neste esquema, se trabalhe com a percepção da significação como um todo, as relações constituidoras do percurso operador dos sentidos estruturam-se nas combinatórias entre *representâmen* x interpretante, *representâmen* x fundamento, interpretante x fundamento – binômios que revelariam o *modus operandi* do processo sígnico. A problemática aí é a aparente separação entre as operações. Já no segundo rabisco, os três patamares interagem uns com os outros permanentemente, constituem-se de modos diversos, e convergem para a construção dos sentidos; uma relação do tipo “com”. Esta representa a compreensão da semiose.

Portanto, a semiose diz respeito não somente ao signo em si, mas ao complexo de relações que o constituem e ao seu entorno, ou seja, na semiose demarca-se a nuclearidade das tensões entre texto e contexto no processo de construção de sentidos. Ocorre que, na cooperação entre as instâncias signo, objeto e interpretante (PIERCE, 1931, CP 5.484-1906), a noção de signo corresponde tanto ao entendimento quanto à coisa que observamos. Como afirma Peirce, “a palavra Signo será usada para denotar um Objeto perceptível, ou somente imaginável, ou ainda inimaginável em um certo sentido” (1973, p. 23). Não é, então, só a materialidade da representação – a imagem, a palavra, o som – mas também as características que a definem em uma espécie de regularidade e a tornam reconhecível como signo. Em sua inserção contextual, o signo cumpre o papel de elo e desencadeia o processo interpretativo, de modo que, Segundo Pierce:

Um signo, ou representâmen, é algo que, para alguém, representa ou se refere a algo em algum aspecto ou caráter. Dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa um signo equivalente, ou, talvez, um signo ainda mais desenvolvido. Este signo criado é o que chamo de interpretante do primeiro signo. O signo está no lugar de algo, seu objeto. Está no lugar desse objeto, não em todos os aspectos, mas apenas em referência a um tipo de ideia, que algumas vezes chamei de fundamento do representâmen. (1973, p. 22; 2000, p. 46).

Na análise semiótica, podemos utilizar categorias – sempre organizadas e relacionáveis em tríade –, mas o propósito não é classificatório. As diferenças constituintes dos signos atuam umas sobre as

outras e compõem a semiose, complexa e de múltiplas facetas. Assim, a esquematização peirceana deve contribuir na compreensão do acontecimento sógnico – e não classificá-lo (como por vezes é feito). Peirce (2000) organizou as operações de sentido em tricotomias, ou seja, relações triádicas. Podemos visualizá-las em esquema como no Quadro 1:

	1ª tricotomia	2ª tricotomia	3ª tricotomia
Primeiridade	Quali-signo	Ícone	Rema
Secundidade	Sin-signo	Índice	Dicente
Terceiridade	Legi-signo	Símbolo	Argumento

Quadro 1: Tabela de operações de sentido em tricotomias de Pierce. Fonte: Autores a partir de Pierce.

É possível observar que as relações triádicas se configuram em uma escala organizada em “primeiridade”, “secundidade” e “terceiridade”, que podem, talvez, ser pensadas como “passos” do acontecimento sógnico. Essa complexa categorização é bem explicada por Barrena:

A categoria de primeiridade é a mais difícil de descrever, visto que está, por assim dizer, em um domínio pré-verbal. Não se pode descrevê-la sem transformá-la em outra coisa, sem alterar sua pureza. No entanto, podemos chegar a um sentido de primeiridade movendo-nos das características mais óbvias e públicas da secundidade e terceiridade em direção à sua condição última de possibilidade. Embora seja anterior a toda predicação, Peirce a descreve do seguinte modo: ‘É o primeiro, presente, imediato, fresco, novo, inicial, original, espontâneo, livre, vívido, consciente e evanescente. Basta lembrar que cada descrição dela deve resultar como falsa para ela’ (BARRENA, 1998, p. 41).

Na dificuldade de traduzir como acontece a primeiridade, podemos pensar em uma parede urbana que não é mais cinza, e expressar: ‘essa parede não *cinzeleja* mais!’⁵. A primeiridade seria algo similar a uma sensação, porém, ainda em estado de potência. Essa condição de força, de possibilidade, é inerente à vida e gera resistência, em meio às fricções em contextos dados – o que já caracteriza a secundidade, então regulada pela terceiridade, a qual media a tensão entre primeiro e segundo, simultaneamente reavivando a potencialidade inicial do percurso. As categorias articulam-se na

⁵ Ilustração bastante presente nas aulas de semiótica de Russi, na Universidade de Brasília (UnB).

experienciação cotidiana da vida. A potencialidade é acionada e delimitada, definindo-se em alguma direção e, então, é inserida em uma linha de regularidades, que acabam por contextualizar o vivido e preenchê-lo simbolicamente: esse é o percurso sígnico.

A “primeira tricotomia” expressa esse fluxo; o *quali-signo* expressa essa espécie de sensação a partir do percebido; o *sin-signo* singulariza, identifica o que seria o percebido; o *legi-signo* define o que seria isso, a partir de seu reconhecimento nas regularidades já conhecidas.

Já quanto à “segunda tricotomia”, pode-se dizer que esta embrica-se mutuamente com a primeira, de maneira que Peirce, em suas célebres *Cartas a Lady Welby*, afirma:

Defino um ícone como um signo que é determinado por seu objeto dinâmico em virtude de sua própria natureza interna. Qualquer *quali-signo* se enquadra nesta definição, como, por exemplo, uma visão, ou o sentimento provocado por uma peça musical considerada como uma representação do que o compositor desejou expressar. Um ícone também pode ser um *sin-signo*, como um diagrama; digamos, uma curva de distribuição de erros. Defino um índice como um signo determinado por um objeto Dinâmico em virtude de estar em uma relação real com ele. Um substantivo próprio – que por sua vez é um *legi-signo* – é um índice; a presença do sintoma de uma doença também é um índice (o próprio sintoma sendo um *legi-signo*, ou seja, um tipo geral de caráter definido; somente quando é considerado como ocorrendo em um caso particular de uma determinada doença é um *sin-signo*). Defino um símbolo como um signo que é determinado por seu objeto dinâmico somente no sentido de que assim será interpretado. Portanto, depende de uma convenção, de um hábito ou de uma disposição natural de seu interpretante, ou do campo de seu interpretante (o campo do qual o interpretante é uma determinação). Todo símbolo é necessariamente um *legi-signo*. (PIERCE, 1973, p. 94)

Peirce (1973) considera, na segunda tricotomia, a divisão dos signos (em ícones, índices e símbolos) fundamental e definidora da condição sígnica como processo de percepção e interpretação, já que dá forma à existência ativada na primeira tricotomia. De modo muito sintético e grosseiro, podemos ligar: a noção de ícone à de semelhança; a de índice à de referência provocadora do percebido; e a de símbolo às convenções culturais, que preenchem de cargas nossas relações com tudo que nos cerca.

A “terceira tricotomia” sintetiza a relação entre interpretante e objeto, processando-a como possibilidade (Rema), fato (Dicente) ou razão (Argumento) (PEIRCE, 1973). Desse modo, a interação entre signo e sujeito interpretante configura uma espécie de generalização do percebido.

Voltamos a insistir que as categorias elucidam e organizam a compreensão do processo de construção de sentidos. Não bastam por si só. O que importa é explicar o percurso de operações sócio e interpretativo. A semiose é social e constituidora do que vivemos; é percurso, não só resultado. Compreende toda operação geradora do signo, isto é, não só do produtor do signo mas do receptor e todos aspectos contextuais. A significação é compreendida como um processo de construção acionada no vivido. O sentido constitui-se ao encontrar outro sentido, em relação. Logo, todo ato de comunicação é um ato de tensão (equivalente à relação).

Importante salientar que, na sistematização da vivência sócio, a tríade atua de modo interdependente – não há secundidade sem primeiridade nem terceiridade sem secundidade –, e nenhuma das categorias existe em estado puro. Trata-se de um percurso de abstração. Logo, na interação sócio, constituímos-nos.

Sujeitos em interação com outros sujeitos e/ou com materialidades, situações, significam-se e ao que tensionam, sempre em continuidade, ou seja, processando as vivências ao interligá-las a outras já na memória. Um signo compõe outro, encadeadamente, sem podermos detectar seu início ou sua origem, já que o processo também não é linear, mas multidirecional e complexo. Logo, tensiona-se a ideia de individual e todo pensamento é entendido como social, comunitário. A tensão constitui nó na construção de sentidos.

Perpassa essa dinâmica uma força, o sinequismo, trabalhado por Peirce (PIERCE, 1931, CP 6.202-1898) como “a união de tudo o que é o que foi e poderia ser – a ideia de continuidade – ao governar o domínio da experiência na sua totalidade na conectividade de eventos supostamente desconexos” (RUSSI, 2016a, p. 44). O sinequismo constituiria uma espécie de força vital⁶ em um *continuum* entre diferentes sentidos. Para Peirce (PIERCE, 1931, CP 3.613-1902), mesmo quando consideramos a individualidade de algo, é preciso lembrar que, em sentido mais amplo, cada existência continua nas relações e define outras coisas. Tudo é fruto de diferenças em tensão. Sob esta perspectiva, um sentido encontra seu sentido ao tangenciar outro sentido, configurando um ato de tensão sempre em continuidade, pois o sentido mobiliza, como uma espécie de gatilho.

⁶ Junto com o tiquismo (acaso) e o agapismo (amor), de que não tratamos.

Mesmo ao observarmos manifestações cotidianas, justapõem-se eventos narrativos que muitas vezes não apresentam (supostamente) nexos nas mensagens produzidas, sujeitos, cenários e suportes. A vivência de palimpsesto está dada pelas mensagens que aparecem diante dos sentidos – o que não quer dizer diante dos olhos – como ação da presença na semiosfera⁷ que provoca infinitas operações de sentido mente-mente. Fica marcado, então, aspecto essencial na perspectiva semiótica – o de que a construção sígnica não ocorre em nível individual dos sujeitos. Para Peirce, o processo interpretativo é sempre comunitário (*faneron*) e “nenhuma mente pode avançar um só passo sem ajuda de outras mentes” (PEIRCE, 1973, p. 15), ou, “pensar é sempre *pensar com alguém*” (RUSSI⁸, 2016b, p. 166).

Desse modo, consonante com o sinequismo (continuidade), processado e constituído por sujeitos interpretantes que também nas semioses se constituem, o fenômeno da significação pode ser compreendido como *faneron* – tudo o que faz parte de nós, o que se dá aos sentidos, que aparece, mas não se basta, depende das relações; o processamento mental do vivido, sempre fruto do coletivo, correspondente ou não ao real. Todo o acontecimento sígnico configura-se, portanto, no exercício do *faneron*.

Para fechar essa síntese, ressaltamos que, ao tentarmos compreender a semiose de algo, isto é, ao interpretarmos em profundidade, vale demarcar a importância dada por Peirce à imaginação – esfera em que o que processamos se transforma em real. Segundo Barrena (2008), Peirce já falava da imaginação como lugar do raciocínio, não separando-a nem de qualquer atividade cotidiana nem do fazer científico, e afirmava: “Não é muito dizer que em seguida à paixão por aprender não há qualidade tão indispensável para o processo da ciência quanto a imaginação” (BARRENA, 2008). Assim, o livre estado de conjectura e contemplação, como um jogo desinteressado (BARRENA, 2008; SILVA, 2017) corresponde à vivência do *musement*, em que somos provocados a nos deixar “tocar” antes de mobilizar juízos sobre o que observamos.

Peirce define “*musement* como este exercício de puro jogo, jogo que não possui regras a não ser a própria lei da liberdade” (PIERCE, 1931, CP 6.458-1908). Praticar o *musement* seria deixar fluir a imaginação,

⁷ Conceito da Semiótica Russa, em Iuri Lotman, e que refere a condição espaço-temporal englobante da geração de sentidos.

⁸ Referindo Eugenio d'Ors. Diálogos. Ed. de Carlos d'Ors. Madrid: Taurus, 1981, p.28.

permitindo o fluir de um *start* criativo. Assim, a partir do *musement*, configuraria-se não mais uma lógica dicotômica – entre o sensível e o formal – mas uma combinatória entre os aspectos sensíveis daquilo com que interagimos e a forma racional de uma explicação (SILVA, 2017). Na análise semiótica, ganham valor, portanto, o trajeto inferencial e, até mesmo, os insights. O processo interpretativo vive no cotidiano e, nele, podemos abrir-nos ao estranhamento e permitir-nos a atitude criativa (*musement*).

UM OLHAR ANALÍTICO SEMIÓTICO SOBRE A PICHAÇÃO

Deixamos aqui uma proposta, na forma de um exercício interpretativo, isto é, sem a pretensão de definir respostas, mas de colaborar em proposições e propiciar novas indagações. Uma análise semiótica requer tempo, espaço, complexidade e profundidade. Logo, podemos considerar que a síntese aqui exposta é fragmento mínimo daquilo que se pode pensar a partir da análise das operações de sentidos.

Andar pela cidade é deparar-se com ela mesma nas suas manifestações, todas elas, sem exceção, e entre elas temos as marcas (pinturas) nas paredes, nos diversos suportes. Por isso, estar na cidade é estar sempre no meio de um turbilhão dialógico, vozes, cheiros, olhares que se misturam para desenhar aquilo que estamos vivendo, o cenário urbano. Isso é um desafio analítico e metodológico ao momento de pesquisar sobre o tema. Não há definições e modelos, tipo receitas, que permitam tecnicamente abarcar essa complexidade.

Denominamos pichação⁹ toda e qualquer intervenção feita em âmbito público e de modo transgressor. Em geral, o termo preferido em escala mundial para fazer referência às variações é *graffiti*, e a preocupação predominante é com a instância estética das pichações em superfície, sua expressão do ser-estar, e não com o fenômeno comunicacional como um todo. Isso condiz com o fato de que, quando se fala em pichação, imediatamente vem à mente a imagem daquilo que fica no muro, na parede, no asfalto etc. Aquela “mancha” aparente na parede e fruto da ação de alguém. Porém, aqui tratamos da pichação em sua inteireza, como processo comunicacional e como semiose.

⁹ Fala-se de pichação como o pixo (a escrita dos grupos de pixadores que disputam visibilidade e habilidade entre si – inclusive como estética típica da cidade de São Paulo), como grafite, lambe, stencil, tags ou crews, bombs, folhinhas, rolê, curativos de asfalto, purga, galera ou griff, cena. Há um universo de noções próprias do mundo das pichações.

A semiose pichação é muito mais do que seu apoio indicial: a visualidade deixada na parede. São muito importantes a dinâmica cotidiana das cidades, as relações entre as noções de coletividade e de atividades individuais nas vivências na urbe, a aproximação ao estudado. A pichação é uma ação indicial de presenças instaladoras de brechas para novos sentidos.

A pichação define-se como uma prática – social e contextualizada na rua. O universo citadino é o campo relacional base da pichação e, portanto, a amplitude contextual urbana é essencial na análise da pichação e sinaliza que o movimento analítico busca compreender a pichação como processos de senti-pensar a cidade (RUSSI, 2016a). Como operador de sentidos, isto é, signo, a pichação intervém no fluxo das cidades e dinamiza forças interpretativas.

A pichação não existe isoladamente (Figuras 1, 2 e 3). Como signo, constitui-se como elemento inserido em uma semiosfera. Só significa porque está em relação, porque é fruto da interatuação de diferentes signos, em sistema, que interferem uns nos outros e se auto-organizam. A semiose é, então, um tecido, uma trama relacional, dependente do coletivo e da memória que o mobiliza: *faneron*.



Figuras 2, 3 e 4: Fotografia em Brasília/DF; Fotografia no Rio de Janeiro/RJ; Fotografia em Brasília/DF. Fonte: Autores.

Podemos reconhecer o signo pichação, com sua tríade constitutiva, nos correlatos “*representâmen*” (a plasticidade vibrante da mancha de tinta na parede perpassada por sua própria gramática, que a

diferencia de outras manchas, e sua contextualização de reconhecimento), o “interpretante” (por diferentes sujeitos produtores da pichação, como os pichadores e os transeuntes), e o “objeto ou fundamento” (a noção de pichação que temos como sujeitos do mundo).

Nosso contato com o signo pichação dá-se na gradação processual denominada primeiridade, secundidade e terceiridade. Nesse percurso sógnico, a pichação configuraria-se para nós a partir de sua potência invasora, como um “colorizar” que constitui um rastro e é generalizado em associações. Nos principais aspectos tricotômicos, seríamos perturbados pela pichação no fluxo urbano cotidiano por um vivenciar similar a ‘Ãh?’, ‘Há algo aqui, parece uma pintura’, ‘Ah, é uma pichação’, organizado em aspectos icônicos, indiciais e simbólicos, traduzíveis – talvez – ao final, como ‘o que esta mancha/sujeira tá fazendo aqui?’. A base para tanto é o exercício coletivo do *faneron*, que leva o signo pichação à existência, em suas diferentes camadas e dinâmicas, sempre a partir da significação no coletivo. Talvez seja possível sintetizar, ainda, o percurso entendendo a pichação como o alter, a secundidade, que promove o estranhamento, aciona o eu potencial e, ao estabelecer o vínculo, atua na dinâmica da vivência urbana. O outro, na Semiótica, é a secundidade. O vínculo é a terceiridade. Então o eu estaria na primeiridade, porque só potência. Só sou a partir do outro. O vínculo se dá pela diferença e sempre pressupõe tensão¹⁰.

O signo em si mesmo, ou seja, na sua condição de *representâmen*¹¹, é observado na 1ª tricotomia e pode apontar a qualidade em si mesma, a noção de existência e/ou sua ligação a uma generalização (quali, sin e legisigno, respectivamente) (PEIRCE, 1973). Pode-se visualizar esse percurso de percepção na pichação como o dar-se conta de que há algo não esperado na parede: perceber a “mancha”, diferenciá-la como “mancha” e, portanto, como algo inesperado. A partir disso, a relação entre signo e objeto – ou seja, o conhecimento que mobilizo – configura-se a 2ª tricotomia, em que Peirce (1973)

¹⁰ E quando se quer controlar essa tensão, usa-se mecanismos para sua domesticação, classificando-a, por exemplo, como arte ou como vandalismo.

¹¹ No *representâmen* imagético das pichações, são frequentes as figuras humanas e os símbolos. Aquelas promovem como enunciados tanto figuras masculinas ou femininas quanto formas híbridas ou em que só aparece o vulto, mais genérico. Ícones de natureza são valorizados na manifestação do grafite, presentificando muitos animais e plantas. Símbolos são bastante marcados nas paredes e referem tanto formas simples do senso comum – como anarquia ou amor – quanto o código mais fechado do pixo – às vezes indecifrável para os transeuntes. Além de nomes e vulgos, no uso do código verbal dominam afirmações e ordens. Há, ainda, muitas perguntas manifestas, mas aparecem menos. O enunciado suportado pela expressão linguística explícita o propósito comunicacional, pressupondo a interlocução e enfatizando a atuação sobre o outro, especialmente nos usos do imperativo e das interrogações.

divide os signos em ícones, índices e símbolos, os quais se inter-relacionam em complementaridades. Por fim, na terceira tricotomia, ao observar a pichação, a partir do reconhecimento da mancha (cores outras) na parede, somos capazes de entender que ela é fruto de um fazer e, então, a preenchemos de carga simbólica, como pichação – vandalismo, rebeldia, arte.

O exercício do *faneron* é vivenciável em todas as propostas, pois é no coletivo que a pichação alcança existência e se configura como ação e como fala. Mesmo o “não entender” integra a polifonia dialógica da enunciação e preenche de sentidos cada intervenção/relação. Assim, o vínculo com o outro é solicitado de modo claro. Questionamentos e propostas ecoam em ruídos. O fluxo sógnico é pautado. No *continuum* semiótico, a potência do estranhamento e do conflito se faz presente, então, de modo gritante. Mesmo de maneira sutil, o *musement* pode ser acionado por cada perturbação despertada pela “mancha”, inclusive nas opções poéticas e agradáveis a corações e mentes. O que garante isso é a potência explosiva do gesto transgressor, na apropriação do espaço público pelo jogo comunicacional.

As pichações podem ser caracterizadas como índice de existência, de participação, de pensamento, de experiências da urbanidade. O caráter indicial, de singularidade, valoriza o estranhamento, o simples acesso ao elaborado e elaborável. A pichação procura, por sua natureza, conservar o status do aberto, do enigmático, do provocador. Logo, o próprio ato da presença deve ser analisado como constituinte da estética pichadora.

Os suportes – como muros e paredes – vivenciam a intervenção do gesto da pichação, como ação que intencionalmente estabelece a relação com o outro. Através dessa interação, desse diálogo proposto, os suportes são refeitos e rarefeitos (colocados em uma situação distinta) – e assim são índices que, ao marcar, irrompem e modificam o “habitual”. Mediações da dinâmica sógnica entre o objeto e mente interpretante produzindo novos significados situando-nos no cenário de intervenção urbana, ao deparar-nos com diferentes vozes que se assemelham aos atos de ludicidade. São expressões que, sim ou sim, ressignificam as experiências urbanas desenvolvidas e mediadas pelos signos do “nosso lugar”, porque isso corresponde a “uma” forma de pensar proposta à instância interpretante.

Nesse sentido, os suportes que são o limite e o excesso do interno e externo, público e privado estão sempre em crise e tensão pela circulação dos sentidos ali proposta pelos gestos dessas intervenções – pichações ou *graffitis*. A pichação constitui a dinâmica urbana e é por ela constituída. Converte-se em

imagem de resistência a partir da atitude transgressora de manifestar-se em algum suporte – ainda que por poucas horas – e, a partir disso, continua em semiose “tocando” outros sujeitos, ao invadir, apropriar-se do espaço público, promover estranhamentos. A manifestação em paredes, muros, placas, chão indica uma demanda, a de tomar posse, de inserir-se ao expressar-se, propondo outro desenho do espaço da rua e da cidade (RUSSI, 2009).

As pichações dirigem-se a desconhecidos, qualquer indivíduo que participe da dinâmica daquele espaço-tempo; mas não se caracterizam como algo massivamente reproduzido, de grande quantidade nem requerem que a interação não se dê entre presentes. Pelo contrário: carregam fortemente em si a noção temporal, do momentâneo e único. Atuam a partir do eixo da diferenciação, e não da repetição¹². Dissonam da confirmação, que se delinea a partir da distribuição massiva, numérica e em meios específicos, como se só ali ocorresse comunicação (DIESEL, 2021). Conectam-se com o lugar, convertendo-o em espaço, pela demarcação do fazer comunicativo. O espaço estabelecerá o elo entre emissores e receptores, que não necessitam estar em relação no mesmo momento, mas podem. O enunciado cumpre importante papel nesse sentido. Mas é a enunciação como um todo que manifesta essa dinâmica.

É desafiador compreender que as intervenções urbanas – pichação –, como todo diálogo e como toda interação, propõem e geram conflitos de interesses de apropriação. E há vários conflitos: um desenho de um grafite é provocado por uma pichação e às vezes uma pichação é provocada por um grafite. E às vezes também tanto um pixo quanto um grafite são provocados por um cartaz colocado em cima que oferece um determinado serviço comercial. As pichações são – para além da questão do gostar ou não – interações humanas. Nessas ações, aparecem questões relacionadas ao território e aos diversos coletivos. E, diante dessas diversidades, o *status quo* analítico quer colocar normas éticas e estéticas que são inventadas por um processo de domesticação. Nessa linha, parece que tudo tem que ter seu lugar e tudo tem que estar em algum lugar determinado. Isto é, no seu quadrado de ações e de análises. Essa forma de entender entra em conflito quando a rua, por antonomásia, é vivência díspar. O espaço urbano, a urbanidade, não pode ser entendida como um objeto material. A rua, propositalmente no sentido amplo, não é o asfalto, é tensão porque tais intervenções colocam força contra os limites das coisas (confim).

¹² Mesmo no caso de *stencils* e lambes ou dos *tags* e *bombs*, pois atuam na semiosfera urbana no eixo do estranhamento.

Então, o desenho na parede é o desenho de um lugar, mesmo que seja uma parede supostamente privada porque é minha casa, ela está em convivência com um cenário que são vivências externas-internas. Dessa maneira, a parede (suporte), que se estabelece como limite, vivencia o ilimitado da semiose provocada pelos gestos das intervenções. São atos que parecem fixos, mas são dinâmicas que se dispõem a nos retirar da zona de conforto, do lugar-comum, da medianeira do conhecido. Todo gesto que intervém no suporte propõe imaginários e sentidos em circulação que nos tecem e destecem no intenso da cotidianidade. Eis o desafio analítico aqui proposto, subir no barco e se deixar levar pelas perguntas...

CONCLUSÃO

Como considerações finais, esperamos que este capítulo tenha alcançado seu objetivo, o de apresentar a análise semiótica, como uma proposta interpretativa, inferencial e de reflexão sobre o vivido que busca cogitar percepções dos percursos contínuos de significação e atuação sobre nossas realidades. Não configura um resultado como dado nem aposta em classificações. A base relacional e triádica peirceana permite que se delineie, na continuidade e nas tensões comunitárias, potências e intensidades sígnicas.

Logo, analisar algo via perspectiva semiótica requer pensar a semiose a partir da circulação de sentidos no cotidiano. Como já pontuamos, a Semiótica é uma proposta dissonante, pois requer a contextualização, a percepção das relações, de como tudo se dá, de por que se dá dessa maneira, e valoriza a diferença, logo, o pensar e o processo de criação. Recorrer à perspectiva teórico-metodológica da Semiótica indica que se pretende entender a geração de sentidos, logo, mais uma vez, responder “como” algo significa e não “o que” aquilo significa.


REFERÊNCIAS

BARRENA, S. Charles S. Peirce: un argumento en favor de la realidad de dios. Trabajo parte del proyecto de investigación "Claves del pensamiento de Peirce para la filosofía, ciencia y cultura del siglo XXI". Plan de Investigación de la Universidad de Navarra (PIUNA, 1995-1996), Gobierno de Navarra (1996-1997). *Cuadernos de Anuario Filosófico*, 1998.

- BARRENA, S. Charles. S. Peirce: razón creativa y educación. Universidad de Navarra, Espanha. In: *Utopia y praxis latinoamericana*. v. 13, n. 40, Maracaibo, mar 2008. p. 11 a 38. Disponível em: <<https://www.unav.es/gep/BarrenaUtopia.html>>. Acesso em: 30 jun 2021.
- DIESEL, U. B. *Pichação: uma semiose iconoclasta*. Orientação: Pedro Russi. 2021. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília/DF.
- PEIRCE, C. S. *La Ciencia de la Semiótica*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1973.
- _____. *CP-Collected Papers*, v. 1-8, C. Hartshorne, P. Weiss e A. W. Burks (Orgs.). Cambridge: Harvard University Press. Edição eletrônica de John Deely, Charlottesville, VA, Intalex. 1931-58. Disponível em: <<https://colorysemiotica.files.wordpress.com/2014/08/peirce-collectedpapers.pdf>>. Acesso em: 30 jun 2021.
- _____. *Semiótica*. São Paulo, Perspectiva, 2000.
- RUSSI, P. *Estética comunicativa das pichações*. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Estéticas da Comunicação”, do XVIII Encontro da Compós, na PUC-MG, Belo Horizonte, MG, em junho de 2009. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1121.pdf>. Acesso em: 30 jun 2021.
- RUSSI, P. *Grafitis: trazos de imaginación y espacios de encuentros*. Barcelona: Atlântica de comunicació; Universitat Autònoma de Barcelona, 2016a.
- RUSSI, P. Prolegômenos ao jogo. In: RUSSI, P. (Org.). *Eugenio d'Ors e Charles S. Peirce: jogo e pragmatismo em ação [recurso eletrônico]*. Sarapuí, SP: OJM, 2016b, p. 9-17.
- SILVA, F.; SILVA, F. Q. *Razoabilidade em Charles S. Peirce: uma proposta pragmaticista para o crescimento da razão*. Orientação: Ivo Assad Ibri. 2017. Tese (Doutorado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo/SP. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/20888>>. Acesso em: 06 mai 2021.
- VERÓN, E. *La semiosis social: fragmentos de una teoría de la discursividad*. Barcelona: Gedisa, 1993.
- _____. *La semiosis social 2: ideas, momentos, interpretantes*. Buenos Aires: Paidós, 2013.



EXPERIMENTAÇÕES



PESQUISA-AÇÃO:
o conhecimento junto ao outro.
Bianca Apolinário, Michelle Cáceres & Luiz Campos

RESUMEN

Bajo la temática de regeneración urbana y mejoramiento integral de barrios en América Latina, enfocamos en este capítulo uno de los proyectos estatales más emblemáticos de recuperación barrial desarrollado en Chile, el Programa Quiero mi Barrio (PQMB). Este programa privilegia, en sus fundamentos, el levantamiento de información e investigación situada en el territorio por medio del conocimiento de profesionales de la Arquitectura y Urbanismo y de las Ciencias Sociales, en conjunto con los saberes de residentes de los territorios intervenidos, los cuales son clave para el diagnóstico territorial y la posterior propuesta de intervención. Así, el trabajo realizado incluye procedimientos de investigación bibliográfica, documental y recopilación de datos, lo que la aproxima del concepto de Investigación-Acción – en sus vertientes práctica y participativa – una vez que, con el objetivo de intervenir en una realidad específica, se realza la dimensión empírica de la investigación que caracteriza el programa. Al orientar el diagnóstico y propuesta al territorio local y en pos de la resolución de las problemáticas identificadas por los mismos habitantes, el proceso de investigación cuenta con la participación y cooperación de los residentes de los barrios, con el fin de involucrar a los vecinos en el proceso, siendo participantes e investigadores, para posteriormente elaborar en conjunto con el equipo técnico los proyectos que el programa busca realizar. Esperamos que este capítulo, configurado a partir de la experiencia de los autores como profesionales participantes del referido programa, y de su presentación en un encuentro virtual del Grupo de Pesquisa situ-AÇÕES para el curso de Maestría en Arquitectura y Urbanismo del Centro Universitario de Brasilia, genere nuevas reflexiones o, quizás, otras experiencias similares, capaces de poner en práctica sus potencialidades y solucionar las carencias que constatamos en el programa.

INTRODUCCIÓN

Los programas de mejoramiento de barrios (PMB) se posicionan en América Latina como un mecanismo de regeneración urbana focalizada que no sólo interviene territorios, sino que plantea un trabajo directo con las comunidades, siendo la participación de éstas un elemento fundamental para el desarrollo de las intervenciones. A partir de lo anterior, el presente trabajo se enfoca en realizar

un breve recorrido por los distintos PMB latinoamericanos, enfatizando los diversos objetivos y mecanismos de participación ciudadana como parte de los procedimientos investigación e acción de los programas, para concluir profundizando en el caso chileno del Programa Quiero mi Barrio (PQMB).

El PQMB es uno de los tres programas de mejoramiento de barrios ejecutados en Chile, siendo el único con experiencia relacionada a la participación de las comunidades. Los 15 años de desarrollo del programa, vigente desde el año 2006, han sido claves para modelar las instancias de participación de los habitantes, que, si bien están establecidas por las distintas etapas del programa, se enfrentan a diversos escenarios que influyen en las formas de participación. A partir de lo anterior, se decide enfocar el estudio en dos barrios con características diversas de la ciudad de Santiago de Chile, destacando los factores territoriales y sociales que limitan el desarrollo del programa y con ello, la sustentabilidad de las intervenciones.

Consideramos relevante, sin embargo, abordar inicialmente los conceptos de “regeneración urbana” y “mejoramiento integral de barrios”, debido a que configuran un histórico en la comprensión de la realidad socioespacial que se busca hoy en muchos programas de ese campo y, sobre todo, en este procedimiento de Investigación-Acción del Programa Quiero mi Barrio.

El concepto de regeneración urbana se encuentra dentro de la disciplina del urbanismo formando parte de la familia de los términos iniciados con el prefijo “re”: revitalización, reconversión, rehabilitación, recualificación y recomposición, que remiten a procesos de reconstrucción de las ciudades sobre sí mismas (Rodrigues-Malta, 2001). Los procesos de regeneración urbana se han vuelto predominantes en las ciudades de Europa y América del norte desde hace ya varias décadas, incluyendo la implementación de grandes proyectos urbanos de recuperación, tanto física como socio-económica, de áreas intra-urbanas generalmente en desuso. Sin embargo, cuando nos referimos a América Latina, las modalidades de la regeneración urbana son distintas y remiten, principalmente, a la actuación sobre los barrios populares de las periferias urbanas, donde se están llevando a cabo programas de mejoramiento urbano integral (Paquette, 2020).

La idea del mejoramiento integral de barrios, sobre todo en América Latina, desde la década de los 90' es caracterizada por haber incorporado en la comprensión de los lugares, la auto construcción y

la informalidad de los espacios, llevando a cabo esfuerzos sostenidos para mejorar asentamientos, urbanizaciones y campamentos producidos por la urbanización informal explosiva ocurrida durante la segunda mitad del siglo XX y en especial hasta los años 80 de este siglo. Un aspecto teórico importante presente en los fundamentos de los programas de mejoramiento de barrios (PMB) se relaciona con la forma en que éstos conceptualizaron la pobreza durante los años noventa, pasando a definirla como un problema multidimensional que no puede ser abordado por políticas sectoriales, sino que requiere políticas integrales y diversificadas, desde una perspectiva que potencie el desarrollo social. Según esta nueva conceptualización, la pobreza no es determinada sólo por factores económicos, sino también, sociales, jurídicos, culturales, etcétera, que deben ser tratados conjuntamente, y ha implicado que los problemas del hábitat informal deban ser abordados en forma integral junto a las otras dimensiones implicadas en la definición del problema (Romagnoli y Barreto, 2006).

De esta manera, el presente capítulo se enfoca en un programa de mejoramiento de barrios desarrollado en Chile (América Latina), a fin de explicitar esta experiencia de Investigación-Acción que posee la participación ciudadana como eje y, así, difundir una posibilidad de pensar y cambiar espacios, intercambiando conocimientos teóricos y empíricos.

INVESTIGACIONES Y ACCIONES EN BARRIOS LATINOAMERICANOS

América Latina posee una experiencia valiosa en lo que dice respecto al mejoramiento integral de barrios y asentamientos populares periféricos desde por lo menos tres décadas, sobre todo, como hemos dicho, por la incorporación de la informalidad característica en este proceso de ocupación de los espacios como resultado de carencias y también de cultura, maximizados con la urbanización masiva e informal que ocurrió desde la mitad del siglo XX.

En este contexto, muchos programas han desarrollado una evolución notable a lo largo del tiempo, dejando de ser experiencias orientadas en una primera instancia a la provisión de infraestructuras vinculadas a la dotación de servicios urbanos básicos (agua, energía, saneamiento) y al mejoramiento habitacional, a enfoques progresivamente multisectoriales, que enfatizan la participación ciudadana y

la coproducción de los proyectos con la población residente, a modo de impulsar la integración urbana, social y simbólica de las comunidades y los individuos (Campos y Paquette, 2021).

Esta evolución teórica para formas de abordar los distintos problemas de las comunidades como multidimensionales -una vez que es imposible abordar políticas sectoriales sin una perspectiva de desarrollo social con la disminución de la pobreza (ahora caracterizada por factores económicos y también sociales, jurídicos, culturales, entre otros) -, significó la creación de diferentes versiones o formatos del PMB en los distintos países de este continente - aun cuando todos ellos tienen como principales promotores y fuentes de inversión a los organismos supranacionales de crédito (BID, BM, etc.). En general se clasifican en dos tipos: los de implementación a escala nacional y los de escala local. Por un lado, ejemplos del primer tipo son los casos del Programa Habitar-Brasil, el Programa Chile-Barrio, el Programa de Integración de Asentamientos Irregulares en Uruguay y el Programa de Mejoramiento de Barrios (PROMEBA) en Argentina, entre otros. Por otro lado, ejemplos del segundo tipo son los casos de los programas Favela-Bairro implementado en Río de Janeiro, Desmarginalización de Bogotá, Rosario Hábitat en Argentina (Romagnoli y Barreto, 2006).

LA PARTICIPACIÓN EN INVESTIGACIONES Y ACCIONES LATINOAMERICANAS

Los elementos transversales de los PMB son, por una parte, que las zonas a intervenir se caracterizan como vulnerables y por otra, que se incorpora en el proceso de intervención, la participación de las comunidades como requisito. Este último elemento responde a que, por un lado, como los programas trabajan variables físicas y sociales, la realización de las obras debe ser coordinada con las acciones de desarrollo comunitario y social, con el fin de maximizar la información y la participación de la comunidad y evitar los problemas que tienden a surgir con la construcción de este tipo de obras en asentamientos densamente poblados.

Por otro lado, dado que estas actividades de integración urbana y mantenimiento dependen en gran medida de las acciones posteriores a las obras que emprenden las municipalidades y demás entes responsables por los servicios públicos, su participación en todas las etapas de formulación y ejecución de los proyectos es esencial en su administración y mantenimiento. Así, la participación

apunta a que la comunidad pase de ser usuarios pasivos, a vecinos con deberes y derechos, donde el Programa abre lugares y genera en ellos encuentros ciudadanos para el debate, la negociación y el consenso. Los siguientes ejemplos de programas de mejoramiento integral de barrios involucran la participación de la comunidad en su proceso de ejecución: Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, México, Perú y Uruguay. Luego de explicitar una visión panorámica, aunque breve, de los programas afines en Latinoamérica, explicitaremos el programa del cual participamos en Chile.

Argentina

El Programa de Mejoramiento de Barrios (PROMEBA) (BID) forma parte de la agenda del gobierno federal argentino, y fue concebido como un programa social que usa el mejoramiento del hábitat popular como mecanismo para promover la mayor integración de la población afectada por diversas formas de marginación. El PROMEBA tiene dos componentes principales: uno de acompañamiento social mediante el cual se financian actividades de promoción de las organizaciones comunitarias, de capacitación para el liderazgo y de seguimiento de las actividades comunitarias; y un segundo componente de inversiones a través del cual se financia la infraestructura barrial completa y las acciones de regularización de dominio.

Entre sus aspectos más positivos cabe destacar el papel importante que cumple la participación de la comunidad. Como resultado del esfuerzo del programa, se ha logrado una movilización efectiva de las comunidades beneficiarias, su participación en tareas de fiscalización y apoyo a la realización de las obras y servicios, y su vinculación en las tareas de mantenimiento de los barrios. Según estudios publicados, en este caso, el 75% de los habitantes debe manifestar su acuerdo con el diseño del proyecto.

Bolivia

El Subprograma de Mejoramiento de Barrios (SMB) (BID) es un ejemplo de implantación de una política de vivienda integral y avanzada. Es importante destacar que en Bolivia, alrededor de un tercio de las casas o viviendas construidas cada año son informales y por lo general se encuentran ubicadas en barrios autoconstruidos. En efecto, gran parte de la expansión urbana está caracterizada por

urbanizaciones y loteos irregulares, construcciones de baja calidad, y carencia de espacios públicos comunitarios y de servicios urbanos adecuados. Uno de los requisitos legales radica en la existencia de una organización comunitaria legalmente establecida (o en trámite) dentro del barrio. Operación y mantenimiento: El mantenimiento de las obras de uso público no sujetas a cobros directos (drenajes y vías urbanas) es responsabilidad del municipio, mientras que el de las obras de uso comunitario le corresponde a la organización comunitaria del barrio.

Ya el Programa Barrios de Verdad y de Mil Colores fue creado el 16 de mayo del año 2005 en La Paz Bolivia y continúa hasta la fecha, con el objetivo fundamental de anular la marginalidad urbana en barrios carentes de condiciones de habitabilidad óptimas. Realiza obras como alcantarillado, empedrado, asfaltado, centros vecinales, centros deportivos, baños públicos, etc. Contribuye a mejorar la calidad de vida de la población, promoviendo su participación en el desarrollo integral de su barrio, organiza a la comunidad para la protección del medio ambiente, capacita a vecinos para responder adecuadamente a situaciones de emergencia, otorga seguridad jurídica a las familias a través de la regularización de su derecho propietario, dota infraestructura urbana para mejorar las condiciones de habitabilidad de los barrios, construye sistemas viales, mejora los servicios básicos, medioambientales y de control de riesgos y dota de equipamiento urbano.

Brasil

El Programa Favela-Bairro (BID) constituye el mejor ejemplo de la integración efectiva de intervenciones urbanas integradas de infraestructura y servicios sociales, con una elevada participación comunitaria. Está efectuado con base en la autoayuda, en que los técnicos municipales realizaban obras de saneamiento y vialidad mediante la contratación de mano de obra de las mismas comunidades. Es realizado un concurso de proyectos urbanísticos (sustituido posteriormente por una licitación) para la favela, el cual es ampliamente discutido con la comunidad. A partir de este proceso se deciden los proyectos de infraestructura (abastecimiento de agua, alcantarillado, sistemas viales, drenaje pluvial, estabilización de laderas, alumbrado público, parques y jardines). Los mecanismos de participación de la comunidad en las decisiones sobre el diseño de las intervenciones y en la operación de los servicios locales (por ejemplo, recolección de basura y reforestación comunitaria contratados

con personas de la comunidad vía la asociación de vecinos), han sido factores importantes en hacer posible la realización de las obras en condiciones difíciles y en la aceptación de los proyectos como propios de la comunidad, que se interesa en mantenerlos y preservarlos.

Ya el Programa Nova Baixada (PNB) (BID) incluye los componentes tradicionales de urbanización (vialidad, saneamiento, drenajes, etc.), y otros específicamente destinados a mejorar las condiciones de salud (hospitales regionales y puestos de salud en los barrios, entre otros). Debido al grave problema de mantenimiento urbano que se verifica en la región como resultado de la debilidad de las municipalidades en la prestación de servicios a los barrios, el PNB adoptó dos estrategias: la descentralización de las administraciones municipales y la introducción de “comités de gestión de barrio” constituidos por representantes de la comunidad y encargados de hacer el acompañamiento de los principales los servicios municipales prestados en el barrio que busca garantizar la rendición de cuentas y el control social con respecto a la calidad de los servicios.

C o l o m b i a

El Programa de Mejoramiento de Vivienda y Entorno (MVE) (BID) plantea la mejora de viviendas individuales y su entorno urbano. Además, hace aportes para la estructura vial, el equipamiento comunitario y los servicios públicos. El programa busca desarrollar la participación comunitaria e involucrar a las autoridades locales en la cofinanciación de los proyectos y en su desarrollo institucional.

Ya el Urbanismo Social Medellín (US) ha funcionado como una práctica discursiva que pretende borrar o desaparecer de las representaciones ciudadanas cotidianas la histórica inacción del Estado, a partir del postulado de romper con el pasado y construir una transformación profunda, de manera que se llega a proponer un “nuevo contrato social” a través de la participación, la disposición de espacios públicos para la promoción de la convivencia y el respeto por la vida. De esta manera, se hace referencia a una estrategia que parte del discurso de la inclusión, del lenguaje de los derechos, de la participación ciudadana, del compromiso con el mejoramiento en las condiciones de la ciudad, de la efectividad, de la transparencia en el manejo de recursos públicos para lograr un ambiente de gobernabilidad, impensable con una visión del Estado como evasivo, excluyente, lejano y represor (Montoya, 2014).

México

El Programa Hábitat fue desarrollado por la Secretaría de Desarrollo Social del Gobierno de México (SEDESOL). Este Programa ha perseguido como objetivo, la puesta en práctica de la experiencia de mejoramiento urbano en ciudades disgregadas y desarticuladas, así como también, proyectos específicos de renovación ejecutados en cada barrio, con la participación activa de sus pobladores, ampliando la visión de barrio y permitiendo la comprensión de su problemática dentro de la ciudad.

El Programa Comunitario de Mejoramiento Barrial (PCMB), perteneciente a la Secretaría de Desarrollo Social del Gobierno del Distrito Federal de Ciudad de México, es un programa de mejoramiento de barrios impulsado por diversos movimientos sociales y organizaciones civiles y fue establecido en 2007. Usa una estrategia participativa para mejorar los espacios públicos en barrios de bajos ingresos, especialmente aquellos con elevados niveles de conflictividad social, marginación y/o deterioro urbano. Los proyectos desarrollados a través del programa incluyen iluminación, provisión de instalaciones recreativas, comunitarias y deportivas, sistemas de drenaje y pequeños parques, así como obras de captación y reciclaje de aguas lluvias. Los fondos son distribuidos directamente a las comunidades, a quienes se da total responsabilidad para entregar los proyectos seleccionados, después de recibir capacitación en gestión financiera y manejo de proyectos y con el apoyo de la municipalidad.

Perú

El Programa Mejoramiento Integral de Barrios (PMIB) es un Programa del Ministerio de Vivienda Construcción y Saneamiento, bajo el ámbito del Viceministerio de Vivienda y Urbanismo y tiene como objetivo mejorar el espacio público de Barrios Urbanos con población prioritariamente vulnerable, a través de intervenciones integrales, busca cerrar la brecha del servicio de movilidad urbana y de espacio público en barrios urbanos a nivel nacional. Asimismo, promueve la actuación coordinada y concurrente entre: El MVCS, los Gobiernos Locales y la comunidad barrial.

El Programa BarrioMío fue creado por la Municipalidad Metropolitana de Lima, en agosto del 2012. Las intervenciones de BarrioMío se subdividen en dos ejes. El eje social, con la ejecución de los servicios

Salvadores de tú Ciudad (talleres de arte) y Escuela BarrioMío (fortalecimiento de las organizaciones locales). Por otro lado, el eje de infraestructura con el Plan de Mitigación de Riesgo en Laderas (realiza el diagnóstico y las obras de muros de contención y escaleras), Adopta un Árbol (encargado de la arborización de las urbanizaciones populares); Recuperación de Espacios Públicos (encargado de realizar el mejoramiento de espacios públicos mediante la autogestión de las obras con la población) y el Proyecto Urbano Integral.

Uruguay

El Programa de Mejoramiento de Barrios (PMB), creado en el año 1999 como Programa de Integración de Asentamientos Irregulares (PIAI), tiene por objetivo general contribuir a mejorar las condiciones de vida de la población residente en asentamientos irregulares y áreas degradadas, mejorando el acceso de los hogares a infraestructura básica y servicios sociales y urbanos adecuados. Como forma de reducir el crecimiento del problema, se busca también: mejorar la focalización y coordinación de políticas gubernamentales dirigidas a la reducción de la pobreza urbana; promover cambios en las normas urbanísticas y mecanismos institucionales del sector de vivienda para favorecer la oferta de tierras urbanizables y de viviendas de bajo costo; y articular acciones del sector público y de organizaciones de la sociedad civil, estimulando la organización barrial y la integración social de las comunidades beneficiadas por el Programa.

Además del PMB, el gobierno nacional y departamental de Uruguay cuenta con una serie de planes y programas de relocalización o regularización de asentamientos: Plan Nacional de Relocalizaciones (PNR); Plan Avanzar; Programa Mejora Urbana; Plan ABC Territorio; Plan Juntos; Asesoramiento para la regularización de la propiedad y diseño participativo del hábitat. Este último, perteneciente a la Intendencia de Montevideo, fue creado en el año 2017, y tiene como objetivo promover la defensa de los derechos colectivos, el derecho a la propiedad de la tierra con función social, a la vivienda y el derecho a la ciudad, abordando las problemáticas en forma integral junto a vecinos y vecinas de cada barrio. A partir de la solicitud de asesoramiento, la Intendencia acompaña un proceso participativo, con eje en la regularización de la propiedad de la tierra, que entonces avanza hacia el proyecto de diseño urbano barrial.

LA PARTICIPACIÓN EN INVESTIGACIONES Y ACCIONES CHILENAS

En Chile, el Programa de Mejoramiento de Barrios (PMB) fue creado bajo el alero de la Ley N°18.138 de 1982 como “Programa de Construcción de Viviendas y de Infraestructuras Sanitarias” y que se reglamenta a través del Decreto 829 de 1998 y sus modificaciones. Busca dotar de agua potable, seguridad sanitaria y condiciones básicas de desarrollo a todas las personas en condiciones de marginalidad sanitaria, y también a través de atención preferencial para el progreso de barrios y campamentos irregulares con déficit de servicios básicos (agua potable, alcantarillado sanitario, electricidad y pavimentación). No posee participación ciudadana.

Ya el Programa Chile-Barrios tiene su origen durante 1996 en el Comité Social de ministros, en función de los análisis que venían desarrollándose que indicaban la baja cobertura de los programas de vivienda en la población que se ubicaba en los dos primeros quintiles de distribución del ingreso. Introduce objetivos de superación de la pobreza que van más allá de mejorar la infraestructura física de un asentamiento definido como precario. Para ello se incorpora el financiamiento a equipamientos comunitarios y la exigencia de que los municipios proporcionen terrenos y gestionen servicios de guarderías infantiles, centros de salud y educación. Al igual que el programa anterior, no contempla participación ciudadana.

El mejoramiento de barrios aparece como prioridad en la agenda de política pública chilena al tener como objetivo la “integración social”. Esto sucede en la primera administración de la presidenta Michelle Bachelet (2006-2010). Hasta ese momento, la prioridad había sido la reducción del déficit de viviendas, obteniéndose progresos cuantitativos significativos, con más de 1,5 millones de unidades construidas entre los años 1996 y 2006. No obstante, tales cifras no tuvieron un correlato en términos cualitativos, presentándose diversos problemas de calidad que opacaron cada vez más lo que se había considerado una política habitacional exitosa. Entre ellos destacan la deficiencia en la materialidad y el tamaño de las viviendas, la segregación residencial, la inseguridad y el crimen, la falta de servicios y áreas verdes, entre otros problemas. En síntesis, se observaba una alta concentración espacial de desigualdades y problemas sociales (Castillo e Hidalgo, 2007; Castillo, Forray y Sepúlveda, 2008; Ducci, 1997; Jirón y Cortés, 2004; Rodríguez y Sugranyes, 2005). Frente a esta crisis, Bachelet crea la “Nueva

política habitacional de mejoramiento de la calidad y la integración social”, proponiendo diversas acciones, entre las cuales estaba el primer programa de recuperación de barrios vulnerables llamado “Quiero mi Barrio” (PQMB), cuyo propósito era:

(...) contribuir al mejoramiento de la calidad de vida de los habitantes de barrios que presentan problemas de deterioración de infraestructura, segregación y vulnerabilidad social, a través de un proceso participativo de rehabilitación de espacios públicos y de los entornos urbanos de las familias (Decreto Supremo nro. 14, 2007) (Ulriksen, 2019).

LA PARTICIPACIÓN EN LAS INVESTIGACIONES Y ACCIONES DEL “PQMB”

El Programa Quiero mi Barrio (PQMB), Programa de Recuperación de Barrios “Quiero mi Barrio”, del Ministerio de Vivienda y Urbanismo (Minvu), nació el año 2006 como una forma de mejorar la calidad de vida de las personas a través de un proceso participativo que involucra al municipio y la propia comunidad beneficiada, permitiendo así la recuperación de los espacios públicos, el equipamiento y el fortalecimiento del tejido social. El PQMB es, así, un programa de mejoramiento barrial enfocado a mejorar los espacios públicos y el tejido social de barrios deteriorados. Presenta un plan de recuperación realizado mediante un equipo de profesionales sociales y urbanos que se encargan de levantar un diagnóstico participativo con la comunidad para posteriormente ejecutar proyectos urbanos y sociales en el territorio.

Este programa tiene como objetivo general mejorar la calidad de vida de los habitantes de barrios que tienen “problemas de deterioro urbano, segregación y vulnerabilidad social, a través de un proceso participativo de recuperación de los espacios públicos y de los entornos urbanos de las familias” (Decreto Supremo nro. 14, 2007). Sus objetivos específicos son tres. Primero, promover el mejoramiento y la dotación sostenible de equipamientos, infraestructura y espacios públicos en los barrios, con foco en las necesidades de sus habitantes y la integración territorial. Segundo, desarrollar un proceso participativo de los vecinos que estimule el uso y apropiación responsable del espacio público y equipamiento, la asociatividad y la buena convivencia, para la gestión de la regeneración urbana en la escala barrial. Tercero, integrar las dimensiones de seguridad, identidad y medio ambiente, a través de

práticas y valores comunitarios que fortalezcan los procesos de planificación, diseño, uso y mantención del espacio público barrial (MINVU, 2010; Campos y Dupré, 2020).

Si bien el programa se rige de igual manera para todos los barrios seleccionados en cuanto a su temporalidad y plazos a cumplir, las características urbanas y sociales de cada uno de ellos termina afectando la implementación de dicho programa, el cual debe adaptarse a cada realidad. Esta diferencia en la implementación del Programa entre los distintos barrios donde se ejecuta se asocia principalmente a los niveles de vulnerabilidad del barrio y a las potencialidades de éste. Destacan particularmente los barrios ubicados en comunas pericentrales (en el caso de Santiago) o en torno a los centros fundacionales de las ciudades. La Figura 1 es una referencia inicial pertinente:



Figura 1: Mapa del Anillo Pericentral en Santiago de Chile. Fuente: Autores.

El pericentro de la Figura 1 corresponde al área comprendida entre el anillo de Américo Vespucio, teniendo las comunas que se encuentran en su interior una localización privilegiada dentro de la ciudad de Santiago, mayor acceso a equipamiento, bienes, servicios y centros laborales. Los barrios pericentrales seleccionados para el Programa Quiero mi Barrio suelen tener una amplia dotación de servicios, además de un tejido social fortalecido, pues corresponden a barrios consolidados cuyos habitantes llevan décadas viviendo en el sector y han traspasado la vivienda a lo largo de generaciones.

En cambio, los barrios ubicados en la periferia contrastan con la realidad de los barrios pericentrales, siendo en su mayoría contruidos por la política pública de vivienda entre las décadas de los 80 y 90 en Chile. En general, estos barrios se caracterizan por encontrarse aislados del centro de servicios de la ciudad, carecer de equipamiento, tener mala conectividad y escasa infraestructura y áreas verdes. Todo esto ha sido apropiadamente documentado en el libro “El problema de los con techo”, editado por Rodríguez y Sugranyes el año 2005, entre otros autores, que han evidenciado la problemática de construir vivienda sin ciudad.

En el caso de estos sectores, cuando llega la intervención del Programa Quiero mi Barrio, se enfrenta a un tejido social prácticamente inexistente, con relaciones sociales deterioradas, espacio público mal mantenido y un alto nivel de deterioro de prácticamente todo el territorio. La vulnerabilidad presente en estos barrios, segregados e identificados como polos de concentración de pobreza, complejiza de sobremanera la intervención de un programa que requiere la participación activa de sus vecinos, teniendo que enfrentarse a la construcción de confianzas en un Estado que para la población representa un enemigo que los abandonó a su suerte.

Casos pericentro y periferia

Desde nuestras experiencias de trabajo investigativo y práctico en este territorio, formado por el pericentro y la periferia chilenos en Santiago, explicitamos aquí dos casos (Figura 2) que acompañamos, junto con otros profesionales en los últimos años, y que, de distintos modos, evidencian tanto potencialidades como carencias que se explicitaron en medio a los procedimientos participativos

adoptados en la conducción de las investigaciones e intervenciones propuestas en el Programa Quiero mi Barrio (PQMB). Iniciamos abordando el caso del “Barrio Magallanes” y luego pasamos al caso del “Barrio Andes I”.

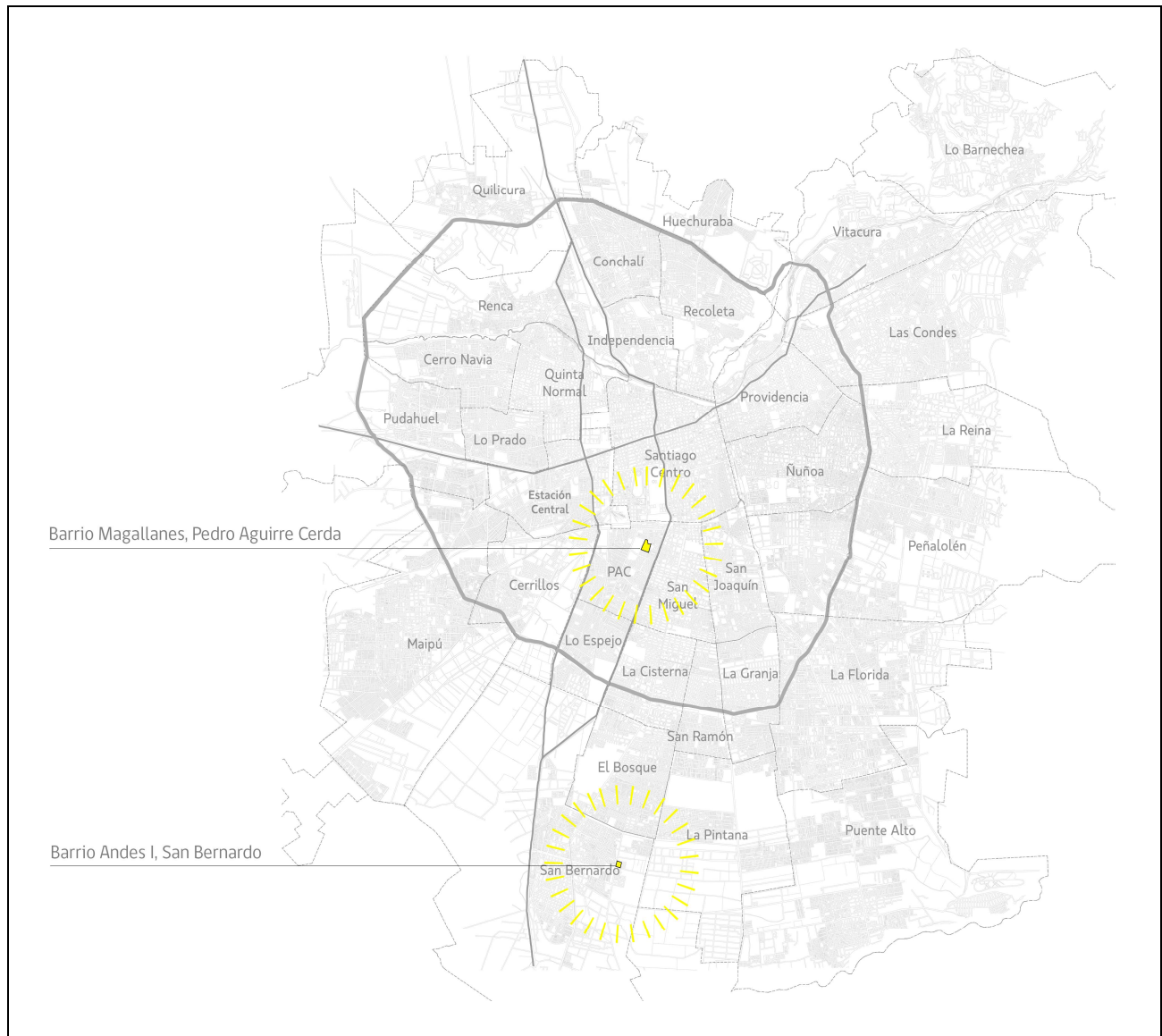


Figura 2: Mapa con los casos de investigación Magallanes y Andes, en Santiago de Chile. Fuente: Autores.

El primer caso de nuestra investigación en Santiago de Chile, “Barrio Magallanes”, se ubica en el pericentro de Santiago, en la comuna de Pedro Aguirre Cerda, es un barrio que comenzó el año 2020 en plena pandemia de covid-19 con su proceso de implementación. Se encuentra cercano a la estación de metro Pedro Aguirre Cerda (a 500m aproximadamente) y lo atraviesa un eje estructurante (no solo del barrio, sino también de la comuna) que conecta al barrio con otros sectores por medio del transporte público RED.

El Barrio Magallanes cuenta con una población total aproximada de 2.100 habitantes, con 12% de la población considerada en situación de pobreza por ingresos, donde se ubican 409 viviendas, que se dividen en dos sectores: por un lado, el sector Magallanes con viviendas autoconstruidas (1940) y por otro, el sector Yarur con viviendas obreras construidas en 1960 por la Fábrica Textil Yarur. En general, es posible decir que los problemas de muchas de las viviendas se relacionan con la humedad (51%), problemas en techumbres (47%) y goteras o filtraciones (47%), principalmente por su año de construcción.

Al igual que las viviendas, el espacio público que se identifica por tener un carácter de barrio, presenta problemas relacionados a su año de construcción como el deterioro del mobiliario y bajos niveles de mantención. Es importante mencionar que sólo el 6% de la población tiene entre 18 y 29 años, el 17% entre 30 y 44 años, el 32% entre 45 y 59 años y el 45% tiene 60 años y más. Actualmente en términos de comunicación, existe un alto desconocimiento del programa por las personas: 43.5% nunca ha oído hablar de él y 31.5% lo ha escuchado, pero desconoce de qué se trata.

En términos de participación, la gran complejidad del Barrio Magallanes ha sido articular los dos sectores presentes en el polígono: por un lado, existe una junta de vecinos activa que cuenta con su sede social, y por otro lado, una junta de vecinos que no funciona hace algunos años, y sin espacio para su funcionamiento.

Esta situación genera efectos que se reflejan en una participación por grupos excluyentes entre ellos, relacionada fuertemente con la historia política del sector, generando conflictos de interés relacionados al poder de las organizaciones por sobre las futuras intervenciones del proyecto. Esta situación además logra demostrar que existe el interés en participar de la toma de decisiones del PQMB, reflejando un nivel de compromiso con el futuro de su barrio.

Además de lo anterior, la pandemia ha afectado la forma de comunicación tanto por la limitada cantidad de personas que pudieron asistir a las instancias de participación al inicio del programa, como por la continuidad de las actividades de forma telemática debido a las cuarentenas instaladas en el sector. Esto se ve principalmente dificultado debido al bajo nivel de alfabetización digital, relacionado a que la mayor parte de la población es adulto mayor (Figuras 3 y 4).



Figuras 3 y 4: Polígono Barrio Magallanes; Fotografía de la asamblea con la comunidad de Magallanes. Fuentes: Autores.

Por otro lado, el segundo caso, “Barrio Andes I”, también es un barrio que comenzó su proceso de implementación el año 2020, en plena pandemia de covid-19. Se ubica en la zona sur de la ciudad de Santiago, en la comuna de San Bernardo. Se encuentra conectado al centro de servicios únicamente por medio del tren de cercanías Alameda-Nos, cuya estación más cercana se ubica aproximadamente a 2 km del barrio, y por medio de buses de transporte público RED. El barrio Andes I, posee una población que ronda el 26% en situación de pobreza multidimensional, lo que es más alto que el promedio nacional.

Se compone de 17 copropiedades conformadas por blocks de albañilería armada de 3 pisos de altura, los cuales se encuentran en general altamente deteriorados, con techumbre, escaleras, ventanas, redes sanitarias y patios interiores en un nivel crítico. Además, los espacios públicos también se encuentran altamente deteriorados, presentando una baja ocupación de éstos por parte de las vecinas y vecinos del sector. A diferencia de los barrios pericentrales, la población de este sector posee una importante cantidad de niños y adultos jóvenes, hijos de quienes recibieron las viviendas en el año 1996.

Los procesos de participación en el Barrio Andes I son complejos, principalmente debido a la desconfianza latente de las vecinas y vecinos hacia las autoridades, a lo que se suman las dificultades

de la pandemia. Además, los espacios públicos son vistos como algo ajeno y peligroso, principalmente asociados al consumo y tráfico de drogas y alcohol. Por otro lado, no existe la práctica instalada de participar activamente u organizarse colectivamente con propósitos comunes. La comunidad se encuentra desarticulada, existiendo solo algunos dirigentes por cada block de copropiedad, además de la junta de vecinos. Debido a que el programa requiere una participación importante de las vecinas y vecinos del barrio para poder ser implementado, este proceso debió activar y promover la organización en el barrio, realizando un trabajo puerta a puerta y conociendo a los actores clave del sector.

Así, gracias a que la implementación del programa comenzó en los meses donde se había vislumbrado una baja en los casos de covid-19, se pudieron efectuar, mediante el cumplimiento de las restricciones sanitarias, asambleas y reuniones con distancia social en el espacio público del barrio. Las pocas asambleas que se realizaron de manera presencial fueron clave para entablar y construir confianzas entre los vecinos, para darle solidez al programa y confirmar que efectivamente la intervención sería realizada. Al incorporar a las vecinas y vecinos en el proceso, es posible apuntar a una mayor vinculación con los proyectos, y así, aportar a la sustentabilidad de éstos (Figuras 5 y 6).



Figuras 5 y 6: Polígono Andes I; Fotografía con el recorrido barrial en terreno de Andes I. Fuente: Autores.

ANÁLISIS DE LA PARTICIPACIÓN EN LAS INVESTIGACIONES Y ACCIONES DEL “PQMB”

Ambos Barrios, Magallanes y Andes I, poseen tres diferencias sustanciales al momento de realizar la implementación del programa: el nivel de confianza en las autoridades, la capacidad organizacional de

la comunidad y su rango etário (Figuras 7 y 8). En el caso de Magallanes, un barrio pericentral con una historia de larga data, las vecinas y vecinos tienen un historial de organización relacionado a las problemáticas del barrio, además de poseer una junta de vecinos activa en el territorio, pero poseen una población envejecida. Esto contrasta con la realidad de Andes I, donde los vecinos declaran desconocer el que hacer de la junta de vecinos, además de no tener claro cuáles son sus dirigentes y cuál es su rol en el territorio. Además, declaran una ausencia de actividades en el barrio y que la junta de vecinos está poco presente, lo que genera desconfianza entre los vecinos. Por otro lado, la población del barrio es relativamente joven.

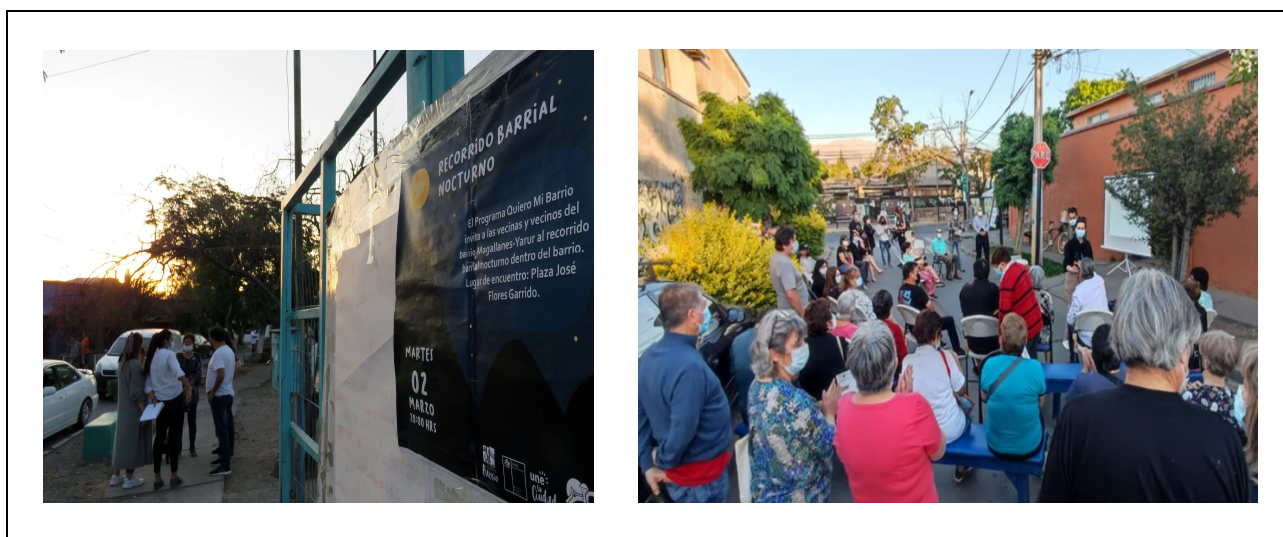


Figuras 7 y 8: Fotografías de la participación como variable crítica del mejoramiento de barrios en Santiago. Fuente: Autores.

Todavía en la actualidad, la situación de pandemia complejiza la participación en ambos barrios. En primer lugar, se encuentra la vulnerabilidad económica que afecta a la población en general ante la pérdida de empleo, el encarecimiento de los bienes y la imposibilidad de trabajar en empleos que no pueden realizar teletrabajo debido a las cuarentenas extendidas. Ante esta situación, el programa aparece como algo anecdótico y accesorio, que no promueve el interés de los vecinos al no satisfacer sus necesidades sentidas. En segundo lugar, resulta complejo intervenir los espacios públicos debido al alto nivel de estigmatización que poseen, al ser considerados lugares peligrosos, principalmente utilizados como puntos de consumo y narcotráfico. En ese marco, los habitantes de los barrios suelen no ver ningún valor asociado a la recuperación del espacio, pues declaran que independiente de su estado, no serán capaces de utilizarlo. En tercer lugar, se encuentra la complejidad de los procesos del

programa, la cual no logra ser traducida en su totalidad hacia los vecinos. Los mecanismos de comunicación son complejos y siempre resultan ser un desafío en el programa.

Otro factor que dificultó la investigación fue la alfabetización digital de los vecinos y vecinas y el nivel de acceso a la conectividad informática. Muchos de ellos no poseen acceso a internet vía wifi o no poseen un plan de internet en sus teléfonos con la suficiente capacidad que les permita ingresar libremente a videollamadas. Además, poseen dificultades para instalar las aplicaciones que permiten realizar las conferencias virtuales y muchas veces no tienen espacio para esto en sus dispositivos. Por otro lado, la mayoría no cuenta con un computador, menos aún con una pantalla lo suficientemente grande como para revisar una presentación con comodidad (Figuras 9 y 10).



Figuras 9 y 10: Fotografías de la participación como mecanismo de sustentabilidad en barrios de Santiago. Fuente: Autores.

A partir de lo expuesto anteriormente, considerando el contexto sanitario y la actual flexibilización de las medidas de distanciamiento y aislamiento, la participación aparece como una componente importante no solo a través de la potencial sustentabilidad de los proyectos sociales y de obras, sino que se presenta como una oportunidad post pandémica que podría ser capaz de recuperar el tejido social de los barrios, además de potenciar el uso y apropiación del espacio público, que dejaron de ser practicados en este período.

La “nueva participación presencial” de las comunidades en el Programa Quiero mi Barrio en el Barrio Andes I ha sido importante para potenciar las actividades en el barrio a través de los proyectos

sociales que han iniciado su ejecución, recuperando la participación de los vecinos y vecinas en actividades recreativas y deportivas, generando cambios en la calidad de vida de la comunidad.

Por otro lado, el Barrio Magallanes, ha logrado mantener la idea de la participación de la comunidad en la toma de decisiones, principalmente en aquellas actividades relacionadas a la ejecución del programa, contando con una figura activa del Consejo Vecinal de Desarrollo, CVD (organización funcional creada al alero del programa) y Junta de Vecinos local, trabajando en conjunto con el fin de alcanzar aquellos objetivos comunes del mejoramiento barrial, principalmente en términos sociales. Además, se ha observado la participación activa de un grupo de vecinos y vecinas en jornadas relacionadas al quehacer del programa y su implementación a lo largo del tiempo.

En ese sentido, ambos barrios han podido adaptar la participación de la comunidad a sus realidades, identificando el interés de la comunidad y los límites establecidos por el propio contexto barrial, reconociendo la vulnerabilidad social y capacidad organizacional de sus integrantes.

CONCLUSIÓN

Sobre este conjunto de investigaciones y acciones que se vinculan a las modalidades de análisis que llamamos “Investigación-Acción” y que componen las experiencias del programa que participamos, podemos decir que la amplia presencia y las formas de implementación de los programas de mejoramiento de barrios (PMB), desde los años noventa en Latinoamérica, impulsados por los organismos internacionales de crédito, dan cuenta de un constante proceso de construcción y adaptación de dichos programas a las distintas realidades. Si bien el objetivo principal de los PMB en sus inicios era proveer de infraestructuras vinculadas a la dotación de servicios urbanos básicos y al mejoramiento habitacional, la evolución de los programas a un mejoramiento integral logra reconocer el componente comunitario de las intervenciones barriales. Este aparece como un factor social capaz de mejorar los niveles de integración social a través de la participación de la comunidad en iniciativas de recuperación de los espacios públicos y mejoramiento de las condiciones de su entorno, fortaleciendo con ello sus redes sociales y vecinales, transformando además la participación en un mecanismo sustentable dentro de la ejecución de los programas.

Sin embargo, en la práctica, la implementación de los programas de mejoramiento de barrios y en específico el caso chileno del Programa Quiero mi Barrio, existen algunas problemáticas relacionadas a la participación en la intervención que la teoría no ha sido capaz de abordar correctamente. El alto nivel de vulnerabilidad de algunos sectores afecta directamente el nivel de participación que pueden y/o deben tener las comunidades para la implementación del programa, complejizando de manera considerable el desarrollo de las etapas de diagnóstico participativo y la inserción del equipo de barrio en el polígono de trabajo.

Lo anterior se ha incrementado a raíz del actual contexto sanitario, tanto por el aumento de la vulnerabilidad en los territorios, como por la inexistencia de canales de comunicación con ciertos grupos etarios. Estos factores atentan contra el desarrollo de los procesos de participación y se presentan como un desafío en la medida en que limitan el alcance del programa en los territorios. En base a lo anterior, indagar en la proyección de dichas intervenciones a partir de los niveles de participación resulta esencial para entender su condición de mecanismos de sustentabilidad.

En el actual contexto pandémico, y especialmente en situaciones de extrema vulnerabilidad y pobreza, resulta necesario generar mecanismos de participación mixtos, que incluyan, junto a las actividades online, visitas y/o entrega de material presencial con las y los vecinos, para asegurar la inclusión de las opiniones y visiones de los habitantes que no tienen acceso a instancias telemáticas. Sin ello, los programas pierden su objetivo y valor a ojos de la comunidad. Otro elemento importante a considerar es la necesidad de dotar a las y los vecinos de herramientas que les permitan decidir con mayor propiedad sobre sus espacios para evitar la participación consultiva o no vinculante. De este modo, la inclusión en los diversos talleres e instancias de participación de procesos formativos para las y los vecinos sobre nociones básicas de espacio público, diseño, componentes del paisaje, entre otros, también aumentan la sustentabilidad de las intervenciones al comprometer a la comunidad con la mantención de los proyectos a lo largo del tiempo.

Por último, cabe destacar la oportunidad que presenta la presencia de los PMB en los territorios, actuando muchas veces como puente entre la comunidad y los gobiernos locales, permitiendo dar a conocer los distintos servicios y alternativas de ayuda a la comunidad, lo que en muchos casos

posibilita obtener distintos recursos de origen diverso, ampliando la intervención del territorio y aumentando la cantidad de espacios mejorados y programas disponibles para la comunidad.

REFERENCIAS

- BRAKARZ, J.; ROJAS, E.; GREEN, M. *Ciudades para todos: la experiencia reciente en programas de mejoramiento de barrios*. Washington DC: Banco Interamericano de Desarrollo, 2002.
- CAMPOS, L.; DUPRÉ, A. (2021). Programa Quiero mi Barrio como dispositivo de afectación sensible. *Bitácora Urbano Territorial*, v. 31 n. 2, 2021. P. 283-296. DOI: <https://doi.org/10.15446/bitacora.v31n2.86756>
- CAMPOS, L.; PAQUETTE, C. Arte y cultura en la transformación de barrios populares en América Latina. *IdeAs*. Disponible en: <<http://journals.openedition.org/ideas/10789>>. Acceso en: 14 sep 2021. DOI: <https://doi.org/10.4000/ideas.10789>
- MONTOYA RESTREPO, N. Urbanismo social en Medellín: una aproximación a partir de la utilización estratégica de los derechos. *Estudios Políticos - Instituto de Estudios Políticos Medellín*, n. 45, jul-dic 2014, p. 205-222.
- PAQUETTE VASSALLI, C. Regeneración urbana: un panorama latinoamericano. *Revista INVI*, v. 35 n. 100, 2020. p 38-61. DOI: 10.4067/S0718-83582020000300038
- RODRIGUES-MALTA, R. Régénération urbaine: variations sud-européennes. *L'Information géo-graphique*, v. 65 n. 4, 2001. p. 321-339. DOI: <https://doi.org/10.3406/ingeo.2001.2774>.
- ROMAGNOLI, V.; BARRETO, M A. Programas de mejoramiento barrial: reflexiones sobre fundamentos y pertinencia de sus objetivos a partir de un análisis del PROMEBA (Argentina) y su implementación en la ciudad de resistencia (Provincia Del Chaco). *Cuaderno Urbano - Espacio, cultura, sociedad*, n. 5, oct 2006. p. 151-176.
- ULRIKSEN, C. Genealogía del primer programa chileno de recuperación de barrios vulnerables "Quiero mi Barrio" en su primera generación 2006-2010. *Revista INVI*, v. 34, n. 96, 2019. p. 9-50. DOI: <https://dx.doi.org/10.4067/S0718-83582019000200009>.



MULTIMÉTODO:
o conhecimento sob diferentes perspectivas.
Madalena Corte-Real & Marianna Monte

RESUMO

No conjunto conhecido como “Área Metropolitana de Lisboa” tem sido levado a cabo uma forte aposta no sentido de tornar os centros históricos em espaços de lazer, passando pela requalificação do espaço público e reabilitação do edificado. A partir de dois estudos de caso, um na cidade de Lisboa, outro num concelho limítrofe da capital, tendo em conta um procedimento de pesquisa “multimétodo”, visou-se uma leitura do espaço social, onde diferentes dinâmicas têm causado transformações em termos de apropriação e percepção do mesmo. Considera-se que esta abordagem, ao ter em conta diversas fontes, instrumentos assim como tratamento de dados, permite uma interpretação mais sustentada a partir de diferentes perspectivas. Espera-se que a presente síntese da pesquisa, apresentada em encontro virtual do Grupo de Pesquisa *situ-AÇÕES* para o Curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Brasília, e aqui publicada, continue engendrando reflexões e desdobramentos, também múltiplos como os procedimentos adotados no desenvolvimento desta investigação.

INTRODUÇÃO

O presente capítulo apresenta uma experiência de análise pautada em dois estudos de caso em centros históricos¹ na Área Metropolitana de Lisboa (AML) que foram alvo de pesquisas intensivas com foco em um contexto específico, designadamente: um na cidade de Lisboa, outro em Almada, um concelho limítrofe da capital (Figura 1). Ambos os territórios têm passado por profundos processos de transformação fruto de dinâmicas socioeconômicas que estão ocorrendo na região assim como processos de requalificação espacial levados a cabo pelas prefeituras. Após a crise financeira, Portugal em geral e a AML em particular acentuaram a aposta no turismo e na reconfiguração dos centros históricos das cidades enquanto espaços de lazer. Neste sentido, o objetivo foi apreender como estes territórios eram percebidos.

¹ Realizados no âmbito de dois trabalhos de pesquisa: Corte-Real, Madalena. (2016). Shaping an urban space: the revitalization process of Mouraria in Lisbon. Tese de Doutoramento em Estudos Urbanos. Lisboa: FCSH-UNL. Entidade Financiadora: FCT (Ref. SFRH/BD/75760/2011). <https://run.unl.pt/handle/10362/18468>; Projeto: Elaboração de Estudo de Caracterização do Turismo no Percurso Cacilhas - Cristo Rei, Pesquisador Responsável Madalena Corte-Real, Equipa: Maria João Gomes, Marianna Monte e Luis Manata e Silva, NOVA FCSH: Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA), Entidade Financiadora: Câmara Municipal de Almada, 2018-2019.



Figura 1: Mapa de localização dos dois estudos de caso. Fonte: Autoras a partir do Google Earth.

Em termos metodológicos, a leitura desses territórios baseou-se numa investigação “multimétodo”, em que, para realizar uma análise abrangente e aprofundada, os dados são coletados de diferentes fontes de informação. Conforme sublinhado por Teddli e Tashakkori (2011), a combinação de métodos mistos envolve a seleção e, em seguida, a integração sinérgica das técnicas qualitativas e quantitativas mais adequadas para poder estudar mais profundamente um fenômeno de interesse. O presente capítulo expõe a caracterização e apresentação do processo de pesquisa dos dois estudos de caso, assim como a respectiva reflexão sobre cada um, terminando com as conclusões sobre a aplicação das investigações multimétodo para a leitura do espaço social.

CASO 1 - O BAIRRO DA MOURARIA

O primeiro estudo de caso aqui apresentado, cabe explicitar, se baseia em uma investigação mais aprofundada na tese de doutoramento de uma das autoras, como já referenciado, que teve como objetivo acompanhar e analisar o processo de revitalização da Mouraria, um bairro popular da cidade de Lisboa.

Delimitação do Bairro da Mouraria como objeto de pesquisa

A Mouraria (Figuras 2 e 3) tem cerca de 5.800 habitantes e está localizada no centro histórico de Lisboa, numa encosta que culmina num importante monumento, o castelo de São Jorge. O território recebeu, sucessivamente, pessoas com origens mais modestas das zonas rurais, sendo conotado com uma forte presença de uma cultura popular urbana (sobretudo ligada ao fado e às festividades da cidade) em que o caráter fisicamente fechado promove um relacionamento intenso.

Atualmente, é igualmente marcada por diversas populações migrantes com destaque para comunidades sul-asiáticas e chinesa e, mais recentemente, novos moradores, em especial ligados a atividades artísticas, culturais e acadêmicas. O bairro é constituído, na sua maioria, por habitação modesta, edifícios de poucos pisos, mas registra-se também a presença de casas apalaçadas, conventos e igrejas. Esta zona, que está ligada a uma forte atividade comercial, em especial a venda a atacado, fica junto de uma das principais artérias da cidade (Avenida Almirante Reis) e no seu prolongamento encontra-se a Praça do Martim Moniz. O bairro é ainda ladeado pelo largo Intendente Pina Manique, outrora evitado por grande parte da população lisboeta, por ser considerado inseguro.



Figuras 2 e 3: Fotografias com vistas gerais da Mouraria/Lisboa. Fonte: Autoras.

De acordo com o município, perante um quadro de vulnerabilidades sociais e a deterioração do espaço urbano, foi desenvolvido o *Programa de Ação*, desencadeado pela prefeitura e que se consistiu, essencialmente, em intervenções iniciadas em 2011 para a melhoria ambiental, do espaço público e de infra-estruturas urbanas, re-funcionalização e reabilitação de alguns edifícios, além de iniciativas de

apoio no contexto social e cultural (Figuras 4 e 5). Paralelamente, e para consolidar as atividades no setor social, foi implementado o *Programa de Desenvolvimento Comunitário da Mouraria*, que contou com numerosos parceiros, sobretudo da área cultural e social. De acordo com o documento oficial, a estratégia centra-se na capacitação de instituições locais e das populações. A fim de facilitar uma coordenação efetiva das diversas entidades envolvidas neste processo, foi criado um gabinete que acompanhava o processo.



Figuras 4 e 5: Fotografias do Largo Intendente e da Praça Martim Moniz, na Mouraria/Lisboa. Fonte: Autoras.

Em termos teóricos denominou-se esta intervenção de revitalização enquanto ação integrada (MOURA, GUERRA, SEIXAS, FREITAS, 2006; WALTHER, GÜNTNER, 2002). Trata-se de um procedimento descentralizado, não só porque é baseado na gestão local no próprio território, mas também porque pretende desencadear abordagens de baixo para cima num processo de negociação através da participação de vários parceiros nas diferentes fases, desde a concepção à implementação. Áreas específicas no contexto urbano são previamente identificadas e priorizadas como estando mais necessitadas de serem alvo de intervenção. Em termos de implementação, as intervenções são limitadas, não só espacialmente, mas também temporalmente, pois pretendem alavancar a mudança com base num financiamento que sirva de catalisador para desencadear iniciativas (por exemplo, através de candidaturas a financiamentos, empreendedorismo social). No presente estudo de caso, mais de 40 parceiros estiveram envolvidos, sendo as iniciativas implementadas sobretudo da responsabilidade de associações sem fins lucrativos que atuam na área sociocultural.

Objetivos da pesquisa sobre o Bairro da Mouraria

Pretendeu-se compreender como é que o processo foi levado a cabo sob a influência de inúmeros atores, a fim de redefinir um lugar, especificamente:

- . A reprodução de práticas sociais, tendo em conta as pessoas que usam a área no cotidiano considerando formas de apropriação, a delimitação, deslocalização e perpetuação;
- . A produção do espaço, tendo em conta os diferentes atores envolvidos neste processo;
- . A representação simbólica local, que é transmitida neste processo de mudança e em que a indústria cultural foi central para a redefinição do território.

Abordagem da pesquisa sobre o Bairro da Mouraria

O trabalho foi iniciado com a análise de diferentes dados estatísticos assim como estudos e relatórios sobre diferentes dinâmicas populacionais presentes. O trabalho de campo continuado e prolongado que se realizou, adota um carácter etnográfico através de visitas regulares ao território, desde o segundo semestre de 2011 até dezembro de 2015, e baseia-se na observação direta na qual, segundo Burawoy (1991) se confronta os participantes na sua existência concreta, no tempo e no espaço, analisando a vida cotidiana de um território. Um diário de campo ajudou a registrar as anotações do que foi visto, ouvido e vivenciado e completado com registos fotográficos e recolha de diversa informação.

Grande parte das informações foi coletada por meio de entrevistas informais (BERNARD, 2006) em que o pesquisador tenta recordar as conversas ouvidas durante o dia através da presença contínua no território e nas constantes anotações de campo. Este método foi útil tanto no início, enquanto trabalho de exploração, quanto no trabalho de campo, para construir uma melhor compreensão e reunir novos tópicos de interesse. Entrevistas não estruturadas (BERNARD, 2006) foram realizadas encontrando os entrevistados em contextos informais, dando-lhes tempo para se expressarem nos seus próprios termos e em seu próprio ritmo. Escutaram-se residentes, lojistas, técnicos e utilizadores da zona, ouvindo e interagindo com locais assim como informadores privilegiados (como o mediador comunitário). Pretendia-se apreender as atitudes, percepções, formas de participação, os conflitos, as redes e alterações de diferentes dinâmicas sociais.

Um aspecto importante, sobretudo neste contexto mais informal, foi a importância das pessoas estarem cientes que se estava realizando um trabalho de pesquisa e que se estava recolhendo informação. Finalmente, faz-se referência às entrevistas semiestruturadas que foram realizadas com pessoas de diferentes instituições locais e alguns líderes de organizações não-governamentais, de modo a compreender a posição face aos acontecimentos. Perguntas relativamente abertas foram usadas para orientar a conversa, tendo em mente o assunto sobre o qual se pretendia obter informação.

A participação regular em reuniões e outros eventos permitiu, igualmente, perceber a efetiva participação da população. Por sua vez, um olhar nas redes sociais (das freguesias, associações, etc.) possibilitou analisar o posicionamento de diferentes atores face ao processo. Embora reconhecendo que não oferece uma análise contínua, decidiu-se levar a cabo um inquérito aos residentes em finais de 2013, princípios de 2014. Tal procedimento ajudou na caracterização e na obtenção de opiniões (cerca de dois anos e meio após as intervenções terem iniciado) da população local. O mesmo foi realizado em contexto de rua, a partir de diferentes partes do território, horas e dias de semana.

Destaca-se ainda, a análise de diferentes relatos jornalísticos a fim de captar a imagem projetada pela imprensa a respeito do território. Foi feita uma pesquisa aleatória em diferentes jornais sobre alguns períodos ao longo do século. O objetivo era apreender a percepção do território ao longo das décadas em períodos que se consideram marcantes. A pesquisa teve, igualmente em conta, diferentes artigos jornalísticos (da imprensa nacional e local, sobretudo guias de lazer) para captar a imagem projetada pela mídia nos últimos anos em relação ao território. A partir de 2008, um ano antes da candidatura do consórcio liderado pelo município até 15 de dezembro de 2015, foram analisados os temas que surgiram durante esses anos sobre o território em quatro jornais nacionais. Para cada ano, foi contado o número de vezes que um determinado assunto foi abordado.

Considerações da pesquisa sobre o Bairro da Mouraria

O processo de revitalização ocorreu num contexto em que o turismo tem um enorme impacto em Lisboa e, também, quando a chamada parte histórica da cidade está se tornando particularmente atraente

para investimentos imobiliários. Relativamente à iniciativa realizada na Mouraria, existe no presente, no âmbito do desenvolvimento urbano, a tendência de levar a cabo respostas integradas, em que territórios são previamente identificados como necessitando de intervenção prioritária. Procura-se atender a diferentes vulnerabilidades sociais, ao mesmo tempo que atrair investimentos e turismo, promovendo ativos locais, no pressuposto que a abertura destes territórios para o exterior terá um efeito multiplicador na melhoria do espaço urbano que se refletirá em oportunidades para a população local.

Um financiamento inicial, que serve para impulsionar novas dinâmicas, restringe a aposta em medidas capazes de gerar mudança. Depois de dois anos, a câmara municipal afasta-se do processo, contudo, o poder local reconhece a necessidade de continuar a apoiar algumas medidas de caráter social para a comunidade da Mouraria.

Relativamente à produção do espaço, enquanto algumas áreas têm sofrido grandes transformações, outras caracterizam-se pela permanência, identificando-se deslocação, apropriação, mas também justaposição e resistência de diferentes dinâmicas sociais. Quanto à imagem, durante a implementação dos programas, para além de um grande incremento em termos de notícias, e de problemas sociais que persistirem, o território passou, desde então, a ser muito noticiado por sua oferta cultural.

CASO 2 - O EIXO CACILHAS - ALMADA VELHA - CRISTO REI

O segundo estudo de caso foi realizado no âmbito de um projeto para a Câmara Municipal de Almada, mais especificamente sobre a caracterização das potencialidades do território descrito como eixo Cacilhas-Almada Velha-Cristo Rei do ponto de vista da sua valorização turística.

Delimitação do 'Eixo C-AV-CR' como objeto de pesquisa

Este eixo corresponde à zona central mais antiga da cidade de Almada, que também se configura como um dos centros históricos na Área Metropolitana de Lisboa (AML), e compõe-se por subpolos representativos de funcionalidades diferenciadas (Figura 6).

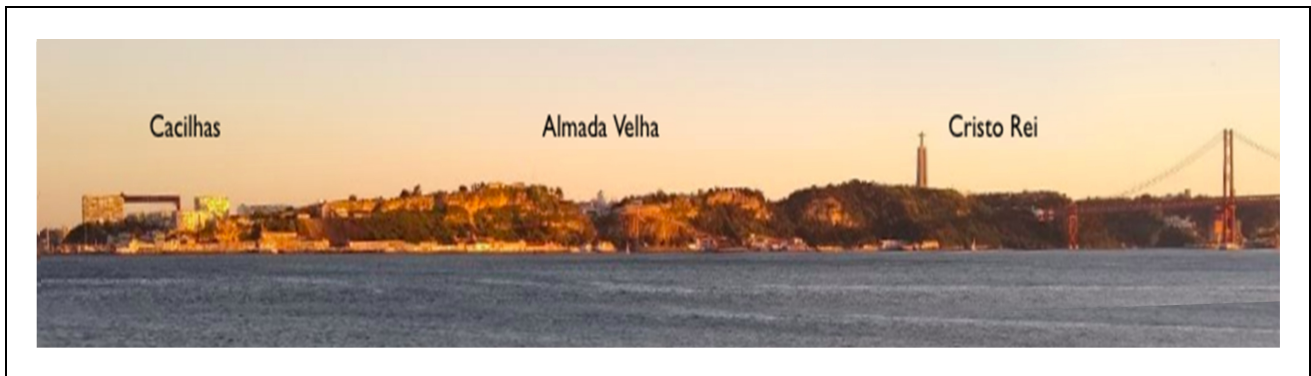


Figura 6: Fotografia do Eixo Cacilhas-Almada Velha-CristoRei. Fonte: Autoras a partir do Google Earth.

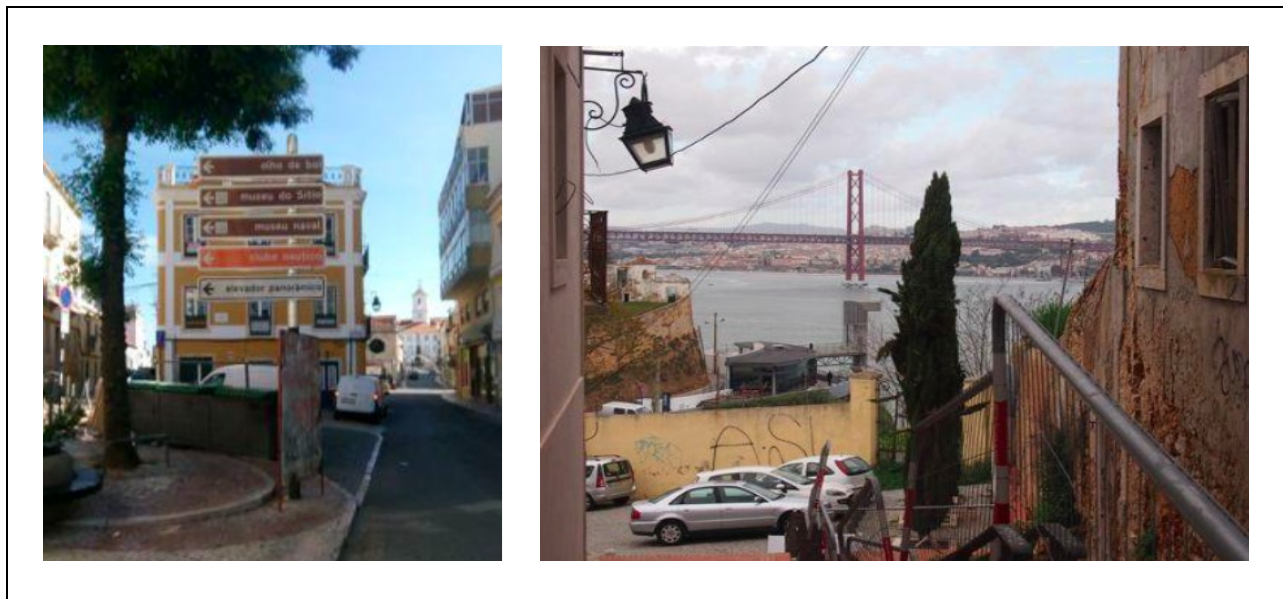
Cacilhas pode ser considerado como um portão de entrada e saída, tem um centro intermodal com transporte fluvial que faz a travessia do Tejo ligando o território ao centro de Lisboa, metrô e ônibus que leva a outras partes do município e a municípios vizinhos. Este polo é também uma zona comercial de usufruto gastronômico. Os restaurantes são muito procurados por visitantes de Lisboa e turistas estrangeiros, atraídos, por exemplo, pelos pratos de peixe e marisco; no passado essa área tinha uma importante ligação à pesca, ao tráfego fluvial e à indústria naval, cujas estruturas hoje se encontram em ruínas (Figuras 7 e 8).



Figuras 7 e 8: Fotografias da zona peatonal de Cacilhas e da zona de armazéns desativados de Cacilhas. Fonte: Autoras.

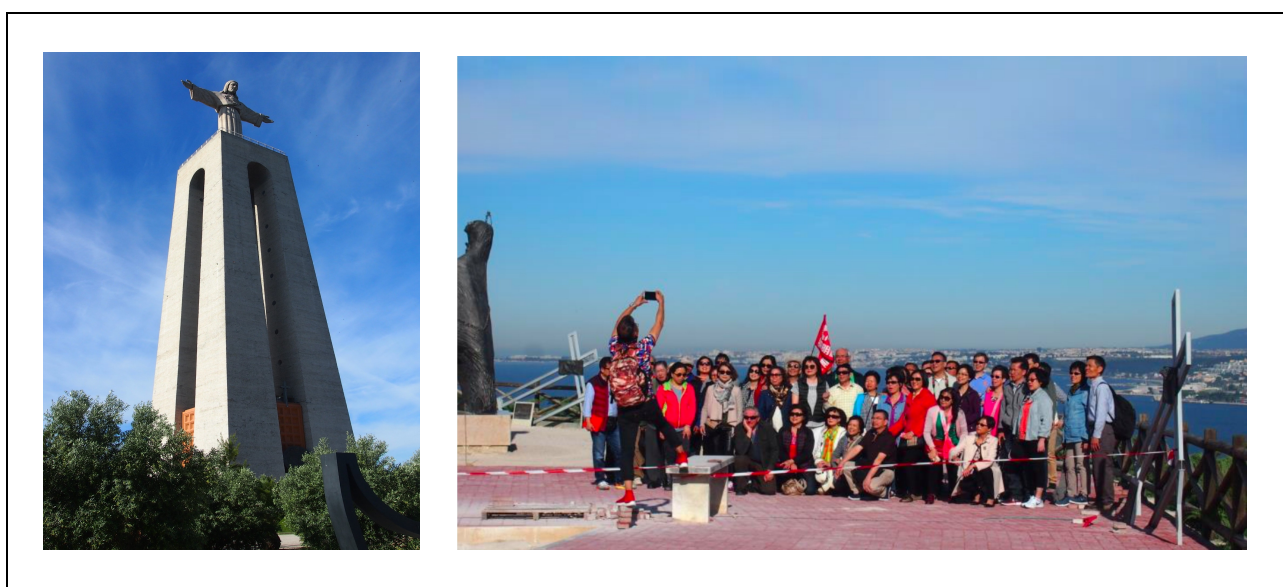
Também componente do eixo espacial em questão, Almada Velha alberga, além de moradias, serviços administrativos do poder local, espaços culturais (teatros e museus) e comércio (Figura 9). Pode-se dizer que esta zona de Almada apresenta certo declínio por ter perdido parte das suas funcionalidades, sobretudo parte do comércio, que foi transferida para as novas zonas de expansão do concelho. O

território, devido a sua geografia, proporciona belas vistas do Tejo e panoramas de Lisboa (Figura 10). Observa-se, neste pólo, muitos edifícios abandonados e bastante degradados.



Figuras 9 e 10: Fotografias da sinalização turístico-cultural em Almada Velha e da vista local para o Tejo. Fonte: Autoras.

Encerrando o eixo categorizado, o Santuário Nacional do Cristo Rei (Cristo Rei), com uma função própria de monumentalidade, está inserido no Pragal, uma zona popular com algumas características de ruralidade. O monumento é bastante visitado, tanto no âmbito de roteiros de turismo, como o religioso, quanto por visitantes que vêm apreciar as várias vistas panorâmicas proporcionadas a partir desta localidade (Figuras 11 e 12).



Figuras 11 e 12: Fotografias do Monumento do Cristo Rei e da vista local para o Tejo e Lisboa. Fonte: Autoras.

Uma linha ribeirinha, que parte de Cacilhas, remete para a proximidade ao rio e à contemplação das ruínas industriais, hoje marcadas por arte urbana, e que permite subir pelo elevador até Almada Velha ou mesmo prolongar o percurso até o Cristo Rei. Os 3 pólos estão ligados, num continuum, por zonas habitacionais.

Objetivos da pesquisa sobre o 'Eixo C-AV-CR'

Neste segundo estudo de caso, pretendeu-se compreender o contexto socioespacial, especificamente:

- . Identificar as particularidades da identidade local;
- . Reconhecer na situação atual do território, especificamente quais são as potencialidades e ameaças para o desenvolvimento turístico;
- . Caracterizar como utilizadores do eixo em estudo, ou seja, aqueles que o frequentam no cotidiano, compreendem o espaço;
- . Descrever a experiência dos visitantes;
- . Apontar o que é transmitido/narrado sobre o território.

Abordagem da pesquisa sobre o 'Eixo C-AV-CR'

O conjunto de metodologias empregadas combina a coleta de dados quantitativos e qualitativos. O trabalho iniciou-se com um levantamento sobre estudos acadêmicos tendo em conta as áreas de pesquisa que se têm debruçado sobre o eixo, o tipo de olhar e as temáticas exploradas. A pesquisa foi feita através de repositórios online e também na biblioteca do município. Foram encontrados vários trabalhos sobre a componente espacial com sugestões de intervenção no tecido urbano (Urbanismo, Arquitetura, Arquitetura Paisagística, Geografia, Estudos Urbanos). Destacam-se, ainda, alguns trabalhos nas áreas da Sociologia, Antropologia, História Contemporânea, que remetem para a memória e identidade local, ligada à importante atividade industrial que existiu nesse território e ao movimento operário que tinha fortes tradições de luta.

Observou-se a maneira como estes pólos são apresentados nos *social media*, no sentido de fazer um levantamento de narrativas influenciadoras da concepção do lugar. Cada vez mais o visitante constrói previamente a sua experiência do local que vai visitar. Para tal contribui, largamente, o forte

crescimento das tecnologias de informação e a facilidade de acesso à internet, que vieram colocar à disposição uma nova interação (BUHALIS, 1998). Aqui, se incluem o *Instagram*, rede social online de compartilhamento de fotos e vídeos; a plataforma *Tripadvisor*, para compartilhar comentários e opiniões e classificações de produtos e serviços; páginas profissionais relacionadas com conteúdos turísticos e de lazer, além de *blogs* pessoais e de partilha de conteúdos, que são disponibilizados pelos próprios turistas/consumidores. Estas novas formas de comunicação influenciam, cada vez mais, a tomada de decisão no planeamento de uma viagem ou atividade de lazer (XIANG; GRETZEL, 2010).

No *Instagram*, as imagens publicadas com os #, com os nomes dos pólos, assim como aquelas localizadas no território, foram analisadas e divididas em categorias, como por exemplo, paisagem urbana, arte urbana e comida, e, posteriormente, o número de imagem por categoria foi contabilizado. Dessa forma foi levado em conta tanto a informação qualitativa quanto a de carácter quantitativo.

No *Tripadvisor*, as avaliações deixadas sobre cada ponto de interesse localizado no território foram examinadas e divididas entre avaliações positivas e negativas, dando pistas sobre a percepção dos visitantes e, também, pelo número de avaliações, quais são os pontos mais atrativos.

Nos *blogs* de viagem, também foi feita uma análise mista, o depoimento de cada autor foi estudado e os locais que visitaram foram contabilizados. Foram analisados *blogs* em diferentes idiomas (português, inglês, francês, espanhol, alemão e italiano). É interessante que, a partir dos títulos, observa-se que o território é tido como parte de Lisboa: 'Coisas a fazer em Lisboa', 'Lisboa da outra margem', 'Viagem à cidade de Lisboa: Baixa e Almada', '11 dicas para a tua viagem a Lisboa', 'Quatro coisas que tens que saber sobre Lisboa'. Conseguimos informações sobre como o eixo é visitado, em que contexto, o que as pessoas mais gostam; também pudemos saber que pontos de atração são mais visitados e, através dos relatos, conseguimos quantificar os mais visitados.

Os meios de comunicação desempenham, igualmente, um papel importante na disseminação de representações simbólicas sobre um dado lugar. Neste sentido, a pesquisa teve ainda em conta diferentes relatos jornalísticos (desde a imprensa a guias de lazer) para captar a imagem projetada pela comunicação social nos últimos anos em relação ao território. Uma pesquisa exploratória nos jornais nacionais e internacionais foi realizada, entre janeiro de 2014 a outubro de 2018, procurando

perceber como o mesmo é abordado. Os artigos de jornais encontrados foram categorizados de acordo com a temática abordada e, desta maneira, foi possível perceber a evolução dos temas durante os 5 anos abrangidos pela pesquisa.

Nas revistas e guias de lazer pudemos observar o aumento de interesse por estes pólos, assim como que os aspectos turísticos, culturais e gastronómicos são os principais temas abordados, sendo que, também aqui, esta zona é apresentada, erroneamente, como parte de Lisboa.

Foram também realizadas duas dinâmicas de *focus group*, uma com técnicos da Câmara Municipal de Almada - CMA (ligados a serviços de desenvolvimento económico, cultural, de comunicação, urbanismo, turismo, educação e de sensibilização ambiental), outra com atores locais (estiveram presentes representantes do comércio, de associações, da hotelaria). Tal procedimento teve o objetivo de aferir o significado e os aspectos identitários do eixo, as potencialidades turísticas e o impacto que o turismo pode trazer, mas também os problemas que são observados, assim como potenciais soluções e recursos. Para as dinâmicas foram facilitados mapas, etiquetas adesivas e canetas coloridas, para que os participantes ilustrassem as suas conclusões. Com esta forma de entrevista em grupo, pretendeu-se capitalizar a comunicação entre os participantes da pesquisa, tendo em conta tópicos lançados pelo moderador, com o intuito de recolher informações afins com base nessa interação.

Realizaram-se, ainda, 14 entrevistas semiestruturadas a atores do território, a fim de obter informações sobre o significado do lugar. A condução da conversa apoiou-se em perguntas relativamente abertas, tendo por base o assunto em torno do qual se pretendia recolher informação. Com a aplicação de entrevistas a atores locais, pessoas com uma ligação muito próxima a este eixo, visou-se avaliar a dimensão do significado e a relação estabelecida com o território em estudo, a vivência do espaço no passado e presente, assim como a perspetiva relativamente ao desenvolvimento futuro. A interpretação da informação foi feita através da análise de conteúdo das temáticas abordadas. Desta forma, as informações puderam ser agrupadas e categorizadas. No caso, os temas mais abordados foram: Histórias e estórias, dinâmicas culturais, dinâmicas populacionais, potencialidades e atrações, requalificação do edificado e do espaço público, acessos e transportes, turismo e expectativas e receios quanto ao crescimento do turismo e sugestões de melhoria do território.

Dois inquéritos de intercepção de rua foram aplicados no mês de abril, um a atores locais, e outro a visitantes, ambos voltados a faixas etárias com idade superior ou igual a 18 anos. Optou-se por uma abordagem pessoal direta, em que o questionário é apresentado e preenchido pelo entrevistador. A aplicação dos questionários foi realizada no espaço público, junto a estabelecimentos comerciais, pontos de ônibus e terminais de transporte público, assim como no santuário do Cristo Rei. Cabe evidenciar que foram consideradas diferentes horas do dia e dias da semana de maneira a obter uma variabilidade.

Os questionários foram aplicados por alunos do curso profissional de turismo da Escola Secundária Fernão Mendes Pinto, através de um protocolo com a CMA, que trabalharam em pares, após formação da responsabilidade da equipe de pesquisadores e sob a supervisão dos mesmos. Os questionários foram feitos online com recurso a tablets. No âmbito dos questionários aos visitantes, consideraram-se turistas (que permanecem mais de 24 horas no território visitado) e excursionistas (que ficam menos de 24 horas), residentes fora de Almada, noutros concelhos da Área Metropolitana de Lisboa (AML), do país e visitantes internacionais. Procurou-se que os mesmos fossem realizados no fim da visita no sentido de poder facultar a avaliação da mesma. A auscultação junto dos visitantes estrangeiros obrigou, ainda, a que o questionário fosse traduzido em várias línguas, especificamente inglês, francês e espanhol.

O período de aplicação dos questionários coincidiu com a época da Páscoa (com feriados e férias escolares) e de mais dois feriados, um nacional (25 de abril) e outro internacional (1 de maio), com objetivo de conseguir um maior número de visitantes a participar da pesquisa. Uma das limitações teve a ver com a sazonalidade; não se aplicou o questionário ao longo do ano, o que permitiria contemplar uma variabilidade anual que existe em termos de procura turística (época alta, época baixa e época intermédia). Os questionários forneceram informações sócio-demográficas dos locais e visitantes, como estes avaliam os polos e quais os locais que suscitam maior interesse.

Finalmente, cabe aqui referir que o presente trabalho foi consubstanciado com observação direta ao visitar o território de forma regular, fotografando e registrando as diferentes dinâmicas no espaço público, num intervalo que decorreu entre outubro de 2018 e maio de 2019.

Considerações da pesquisa sobre o 'Eixo C-AV-CR'

Este território multifacetado tem vindo a passar por transformações em termos de dinâmicas sociais e é hoje visitado por pessoas de diversas nacionalidades. Através dos diferentes níveis de auscultação foram reconhecidos os ativos locais e organizou-se uma série de sugestões de como o eixo em estudo pode ser melhorado. Quanto aos ativos locais apresentam-se, para além do monumento Cristo Rei, as mais valias associadas à paisagem, ao rio Tejo, à gastronomia e ao passeio de cacilheiro. Destacou-se a história, as memórias ligadas ao movimento operário, a oferta cultural, ao mesmo tempo que foi percebida uma identidade própria e diferenciadora relativamente à capital. Deu-se nota da urgência de requalificação e melhoria do espaço urbano (com críticas feitas ao lixo e pichações).

Complementarmente, referiu-se que alguns pontos de atração já existentes devem ser potencializados. Constatou-se que o visitante de fora da AML gosta de experienciar um território não demasiado turistificado, em que os amigos e a informação captada na internet são os principais meios através dos quais obteve conhecimento deste. Relativamente aos locais, os mesmos têm uma perceção positiva no que se refere à aposta no turismo enquanto dinamizador do desenvolvimento económico e na requalificação do espaço urbano, mas também evidenciam a necessidade de a prefeitura acautelar possíveis processos considerados ameaçadores, como os de gentrificação e massificação.

CONCLUSÃO

Por meio da presente síntese de duas pesquisas realizadas a partir de casos distintos, mas sob procedimentos similares em sua multiplicidade, esperamos contribuir no sentido da atenção do pesquisador quanto à variabilidade de dados e procedimentos passíveis de adoção na atualidade a ponto de propiciar a configuração de uma pesquisa multimétodo.

Especificamente, pensamos que estas análises foram particularmente interessantes pela utilização da variedade de informação disponível na Internet e nos próprios territórios, na observação indireta e direta, ao olhar para informação qualitativa e quantitativa, bem como subjetiva e objetiva, dando sustentação à análise espacial considerando diferentes perspectivas.

A pesquisa a partir de um método misto permite a legitimação dos resultados obtidos, dando validade às interpretações realizadas, sendo que ao trazer uma variedade de dados levantados, confirmam a relevância dos fatos. Não obstante consistirem em estudos de caso, com as suas singularidades, considera-se que a reunião destes dois específicos estudos aqui sintetizadas, assim como outros procedidas de modo similar, apresentam um contributo, cujos instrumentos e procedimentos de investigação poderão ser replicadas e adaptadas em outros territórios com particularidades diferentes.

REFERÊNCIAS

- BERNARD, H. R. *Research methods in Anthropology*. Lanham: Alta Mira Press, 2006.
- BUHALIS, D. Strategic use of information technologies in the tourism industry. *Tourism Management*, v. 3, n. 19, 1998. p. 409-423.
- BURAWOY, M. Teaching Participant Observation. In: BURAWOY, M.; BURTON, A.; FERGUSON, A. A.; FOX, K. J.; GAMSON, J.; HURST, L.; JULIUS, N. G.; KURZMAN, C.; SALZINGER, L.; SCHIFFMAN, J.; UI, S. (Orgs.). *Ethnography unbound: power and resistance in the modern metropolis*. Berkeley: University of California Press, 1991. pp. 291-300.
- MOURA, D.; GUERRA, G.; SEIXAS, J.; FREITAS, M. J. 2006. A Revitalização urbana: contributos para a definição de um conceito operativo. *Cidades Comunidades e Territórios*, n. 12/13, 2006, p. 15-34.
- TEDDLI, C.; TASHAKKORI, A. Mixed methods research: contemporary issues in an emerging field. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). *The sage handbook of qualitative research*. London: Sage Publications, 2011. pp. 285-299.
- WALTHER, U.-J.; GÜNTNER, S. Transnationales wissen in revitalisierungsstrategien: informiert oder deformiert die stadtpolitik der europäiscehn union? In: UWE-JENS, W. (Orgs.). *Soziale Stadt - Zwischenbilanzen: ein programm auf dem weg zur sozialen stadt?*Opladen: Leske & Budrich, 2002. pp. 265-275.
- XIANG, Z.; GRETZEL, U. 2010. Role of social media in online travel information search. *Tourism Management*, v. 2, n. 31, 2010. p. 179-188.



POSFÁCIO

Um convite à experimentação metodológica.

Sylvia Ficher

Nas ações de construção epistemológica, hoje convivemos com inúmeros conceitos correntes nas discussões no campo acadêmico. Para além de termos habituais, como planejamento, viabilidade e alternativas, postulados e experimentação, análise e sistemas, reflexão e interpretação, destacam-se ainda multidisciplinaridade, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e intradisciplinaridade.

É muito disso que se trata no presente livro, é muito nesse viés que pode ser lida esta obra. A multidisciplinaridade está representada já na diversidade de qualificação dos seus autores. A maioria das áreas de conhecimento se faz presente em seus currículos, com destaque para as ciências sociais aplicadas e para as ciências humanas. Mais ainda, vários capítulos são tratados de forma interdisciplinar, com o aporte simultâneo de autores com diferentes formações.

O mesmo ocorre com as temáticas privilegiadas. Partindo da caracterização da pesquisa científica e seus processos de desenvolvimento, passa-se a seguir para alguns dos procedimentos mais comumente perfilhados, como aqueles de quantificação e qualificação. Diferentes visadas de aproximação dos objetos em estudo são igualmente consideradas, como algumas funcionalidades advindas da hermenêutica. Não poderiam estar ausentes, para dar concretude a tais discussões, exemplos de pesquisas desenvolvidas segundo diferentes opções e encaminhamentos.

Contribuição impar pela variedade de perspectivas abertas, a leitura que nos foi propiciada tem consequências imediatas, ao contribuir para um diálogo sistemático entre diferentes especialidades. Multidisciplinar e interdisciplinar, como dito, ela vai além ao nos alertar para a busca da transdisciplinaridade e suas consequências intradisciplinares. Trata-se de um convite a experimentações metodológicas com diferentes possíveis abordagens no fazer científico. Por seu valor didático, é leitura altamente recomendada para professores e estudantes de cursos de pós-graduação.

Sylvia Ficher

Brasília, dezembro de 2022.



SOBRE OS AUTORES
Minibiografia acadêmico-profissional.
A - Z

ALMEIDA, Rosely Cubo Pinto de

Doutora em Ócio e Desenvolvimento Humano pela Universidad de Deusto/Bilbao (Espanha) e convidada do pela Universidade Federal do Ceará/Brasil. Internacionalização “Menção Europeia” Doutorado em Estudos Culturais pela Universidade de Aveiro/Portugal. Mestra em Psicologia pela Universidade de Fortaleza. Especialista em Psicodrama/FEBRAP. Graduada em Serviço Social pela Universidade de Londrina. Pesquisadora do Grupo de Estudos Gênero e Performance do Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da Universidade de Aveiro/Portugal. Desenvolve Projetos no Instituto Cultural Dinâmica Energética do Psiquismo/São Paulo. Pesquisadora: Red Ibero-Americana OTIUM; Ócio, Tempo Social e Trabalho/ANPEPP; Ócio e Tempo Livre/CNPQ. Articula Intervenções Corporativas em Sociometria. Editora Associada da Revista Brasileira de Psicodrama. Consultora Organizacional T&D em Preparação para Aposentadoria. Coordena Grupos de Pesquisas em áreas do Ócio e Trabalho Dimensões Compartilhadas com sub temáticas: Sentir-Sensações e a Deficiência Visual e Gênero-Raça-Identities.

roselycubo@gmail.com

ARAÚJO, Carolina Lopes

Doutora pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Management pela HEC Montreal (reconhecido no Brasil como equivalente ao Mestrado em Administração pela UFMG). Graduada em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora adjunta do quadro efetivo da Universidade de Brasília, campus Planaltina. Temas prioritários de pesquisa: participação social, desenvolvimento sustentável, comportamento social e estudos discursivos.

carolinalopesaraujo@yahoo.com.br

BORGES NETTO, Marco Antônio Souza

Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas); Especialista em Planejamento Ambiental Urbano (PUC Minas). Especialista em BI e Data Science (IBME/Oracle). Bacharel em Direito (PUC Minas); Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PUC Minas). Foi professor de cursos de graduação em Direito e Engenharia Civil (FAROL/Rolim de Moura), de cursos de Direito e de Arquitetura e Urbanismo (FACIMED e FSP), de cursos de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil (Faculdade Santo Agostinho), de cursos de Arquitetura e Urbanismo (UNA e UNIBH), de curso de pós-graduação em Planejamento Ambiental Urbano (IEC/PUC Minas); ministrou, ainda, aulas na disciplina Políticas Habitacionais no Departamento de Arquitetura e Urbanismo (PUC Minas), trabalhou como instrutor de Ensino a Distância em cursos de pós-graduação a distância (PUC Minas Virtual) e como consultor jurídico do Escritório de Integração do curso de Arquitetura e Urbanismo (PUC Minas). Foi Diretor Geral de Departamento de Planejamento Urbano (IPUCON/Prefeitura de Contagem) e Diretor de Licenciamento Urbanístico (Prefeitura de Contagem). Foi pesquisador bolsista (Programa PROREDES - IPEA/ANPUR) pesquisador do Núcleo Jurídico de Políticas Públicas e do Observatório de Políticas Urbanas (OPUR - PUC MINAS), prestou assessoria técnica junto aos movimentos sociais pró-moradia em parceria com a UFMG e PUC.

marcoborgesnetto@gmail.com

CAMPATO JUNIOR, João Adalberto

Pós-Doutorado em Estudos Comparados de Literaturas em Língua Portuguesa pela USP, em Teoria da Literatura pela Universidade de Campinas (UNICAMP), em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e em Estudos Literários pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutor em Literaturas em Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista

"Júlio Mesquita Filho" (UNESP) e Mestre em Literatura Brasileira pela mesma Universidade. Especialista em Gestão Escolar Integrada e Práticas Pedagógicas pela Universidade Cândido Mendes. Bacharel em Letras - Tradutor pela UNESP. Foi Professor Colaborador no Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas da Universidade Estadual de Londrina (UEL). É professor titular e orientador do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Ambientais na Universidade Brasil (UB). Coordenador do Centro e Núcleos de Pesquisa da UNESP S.A, de cujas revistas científicas é, também, o editor-chefe. Membro dos Grupos de Pesquisa do CNPq: "Poesia Africana do Século XX e XI" (Universidade Federal do Rio de Janeiro), "Ciências Ambientais e Saúde" (Universidade Brasil), "Diálogos Interdisciplinares" (Universidade Brasil), "Ética e Bioética" (Universidade Mackenzie), "Machado de Assis e seus textos: edição e recepção" (Universidade Federal de Uberlândia), "MILA - Manuscritos e Impressos Luso-Americanos" (UNESP/Assis). É membro da Associação Brasileira de Literatura Comparada (ABRALIC).

campatojr@gmail.com

CORTE-REAL, Madalena

Doutora em Estudos Urbanos (UNL/ISCTE-IUL). Mestre em Planeamento e Avaliação de Processos de Desenvolvimento (ISCTE-IUL). Licenciada em Sociologia (Universidade de Coimbra). É docente convidada no ISEC Lisboa - Instituto Superior de Educação e Ciências e na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tem estado envolvida em diferentes projetos de investigação e atividades sobretudo na Área Metropolitana de Lisboa. Recentemente participou no projeto Lisbonds - práticas, significados e contextos de vizinhança na Grande Lisboa (Cics.Nova) e no projecto Middle Class Mass Housing in Europe, Africa and Asia (Dinâmia'CET-IUL). É co-fundadora do Urbanólogo, plataforma multidisciplinar de divulgação e dinamização de temáticas urbanas. No doutoramento estudou o processo de revitalização da Mouraria em Lisboa e foi investigadora visitante na TU Berlim. No âmbito da implementação de programas integrados de base local, trabalhou em diagnósticos de necessidade e no acompanhamento, avaliação e monitorização de projetos na área dos comportamentos aditivos e dependências. Como principais interesses destaca-se a análise de territórios em processos de transformação e a produção social do espaço.

mreal@fsch.unl.pt

DIESEL, Ursula Betina

Doutora em Comunicação e Sociedade pela Universidade de Brasília (UnB) na Linha de Imagem, Estética e Cultura Contemporânea. Mestre em Comunicação Social, com ênfase em Semiótica, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e graduada em Letras - Português/Alemão pela mesma Universidade. Tem realizado pesquisas sobre a temática das pichações como semiose de resistência e orienta projetos de iniciação científica sobre isso desde 2011. Foi professora no Centro Universitário de Brasília - UniCeub por 20 anos, onde sua experiência docente concentrou-se na área de Comunicação Social, com ênfase em "Semiótica e Teorias da Linguagem", "Análise de Linguagens Contemporâneas", "Introdução à Linguagem Publicitária" e "Métodos e Técnicas de Pesquisa", atuando principalmente nos seguintes temas: semióticas visual e verbal, levantamento e análise de intervenções urbanas visuais, publicidade educativa, mito, análise do discurso de linha francesa, pós-modernidade, gênero. Reside em Aveiro, Portugal.

ursuladiesel@gmail.com

FARIA, Bianca Apolinario

Magíster en Hábitat Residencial por la Universidad de Chile (UC). Arquitecta por la Universidad de Chile (UC) con especialización en temas relativos a las diversas dimensiones del hábitat, como la físico-espacial, la

sociocultural y la político-económica. Se ha desempeñado laboralmente en proyectos de diseño de espacios públicos con escala humana y participación ciudadana. Actualmente, trabaja como arquitecta encargada del plan de gestión de obras en el Programa de Recuperación de Barrios, Quiero mi Barrio del Ministerio de Vivienda y Urbanismo de Chile y Municipalidad de Pedro Aguirre Cerda.

bianca.apolinario@ug.uchile.cl

FICHER, Sylvia

Pós-doutorado em Sociologia pela École des Hautes Etudes en Science Sociales (EHESS). Doutora em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Master of Science in Historic Preservation pela Graduate School of Architecture and Planning (Columbia University Nova York). Especialista em Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP) e graduada em Arquitetura e Urbanismo pela mesma faculdade. Professora Emérita da Universidade de Brasília (UnB). Pesquisadora 1A do CNPq. Atuação no campo editorial com tradução e revisão técnica de uma quizena de livros no campo da Arquitetura e Urbanismo e coordenação da *Coleção Arquitetura e Urbanismo* (Editora da UnB) e da *Coleção Brasília histórica 50 anos* (FAU/UnB); autora de numerosos capítulos de livros e artigos publicados em periódicos especializados e em anais de eventos acadêmicos: autora de *Arquitetura moderna brasileira* (com Marlene Milan Acayaba); *GuiArquitetura Brasília* (com Geraldo Nogueira Batista), *Guia de obras de Oscar Niemeyer: Brasília 50 anos* (com Andrey Schlee) e *Os arquitetos da Poli* (EDUSP & FAPESP) - contemplado com o Prêmio Clío, da Academia Paulistana de História). Consultora ad hoc das principais agências de fomento do país (CNPq, CAPES, FAPESP, FAPERJ e FAPDF); integrou várias comissões científica: 6th International DOCOMOMO Conference (1999), 24^o Congresso Pan-Americano de Arquitetos (2013), 27th World Congress of Architects UIA RIO (2020); condecorada como Presidente de Honra do 6^o Encontro da ANPARQ (2021). Condecorada com a *Cavaliere della Ordine della Stella d'Italia*, da Presidência da República Italiana em 2022.

sficher@unb.br

GUIMARÃES, Sávio Tadeu

Pós-doutorado em Sociologia na Universidade da Coruña (UDC) e em Arquitetura e Urbanismo na Universidade de Brasília (UnB). Doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ) em intercâmbio com a Universidade Nova de Lisboa (UNL). Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense de Niterói (UFF). Especialista em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e graduado em Arquitetura e Urbanismo pela mesma Universidade. No âmbito do Ensino, foi docente dos cursos de graduação de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora, de Centros Universitários do Grupo Anima Educação em Belo Horizonte, do Instituto Planalto em Brasília, bem como dos cursos de graduação e mestrado do Centro Universitário de Brasília. No âmbito da Pesquisa, concentra-se em estudos que perpassam a influência das novas tecnologias de informação como meios de concepção, preservação e divulgação, tanto da arquitetura emergente na contemporaneidade quanto da arquitetura tornada patrimônio cultural, sendo criador do Grupo de Pesquisa situ-AÇÕES e membro do Laboratório de Pesquisas Lab Espaço (IPPUR-UFRJ), além de revisor ad hoc. No âmbito da Extensão, tem experiência como consultor do patrimônio cultural em cidades do Estado de Minas Gerais, como analista de gestão e preservação do patrimônio cultural pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG) e como membro de associações e conselhos nacionais e internacionais voltados à preservação do patrimônio cultural.

savio.aula@gmail.com

LEDESMA, Michelle Cáceres

Magíster en Hábitat Residencial, Universidad de Chile. Arquitecta, Universidad de Chile. Especialista en Acceso a la Vivienda y en Políticas de Planificación Urbana. Diploma en Hábitat Residencial en Contextos de Vulnerabilidad Social, Universidad de Chile. Se ha desempeñado tanto en el sector público como el privado, profesional encargada de los proyectos; Plan de Gestión de Obras Barrio Andes 1, Programa Quiero Mi Barrio, Ilustre Municipalidad de San Bernardo.

mcaceres@uchilefau.cl

LIMA, Leonice Domingos dos Santos Cintra

Doutora e Mestre pela Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista - UNESP/Campus de Franca-SP; Graduada em Serviço Social (UNESP-Franca; Bolsista CAPES para pesquisa no exterior (UCP). Professora titular do programa de pós-graduação - Nível Mestrado em Ciências Ambientais da Universidade Brasil; Professora concursada na UNIFADRA-Dracena, Professora do Curso de Medicina; Professora em cursos de graduação na Universidade Brasil Fernandópolis. Experiência em coordenação de cursos de graduação (16 anos); Parecerista do CEE/SP- Conselho Estadual de Educação/SP; Membro de grupos de pesquisa CNPq (03); Pesquisadora Adjunta do Instituto ELLA-Criações Educativas. Executora de trabalhos técnicos no âmbito da requalificação e atualização profissional na área do Serviço Social; Executora de Oficinas de Fortalecimento de Vínculos Familiares no âmbito do Sistema Único da Assistência Social. Pesquisadora da Questão Socioambiental; Direitos Humanos, Direito à Cidade, Diversidade de Gênero e Questão Étnico Racial. Professora de Políticas Públicas e Política Ambiental; Revisora e Parecerista da Periódicos.

lecaclima@yahoo.com.br

MANSANO, Cleber Fernando Menegasso

Pós-doutorado pelo Curso de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia Animal da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Doutor em Aquicultura pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Mestre em Aquicultura pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Graduado em Medicina Veterinária pela Universidade Camilo Castelo Branco. Professor Titular na Universidade Brasil, responsável pelas disciplinas de Aquicultura, Nutrição Animal, Suinocultura, Produção de Animais Monogástricos nos cursos de graduação em Medicina Veterinária e Agronomia. Também é Professor Titular nos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu de Mestrado em Ciências Ambientais e Produção Animal, da Universidade Brasil, ministrando as disciplinas de "Educação Ambiental e Sustentabilidade no Ambiente Urbano" e "Planos Diretores de Municípios e Meio Ambiente". Professor Colaborador no Programa de Pós-graduação em Aquicultura do Centro de Aquicultura da UNESP/Jaboticabal, ministrando as Disciplinas de Piscicultura Continental e Ranicultura.

clebermansano@hotmail.com

MEDINA, Luis Campos

Doctor en Sociología y Máster en Ciencias Sociales por l'École des hautes études en sciences sociales (EHESS). Sociólogo por la Universidad de Chile (UC). Editor General de Revista INVI. Profesor Asociado del Instituto de la Vivienda en la Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad de Chile. Ha dictado clases en las áreas de Sociología Urbana, Sociología de las prácticas culturales, Teoría Sociológica y Metodologías de Investigación Urbana.

luiscampos@uchilefau.cl

MONTE, Marianna

Doutora em Estudos Urbanos (UNL/ISCTE-IUL). Mestre em Desenho Urbano (Technische Universität Berlin). Licenciada em Arquitetura e Urbanismo (Universidade Federal do Rio de Janeiro). É investigadora colaboradora no CICS.Nova - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da UNL - Universidade Nova de Lisboa e Dinâmia/CET-IUL e co-fundadora do Urbanólogo, plataforma multidisciplinar de divulgação e dinamização das temáticas urbanas. Estudou os entre-usos e usos temporários, as dinâmicas que os compreendem e os seus impactos sociais, econômicos e no espaço urbano. Atuou em projetos no Rio de Janeiro, Berlim e Lisboa sobre a requalificação de espaços urbanos, o impacto das políticas urbanas no desenho das cidades e a informalidade em contexto urbano. Investiga o impacto do turismo nas cidades e os principais interesses de investigação são informalidades urbanas, entre-usos, apropriações do espaço público e impactos do turismo no espaço urbano.

mariannamonte@gmail.com

MONTENEGRO, Maria Eleusa

Pós-doutorado pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), na área de Concentração de Escola, Aprendizagem e Trabalho Pedagógico. Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), na área de concentração em Psicologia da Educação. Especialista em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Graduada em Pedagogia, com Habilitação em Orientação Educação e Administração Escolar. Professora aposentada pela Faculdade de Educação da UFG; possui experiência docente no ensino fundamental, médio, superior e em pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado). Foi professora substituta da UnB e contratada do Centro Universitário de Brasília (CEUB), atuando na Graduação e no Mestrado de Arquitetura. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Psicologia da Educação e Prática Pedagógica. Atuação, principalmente, nas áreas: Educação, Prática Pedagógica, Psicologia da Educação, Pesquisa/Educação, Docência Superior e Ética. Pesquisadora Ad Hoc da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP/DF). Líder de grupo de pesquisa sobre Prática Pedagógica e Formação do Professor. Uma das implementadoras do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Participou de comissões verificadoras do MEC. Numerosas publicações dos artigos científicos em livros, revistas e anais de eventos e congressos.

memontenegro@terra.com.br

RUSSI, Pedro

Postdoctorado en Filosofía Universidad de Navarra-España. Doctor y Magister en Comunicación UNISINOS-Brasil. Licenciado en Ciencias de la Educación. Director del CISECO. Docente e Investigador, Profesor Agregado Grado 4 en la Universidad de la República (UDELAR-Uruguay). Investigador Asociado Nivel 1 - Sistema Investigadores Agencia Nacional de Investigadores en Uruguay. Profesor colaborador en Postgrado-Comunicación/Universidad de Brasilia (UnB) en la línea de Investigación "Imagen, Estética y Cultura Contemporánea", y en Graduación de la Facultad de Comunicación/UnB. Coordinador del Grupo METICs (Modos Epistemológicos, Teorías Interdependientes y Complejidad Social) UDELAR, Grupo Integrante de la Red AMERICA LATINA. Coordinador del NESECOM (Núcleo de Estudios de Semiótica en Comunicación). Áreas de Actuación como docente, investigador y publicaciones de artículos científicos, capítulos y libros: Intervenciones Urbanas, Semiótica, Procesos Comunicacionales, Epistemología, Latinoamérica.

pedrorussi@gmail.com

SANTOS, Helena Mendes dos

Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela mesma Universidade. Técnica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

(IPHAN), atuou nos setores de análise de processos de tombamento e emissão de pareceres técnicos para a proteção de bens culturais, em especial, de sítios urbanos, assim como no Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, como parte do corpo docente, além de ter composto a equipe técnica do Centro Regional de Formação em Gestão do Patrimônio-Centro Lucio Costa/CLC-CC2, da Escola do Patrimônio-IPHAN.

helenamsantos21@gmail.com

VANZELA, Luíz Sérgio

Doutor em Agronomia pela UNESP/Ilha Solteira. Mestre em Agronomia pela UNESP/Ilha Solteira. Graduado em Engenharia Agrônoma pela UNESP/Ilha Solteira. Atualmente é Coordenador e Professor Titular no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Ciências Ambientais da Universidade Brasil, Professor no Curso de Graduação em Engenharia Agrônoma da Universidade Brasil/Campus de Fernandópolis. É membro da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas e Usos Múltiplos do Comitê da Bacia Hidrográfica do Turvo/Grande. Como Professor e Pesquisador atua nas áreas de Engenharia de Água e Solo, Planejamento Integrado dos Recursos Hídricos, Climatologia e Georreferenciamento e Geoprocessamento.

lsvanzela@yahoo.com.br





situ-AÇÕES
GRUPO DE PESQUISA

PROGRAMA DE MESTRADO
EM ARQUITETURA E URBANISMO

CEUB